



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DANIEL NUNES FERREIRA JUNIOR

**A GRANDE ESTRATÉGIA DA CHINA: BELT AND ROAD E A  
GEOPOLÍTICA DO SÉCULO XXI**

MARINGÁ  
2022

DANIEL NUNES FERREIRA JUNIOR

**A GRANDE ESTRATÉGIA DA CHINA: BELT AND ROAD E A  
GEOPOLÍTICA DO SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha

MARINGÁ  
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

F383g

Ferreira Junior, Daniel Nunes

A Grande Estratégia da China : Belt and Road e a geopolítica do século XXI /  
Daniel Nunes Ferreira Junior. -- Maringá, PR, 2022.  
162 f.: il. color., figs., tabs., maps.

Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências  
Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em  
História, 2022.

1. Geopolítica - China. 2. China - Grande estratégia. 3. China - Política de investimento  
estrangeiro. 4. Belt and Road Initiative (BRI). I. Bertonha, João Fábio, orient. II.  
Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.  
Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 23.ed. 910.132532

Márcia Regina Paiva - CRB-9/1267



**DANIEL NUNES FERREIRA JUNIOR**

**A GRANDE ESTRATÉGIA DA CHINA: BELT AND ROAD E A  
GEOPOLÍTICA DO SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. João Fábio Bertonha  
Orientador (UEM)



Documento assinado digitalmente

Marcio Roberto Voigt

Data: 28/11/2022 08:46:48-0300

CPF: \*\*\*.645.999-\*\*

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt  
Membro Convidado (UFSC)



Documento assinado digitalmente

Sidnei Jose Munhoz

Data: 28/11/2022 09:31:33-0300

CPF: \*\*\*.629.118-\*\*

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Prof. Dr. Sidnei José Munhoz  
Membro do Corpo Docente (UEM)

Maringá  
2022

*Para Daniel e Leonice, que com labor, transformaram um camponês em um homem letrado. Para Guilherme e Ellen, que alimentaram a chama da ambição desse camponês. Para Fábio, que por ser um mentor, transformou o camponês em um pesquisador.*

## AGRADECIMENTOS

“Feliz é aquele que se lembra das mãos que foram estendidas em sua direção”. Agradeço a Tia Lene, que nunca se cansou de responder às infinitas perguntas de um jovem Daniel com uma sinceridade e doçura que são sua marca.

Obrigado vó, por me bater de vara quando eu fugia da escola para jogar bola com o vô; obrigado vô, por me fazer rir quando eu chorava ao não aprender com meus erros.

Obrigado Pedro, por ser um rival implacável nos estudos, sua ausência seguirá presente. Obrigado Colégio Rui Barbosa, por me oferecer a melhor educação que vocês conseguiram.

Obrigado Pai e Mãe, por terem derrubado centenas de pés-de-cana para que eu pudesse ver o mundo. Obrigado por terem sido minha base, obrigado por me ensinarem a ter diligência, obrigado por alimentarem minha ambição com frases que jamais vou esquecer: “você é bom demais para ficar com medo de voar e, se cair, a sua casa está aqui para te cuidar”.

Guilherme, você foi a razão do seu irmão ter entrado na Universidade, seu nascimento me fez querer ser alguém bom o suficiente para te inspirar. Ellen, minha gratidão a você, que me impulsionou a um estágio que jamais pensei poder alcançar.

Universidade Estadual de Maringá, você foi fundamental para me permitir enxergar um mundo maior que o Vale do Ivaí. Aos colegas, professores, vocês foram fundamentais em cada segundo de conversa, seja para me permitir pensar mais e melhor, seja para me fazer descansar e me restaurar.

Professor Márcio, grato por se fazer presente nessa dissertação, pelas incontáveis correções, elogios e sugestões; se há brilho nesses escritos, certamente uma parcela veio de suas mãos, obrigado por estar nessa banca. Ao professor Christian, obrigado por se dedicar tanto para que cada aula fosse um espetáculo de aprendizagem; livros deveriam ser manufaturados sobre essas manhãs e noites especiais. Professor Sidnei, na primeira noite da disciplina de História dos Estados Unidos, você perguntou aos alunos a razão de estarmos ali; quando chegou a minha vez, na primeira de muitas aulas que teria com você, em um ato raro de ousadia, coragem e loucura, eu disse: “professor, eu estou aqui porque eu quero sentar ai, nessa cadeira, como o senhor”, e com um sorriso no rosto você perguntou meu nome, me chamou para ir à sua mesa e disse: “sente-se, e se acostume com esse lugar, pois se depender de mim, farei de tudo para você chegar”. Obrigado por isso e por estar nessa banca.

Ao professor Bertonha, sua paciência e diligência foram fundamentais. Você me ensinou a ler, não apenas a obra, mas os autores de uma forma que jamais tinha imaginado. Racionalizou pensadores complexos, como se eles mesmos tivessem lhe confidenciado suas biografias e inclinações. Fábio, você me mostrou o tipo de cientista e pesquisador que eu gostaria de ser. Sei que ser professor nesse país é viver não muito longe da angústia, mas saiba, e por favor, jamais esqueça, você possibilitou o sonho de toda uma família; nós seremos eternamente gratos a você, um afetuoso abraço.



## RESUMO

A disputa pela Ordem Internacional jamais se encerrou, todavia, há de se notar, que ao longo da história, tivemos a possibilidade de registrar momentos com maior ebulição nessa querela. Identificamos, que o período presente é um desses momentos. O protagonista desse questionamento da Ordem Internacional, é a China. Sua presença e influência são crescentes, sua atuação e movimentações idem. Dado essa realidade, essa presente pesquisa busca contribuir no entendimento das seguintes perguntas: Como a China sai do Século da Humilhação para se tornar a principal desafiante a posição estadunidense; qual a Grande Estratégia chinesa para expandir seu poder; quais as consequências que essas ações geram no mundo? Para isso, colhemos e analisamos diversas fontes oriundas dos mais variados personagens desse teatro das nações. Observamos, logo no início da pesquisa, que a Belt and Road Initiative, que surgiu como um projeto, se transformou na própria estratégia chinesa para a sua expansão segura de influência. Nesse sentido, a presente dissertação trabalha em três estágios: uma breve história de como a China se reposiciona após o Século da Humilhação; quais as ações chinesas formam sua Grande Estratégia e como vem moldando o mundo; e o que o horizonte de evento observável nos diz sobre o estágio presente e as possíveis consequências dessas modificações na engrenagem de poder internacional.

**Palavras-chave:** China. Grande Estratégia. Geopolítica.

## **ABSTRACT**

The dispute for the International Order was never ended, however, it should be noted that throughout history, there has been the possibility to register moments with greater boiling in this quarrel. We identified that the present period is one of those moments. The protagonist of this questioning of the International Order is China. Its presence and influence are growing, its performance and movements expand. Given this reality, this research seeks to contribute to the understanding of the following questions: How does China leave the Century of Humiliation to become the main challenger to the US position; What is the Chinese Grand Strategy to expand its power; What consequences does it generate in the world with these actions? For this, we collected and analyzed different sources from the most varied characters of this theater of nations. We observed, right at the beginning of the research, that the Belt and Road Initiative, which emerged as a project, became the very Chinese strategy for its safe expansion of influence. In this sense, the present dissertation works in three stages: a brief history of how China repositions itself after the Century of Humiliation; which Chinese actions form its Grand Strategy and how it has been shaping the world; and what the observable event horizon tells us about the present stage and the possible consequences of these changes in the gear of international power.

**Key words:** China. Grand Strategy. Geopolitics.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1 – CHINA</b> .....	15
1.1. Mao Zedong   Sobrevivendo.....	15
1.2. Deng Xiaoping   Enriquecendo.....	19
1.2.1. O enriquecimento chinês.....	20
1.3. Xi Jinping   Sonhando.....	27
1.3.1. Os gargalos herdados.....	27
1.3.2. Infraestrutura e Integração territorial.....	27
1.3.3. O mercado nacional.....	32
1.3.4. A gestação da complexidade.....	35
1.3.5. O custo da ascensão.....	36
1.3.6. Ascensão de Xi Jinping.....	39
1.3.7. Poder não se ganha, se conquista.....	46
1.3.8. A grande campanha contra a corrupção.....	47
1.3.9. O sonho de Grande Potência.....	52
<b>CAPÍTULO 2 – A GRANDE ESTRATÉGIA</b> .....	55
2.1. O que é a Belt and Road?.....	55
2.1.1. Teleologia do desenvolvimento.....	56
2.1.2. Os valores da iniciativa.....	57
2.1.3. A vastidão e a atuação.....	57
2.2. A sobrevivência e a segurança.....	58
2.3. Segurança energética.....	62
2.3.1. Petróleo.....	63
2.3.2. Gás.....	65
2.3.3. Carvão.....	67
2.3.4. Elevação da dependência.....	68
2.4. Segurança econômica.....	73
2.4.1. Mercados preferenciais.....	75
2.4.2. Garantia de investimento.....	76
2.4.3. Relações harmoniosas.....	79
2.4.4. Conquista e manutenção.....	81
2.4.5. Redesenho da cadeia produtiva eurásiana.....	83
2.4.6. A Fertilização da produção.....	89
2.5. Segurança política.....	91

2.5.1. Primeira Zona de Influência – Segurança e soberania...	92
2.5.1.1. O Mar do Sul da China e o Estreito de Malaca.....	98
2.5.2. Segunda Zona de Influência – A conquista da Eurásia.....	101
2.5.2.1. O casamento Sino-Russo – Corredores I e II.....	102
2.5.2.1.1. Do que é feita a aliança entre China e Rússia.....	102
2.5.2.2. A conquista do Oriente Médio – Corredor III.....	106
2.5.2.3. A segurança do Índico e a fuga de Malaca – Corredores IV e V.....	109
2.5.2.4. O preço pela lealdade – Corredores V e VI .....	111
2.6. Belt and Road: China, Europa, África e América Latina.....	114
2.7. O problema da Grande Estratégia Chinesa.....	119
<b>CAPÍTULO 3 – O COSMOS CHINÊS.....</b>	<b>121</b>
3.1. Águia vs. Dragão – Um sobrevoo pelas disputas geopolíticas.....	121
3.2. Consenso de Washington vs. Consenso de Pequim: livre comércio x comércio desimpedido.....	126
3.3. A China será uma potência interventora?.....	127
3.4. Por que a China está vencendo? Sun Tzu vs. Von Clausewitz.....	129
3.5. As guerras e a Grande Estratégia: Ucrânia e Taiwan.....	130
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>133</b>
<b>APÊNDICE: METODOLOGIA.....</b>	<b>135</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>144</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>157</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa sobre a China é, principalmente, uma busca pelo entendimento do método de ascensão de uma potência. No caso síncico, é verdade que o termo mais preciso seria uma nova ascensão, uma vez que a regra da história dessa civilização é o status de potência. Ainda sobre essa visão, um dos pontos que mais avançamos foi justamente nas táticas que formam a estratégia de ascensão chinesa. Por isso, podemos afirmar que a pergunta que norteia esta pesquisa é: como a China está retomando seu status de superpotência?

Por uma outra ótica, surge mais uma indagação: por que cada vez mais o poder tende a se direcionar para a Ásia e, em especial, para a China? O que Pequim fez e faz para desenvolver suas capacidades de influência geopolítica? Tais perguntas são complexas e acumulam diversas possibilidades. A pesquisa tem como ambição a busca por construir um caminho que nos deixe mais próximos das respostas para tais questionamentos. Esse ponto é importante, pois estratégia não é dogma, não é inflexível; estratégia é racionalidade que estrutura um padrão de ação, que tende na maioria das vezes a se manter dentro de uma média de variabilidade prática. Em outras palavras, nossa pesquisa procurou ler a China, sua forma de agir e identificar esse “padrão de ação”, que certamente sofrerá modificações e adaptações, porém não tende a fugir de um *core* identificado nesse trabalho.

Queremos deixar claro que o padrão de ação chinês, que a partir de agora vamos chamar de Grande Estratégia, não é algo revolucionário, não é algo novo, tampouco fruto de Xi Jinping, Deng Xiaoping, Mao Zedong ou da própria Revolução Chinesa. A Grande Estratégia Chinesa é produto da civilização chinesa, que por meio de uma burocracia historicamente bem qualificada olhou para si mesma e “lembrou” das práticas mais eficientes aplicadas em suas inúmeras ascensões. Esse *core*, com adaptações necessárias para um novo século, reforçada pelas atuais capacidades de projeção da influência de Pequim, foi concentrado em uma iniciativa que rapidamente transitou de um plano econômico e diplomático para uma estratégia geopolítica, que permeia toda ação de importância da China.

Essa *grand strategy* tem um objetivo, que não é menos que ambicioso: recolocar a China como a maior potência do globo. Importante destacar que essa recolocação não é a qualquer custo, pois tão importante quanto o destino é o método. Pequim roteiriza essa trajetória para que ela seja pautada em estabilidade, não para o mundo, não por “respeito a uma ordem internacional”, mas para que não se torne um titã com pés de barro. A China age (aos nossos olhos) de forma propositalmente lenta, não por medo ou incerteza dos caminhos, mas pelo

oposto dessas ideias. Pequim age devagar pois “sabe” que a China existirá daqui 100 e 1000 anos, e o importante não é ser a maior potência nos próximos 10, mas sim estar melhor nos próximos 100 para governar por mais de 1000.

Com esse objetivo em mente, dividimos esta dissertação em três etapas com níveis distintos de importância, porém igualmente necessárias. O objetivo desse tripé é integrar estudantes e pesquisadores, guiando o leitor entre uma apresentação geral da China e o aprofundamento sobre questões mais densas e complexas. Com isso, visamos atender o objetivo de ampliar o debate a um público não especialista, democratizando a produção científica ao passo em que buscamos contribuir com o conhecimento sobre China, geopolítica, estratégia, política de investimento exterior e diplomacia. Assim, nossa divisão se estabelece com a China, a Grande Estratégia e o Sinocentrismo.

A China receberá um capítulo onde abordaremos o país, seus atores, sua população e sua história “da porta para dentro”. Mesmo que um isolamento total seja impossível, buscaremos nos limitar ao teatro nacional. Nossos olhos estarão focados no desenvolvimento econômico e estabilização política domésticos do país.

Tendo a China uma história “desconhecida” para o Ocidente e, em especial, para o Brasil, optamos por não nos aprofundarmos em discussões e debates historiográficos, a não ser quando se mostrem estritamente necessários para a compreensão do *core* da pesquisa. Neste sentido, esse capítulo tem a função de narrar e apresentar um recorte da história da China que fuja de grandes aprofundamentos e problematizações, uma vez que nosso objetivo é o de aclimatar o leitor ao cosmos sínico.

Para pesquisadores em China, é necessário afirmar que esse capítulo pouco contribui com a fronteira do conhecimento. Porém, por outro ângulo, permite a aquele que só analisa a China em fragmentos, encontrar uma boa narrativa sobre como esse país chegou onde está.

A fluidez da narrativa foi um dos critérios usados na opção do recorte. Esse capítulo gira ao redor do estudo de três administrações: Mao Zedong, Deng Xiaping e Xi Jinping. O primeiro ponto a se ressaltar é que muitas vezes dizemos: “Mao fez isso, Deng aquilo”. Queremos deixar claro que a declaração precisa seria: “o grupo político da qual Mao era a figura mais destacada, incentivou tal ou qual ação”, e o mesmo serviria para Deng ou Xi. Destacamos isso pois esses atores criaram envolta de sua biografia um magnetismo que muitas vezes faz parecer que até a muralha da China foi feita por suas mãos. Entendemos que esse “magnetismo” se dá a partir da necessidade de conquistar a maioria política, e sem nenhuma dúvida se formou por meio do controle seletivo de informações ou, em outras palavras, censura.

Dito isso, façamos uma apresentação geral desses recortes. Com Mao Zedong, buscaremos entender a base geopolítica e econômica que possibilitou, não sem altos custos, a sobrevivência da soberania chinesa, que seria base *sine qua non* dos feitos de Deng Xiaoping. Este terá um olhar para os ganhos econômicos e continuidades estratégicas, tanto dos que vieram do seu antecessor, quanto os que por ele foram rascunhados para seus sucessores. Entre os sucessores, temos Xi Jinping, que é filho e fruto das contradições geradas pelas respostas criadas de Deng Xiaoping. Xi será trabalhado como resultado e representante das contradições geradas pelo crescimento chinês. Esses interesses encontraram em Xi Jinping alguém que conseguiu se posicionar como uma possível solução às contradições internas e externas geradas pelas respostas de seus antecessores, o que solidificaria a base necessária para propulsar a China na disputa internacional.

No segundo capítulo, intitulado A Grande Estratégia, desenvolveremos o *core* da pesquisa. Nesse capítulo, a Belt and Road Initiative (BRI) é racionalizada a partir da sua base material, ao mesmo tempo em que observamos as influências da cultura política chinesa que modula as decisões. Também é importante destacar que essa cultura política, organizada e materializada na Iniciativa, se tornou guia das ações internacionais de Pequim, sobre a qual nos aprofundamos.

Ainda no entendimento do espectro da BRI, observamos que ela rapidamente avança no sentido de se tornar doutrina de ação internacional devido à sua composição estratégica, profundamente sincrônica com a diplomacia histórica do Império do Meio. Por isso, ainda nesse capítulo, apresentamos como a diplomacia do império milenar chinês molda, por meio da cultura política, o cabedal de respostas a problemas em relação à Ordem Internacional.

Nesse sentido, podemos afirmar que na segunda parte desse projeto, conseguimos reconstruir a Grande Estratégia Chinesa por meio de uma leitura histórica das ações geopolíticas de Pequim. A leitura desses movimentos e a identificação dos padrões de ação, foram se consolidando após um acompanhamento diário das movimentações da China, comparadas a suas grandes movimentações, sejam as históricas ou as contemporâneas.

Para além do espectro cultural e objetivo, também avaliamos nesse capítulo a modificação material que a *Belt and Road* gerou - seja como Iniciativa ou Estratégia - no tabuleiro geopolítico da Eurásia. Para isso, identificamos a atuação de cada um dos 6 corredores, além da atuação e influência chinesa em regiões estratégicas para sua Nova Ordem Sinocêntrica. Essas operações no tabuleiro geopolítico garantiram uma expansão considerável de segurança para a China, ao mesmo tempo em que manufaturaram um espaço para maior

flexibilidade internacional, vide o aumento do cabedal de atuação oriundo do ganho político, econômico e energético advindo dessa experiência.

Há de se afirmar que esse é o capítulo mais importante dessa dissertação, pois é nele que as maiores contribuições são apresentadas, aprofundadas e/ou levantadas. Buscamos aqui avançar na fronteira do conhecimento sobre o entendimento da China no âmbito internacional, geopolítico e estratégico. Agimos com o objetivo de manufacturar essa “melhor verdade”, solidificando as hipóteses para que elas possam sobreviver ao tempo, constante que é o maior problema e vantagem do cálculo da História do Tempo Presente.

Na terceira parte dessa dissertação, reunimos as principais colaborações que a pesquisa nos trouxe. Destacamos os possíveis desdobramentos desses avanços e elencamos novos possíveis horizontes de pesquisas que podem ser desbravados. Lá estará listado também o horizonte de evento que enxergamos e a razão de nos posicionarmos de tal ou qual forma sobre os desdobramentos da projeção geopolítica da China.

Nesse capítulo, tomamos a liberdade de rascunhar hipóteses que formulamos durante a pesquisa, mas que não foram desenvolvidas em razão das limitações pessoais e temporais. Ainda sobre o “posfácio” científico, levantamos perguntas que surgiram durante esse tempo; algumas nos debruçamos a responder, outras ganham valor justamente na ausência de uma resposta.

Neste sentido, o último capítulo desta dissertação tem o objetivo oposto ao primeiro. Se no primeiro nós apresentamos a China e sua visão de mundo, no último nós buscamos enxergar o mundo que observa seu universo transformado por Pequim, refletindo a força gravitacional que este ator vem exercendo no tabuleiro geopolítico global. Isso dito, abrimos esta dissertação.



## CAPÍTULO 1 – CHINA

### 1.1. Mao Zedong | Sobrevivendo

Nessa seção, abordaremos a proeminência de Mao Zedong na construção das bases que permitiram o “Milagre Chinês”. O primeiro ponto a se destacar é a vitória política. A Revolução, assim como as décadas que sucederam 1949, consolidaram o Partido Comunista Chinês (PCC) como força una da China. A eliminação da oposição mais distante do *core* maoísta, manteve Mao Zedong e seu círculo próximo como poder incontestável da China.

Essa consolidação foi essencial para que as correntes políticas dentro do partido tivessem homogeneidade, inviabilizando uma guinada radical na condução do país. A violência empregada com esse fim garantiu “unisonoridade” ao partido e permitiu a centralização de poder nas mãos de Mao Zedong.

Evidente que grande parte dessa conquista política se deu de forma física. A eliminação da oposição ocorreu por meio da caça, do expurgo e da violência contra as vozes dissonantes ou rivais das de Mao Zedong. Logo, politicamente a manutenção de uma visão una para a China foi conquistada após um elevado derramamento de sangue ou exclusão da vida política. Mao, em suas ações, utilizava a justificativa do primeiro imperador onde a “unificação” e a estabilidade da China aceitaria qualquer preço. Em outras palavras, se Qin Shihuang expurgou rivais com a justificativa de unificar a China, Mao também teria essa obrigação, como muito bem analisa Kissinger (2011). Inúmeras vezes, a “defesa da China” com justificativas da “segurança da civilização” foi evocada como argumento legitimador para ações agressivas.

Devido a esse retrospecto, o período de Mao é visto por grande parte do *mainstream* Ocidental como um momento de fracasso, estagnação e crises contínuas. Tendo essa perspectiva posta, analisemos o período maoísta (1950-1978).

Acompanhar a economia de países por uma longa duração gera uma problemática distorção. Maddison (2006) tentou mitigar essas falhas. Em seus cálculos, ele nos informa que a China cresceu no período maoísta: triplicou seu PIB; a produtividade subiu 60%; o país expandiu a indústria, fazendo com que saísse de 1/6 da participação da agricultura no PIB em 1952, para ficar maior que esse setor em 1978. Em outras palavras, o setor industrial era quase inexpressivo (1/6 da produção do campo) e veio a se tornar maior que todo o setor agrícola. Ou seja, o esforço industrial ocorreu e teve significativo sucesso.

Contudo, a análise fria dos números esconde os verdadeiros desafios que o desenvolvimento chinês representava. A mentalidade confucionista, imperial, milenar da

China, formou uma cultura política, espectro histórico apresentado com lucidez por Berstein (2009). Esta cultura gerou uma negação do estrangeiro, algo como “tudo que vem de fora é inferior” além de uma profunda negação das tradições imperiais que, mesmo não conseguindo ser extirpadas, foram combatidas. Isso representava um risco, dado que após a vitória da revolução, tudo que o PCC não precisava era de mais um racha interno com aliados próximos, o que não tardaria a acontecer (KISSINGER, 2011).

Além da cultura política, temos de colocar na balança o cenário global em que Pequim estava inserida. Em 1950, ocorreu a Guerra da Coreia, e em certo momento, quando a querela estava a favor dos Estados Unidos, a China entrou no conflito com um contingente de 700 mil “voluntários”, empurrando os inimigos e salvaguardando seu aliado, a Coreia do Norte. Sua justificativa era a possibilidade de os exércitos ocidentais invadirem o seu território, o que não era impensável, visto que houve a possibilidade de uma guerra aberta com a China, inclusive com o uso de bombas nucleares. Todavia, ao menos nesse cenário, a frase icônica de que “a bomba atômica é um tigre de papel” estava correta (YUFAN; ZHIHAI, 1990).

Ainda adicionando variáveis na equação, em 1958 a URSS negou ajuda atômica à China e em 1960 retirou o vasto apoio industrial e técnico, que foi grande fator multiplicador do “sucesso econômico” do início da reconstrução chinesa. Paralelo a isso, Pequim tinha de manter um grande contingente militar mobilizado, devido ao perigo territorial e político que Taiwan, Japão, Coreia do Sul, Índia, Estados Unidos e URSS representavam. Apesar da real ameaça fronteiriça, o desenvolvimento de um perigo constante auxiliava Mao na manutenção do poder. Esse cenário temerário fazia com que a sobrevivência do Estado chinês fosse a prioridade, tanto na narrativa quanto na prática (SHAMBAUGH *et al.*, 2020).

Além disso, de 1952 a 1973 os Estados Unidos, com toda sua influência, conduziram um embargo de pessoas e de capitais; a URSS, a partir de 1960, fez o mesmo. Guardando suas proporções, Pequim teve que sobreviver tendo como rivais as duas maiores potências globais, se colocando em um teatro profundamente instável. Por este prisma, podemos dizer que a China era *persona non grata* pelos dois lados da polaridade, se movendo em um tabuleiro onde as principais peças lhe eram hostis. Esse cenário nos mostra que o regime maoísta foi diplomaticamente incapaz, ao menos no primeiro momento, em arrefecer as rivalidades, seja com Moscou ou Washington. Não podemos nos enganar e crer que essas aproximações seriam simples, pois não eram, mas mesmo não sendo, o fracasso ainda existiu mesmo que facilmente justificado perante o tamanho do desafio (CARVALHO; CATERMOL, 2009).

No campo da economia, comparemos a situação do país com o Brasil no período. Durante o “Milagre Brasileiro” (1969-1973), onde havia profusão de fatores positivos para o

desenvolvimento, o PIB nacional saltou de US\$ 37 bilhões para US\$ 79 bilhões, ganhando cerca de US\$ 40 bilhões em valor. A China, sendo “atrasada” e “estagnada”, mas também violada e constantemente ameaçada devido à sua posição perigosa no tabuleiro global, ou seja, estando em um terreno pouco fértil para o desenvolvimento, saiu de US\$ 79 bilhões para US\$ 138 bilhões, um crescimento de US\$ 59 bilhões, US\$ 19 bilhões a mais do que o Brasil.<sup>1</sup>

Há de se dizer que, em porcentagem, o PIB brasileiro teve um melhor retrospecto. Porém, quando observamos o desenvolvimento econômico na curta duração, o mais valioso é o ganho total e não o percentual, pois, matematicamente, o tempo é a variável mais importante desse cálculo. Sem contar que, na nossa análise, o que buscamos demonstrar é que o desenvolvimento econômico da China não foi tão inexpressivo quanto alguns apontam.

Na nossa investigação, procuramos entender a base material criada por Mao que possibilitaria o “Milagre Chinês”. Para tanto, foi preciso, primeiro, notar o esforço educacional e tecnológico. É notória a caça ao intelectualismo dissonante das pautas do partido. Todavia, para além da perseguição e da educação ideológica, havia um esforço de preparar minimamente a população, assim como formar uma “nova elite”, que seria inicialmente ilustrada em Moscou, mas posteriormente já não havia essa possibilidade. Certamente não foi um milagre educacional, mas algum avanço foi alcançado. Destacamos também que, em outros momentos, o viés educacional foi quase que completamente abandonado, com as incursões repressivas e violentas da Revolução Cultural (SHENG, 2019).

Na engenharia, na física e na química, os avanços foram evidentes. O que prova isso é o fato de a China desenvolver a bomba atômica a contragosto da União Soviética, que apesar de auxiliar no começo, rapidamente se retraiu em sua política. Em comparação, o Irã está há décadas “quase conseguindo” produzir uma arma nuclear. Porém, mostra-se incapaz de finalizar as etapas necessárias (ao menos até 2022). O resultado dos esforços chineses foram, em 1964, o teste da bomba atômica e, já em 1967, a de hidrogênio. Esta conquista não pode ser secundarizada: a cadeia produtiva para se desenvolver a capacidade nuclear envolve a hipertrofia de vários setores da economia, mas principalmente do campo tecnológico. Esse avanço técnico-científico permitiu que as indústrias chinesas ganhassem em produtividade. Sem dúvidas, essa “herança de Mao”, seja na indústria, na ciência ou na técnica produtiva, foi um subsídio importante para os avanços que Deng iria proporcionar, especialmente após a violenta repressão revolucionária diminuir na década de 1970.

---

<sup>1</sup>WORLD BANK. GDP (current US\$) - China, Brazil. **Data Bank**. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?end=1975&locations=CN-BR&start=1960>.

Além disso, ganharam destaque as Empresas de Cantão e Povoado (ECP). As ECPs eram empresas de caráter rural, coletiva, municipal e tinham a função de absorver os excedentes populacionais e suprir a demanda de produtos básicos, assim como aumentar a produtividade do campo. Na concepção do PCC, as ECPs tinham que formar uma base industrial voltada a ampliar a capacidade de produtividade campesina, tendo o dever de usar uma alta quantidade de trabalhadores. Tais funções foram cumpridas, em alguns casos, além do planejado. Esse cinturão industrial de baixa complexidade foi capaz de formar uma pequena plataforma produtiva, assim como colaborar, decisivamente, no PIB e no atendimento das demandas internas. Por fim, essas conquistas só foram possíveis após um alto grau de investimento estatal, que além de “financiar” esses empreendimentos serviu como garantidor das unidades que fracassaram no caminho (JABBOUR; PAULA, 2018).

Em resumo, queremos dizer que o crescimento chinês sob o controle de Mao foi considerável<sup>2</sup>, principalmente quando colocamos as variáveis políticas que ele tinha em mãos.<sup>3</sup> Além disso, a educação básica da população foi uma arma importante para o aumento da produtividade e inovação. Nota-se, também, as bases industriais semeadas, assim como a infraestrutura do interior do país. É lícito avaliar que todos esses avanços poderiam ser ainda maiores se o Grande Salto à Frente e a Revolução Cultural não tivessem atuado em tamanho nível destrutivo. Os danos dessas duas iniciativas são incalculáveis, mas é fácil concluir que elas custaram um altíssimo preço à China, seja em vidas, seja em desenvolvimento.

Por fim, talvez um dos números que mais se sobressaem é o da expectativa de vida de um chinês: em 1949 era de 35; em 1960 era de 43; quando Deng assume, ela já é de 65.<sup>4</sup> Certamente, Mao possui várias críticas que lhe cabem responsabilidade, campo que não nos aprofundamos aqui. Não houve aprofundamento nessas questões, pois a pergunta que esse capítulo buscou responder não é “quantas pessoas foram assassinadas no regime maoísta”, e sim qual a responsabilidade de Mao Zedong na sobrevivência da China a despeito de suas ações violentas? Sob esse questionamento, a principal colaboração de Mao não foi enriquecer a China, nem educa-la; foi sua atuação na soberania, na conquista de uma segurança mínima que possibilitaria o enriquecimento e a expansão, tarefa essa abraçada pelos seus sucessores, em especial Deng e Xi.

---

<sup>2</sup>WORLD BANK. GDP (current US\$) - China. **Data Bank**. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?locations=CN>.

<sup>3</sup>WORLD BANK. GDP growth (annual %) - China, World. **Data Bank**. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=1975&locations=CN-1W&start=1960>.

<sup>4</sup>XINHUA. “Expectativa de vida dos chineses aumenta 42 anos em quase sete décadas”. **Xinhua Português**, 23 mai. 2019. Disponível em: [http://portuguese.xinhuanet.com/2019-05/23/c\\_138082735.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2019-05/23/c_138082735.htm).

## 1.2. Deng Xiaoping | Enriquecendo

Deng herdou uma base sólida para as reformas, mas com uma situação política interna delicada. Todavia, em comparação com o antecessor, mais estável se olharmos o cenário internacional. Enquanto Mao Zedong tinha que lidar com diversos conflitos externos e internos, Deng colhe os frutos de um arrefecimento com Moscou, uma aproximação com Washington e um avizinhamento com a globalização. Logo, podemos tirar como conclusão que mesmo Mao deixando problemas políticos, a balança foi favorável, uma vez que o desafio de manter a China unida e soberana foi conquistado com amplo sucesso, apesar do alto custo.

Calculada a herança política, falemos das colaborações de Deng. O primeiro passo foi a reconexão da China com o mundo, a partir de uma competição entre Moscou e Pequim, que foi aproveitada por Kissinger. A aurora desse movimento se deu na *ping-pong diplomacy*<sup>5</sup>, passando pelo reconhecimento da China continental como a “verdadeira” e “única” China, absorvendo os poderes que eram, até então, de Taiwan na ONU. Esse processo culminou na entrada da China na OMC em 2001, após 15 anos de negociações.

Nesses trinta anos, a conjuntura se adaptava com reformas e não com rupturas. Isso não significou que esse processo tenha sido tranquilo e ordeiro, pois não foi: houve protestos e repressões, cujo mais conhecido se deu na Praça da Paz Celestial, onde Deng reafirmou seu poder e direcionamento com uma assertiva repressão. Destacamos, também, que do período entre a Abertura e Reforma; bem como após integração da China à Organização Mundial do Comércio (OMC), o Ocidente se viu (supostamente) vitorioso e ressaltando a máxima de que “se abre o mercado para depois se ocidentalizar a política”, acreditando fielmente na onipotência do liberalismo ou, pior, assumindo que a China era uma URSS asiática. Essa realidade ressalta uma falha estratégica, sobre a qual ainda vamos laborar com mais afinco.

A vantagem de ser a “China verdadeira” foi a mais importante, visto que deu a Pequim o reconhecimento e poder suficiente para que ela utilizasse a fome do capitalismo mundial em favor de seu desenvolvimento. Sem contar que sentando na cadeira permanente do Conselho de Segurança da ONU, o PCC alcançou um poder que jamais teve. Esse reconhecimento facilitou todas as negociações com outros países, pois agora não estavam lidando com um

---

<sup>5</sup> GRIFFIN, Nicholas. “Ping-pong Diplomacy: The Secret History Behind the Game That Changed the World”. **The Washington Post**, 24 jan. 2014. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/opinions/ping-pong-diplomacy-the-secret-history-behind-the-game-that-changed-the-world-by-nicholas-griffin/2014/01/24/03e10536-794f-11e3-af7f-13bf0e9965f6\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/opinions/ping-pong-diplomacy-the-secret-history-behind-the-game-that-changed-the-world-by-nicholas-griffin/2014/01/24/03e10536-794f-11e3-af7f-13bf0e9965f6_story.html).

“pária” internacional, estavam conversando com a “verdadeira China”, detentora de armas nucleares e de quase 1 bilhão de pessoas - 900 milhões na época -, membro permanente no conselho de segurança da ONU, detentora do maior mercado a ser “explorado” do mundo e disposta a fazer negócios. A China acumulava características que a transformava em “isca” quase que irresistível para as empresas internacionais.

Essas vantagens deram ao PCC ferramentas únicas. Logo, temos que deixar claro que a China governada por Deng é outra, e como um corpo diferente as antigas abordagens já não são efetivas, sem contar que o objetivo primário da “outra” China era mais básico: a sobrevivência. Sendo assim, as reformas só possuíram a efetividade que tiveram devido à musculatura que a China tinha recém adquirido. Por isso, há de se notar que a cultura política da China de desenvolver filtros e estruturas administrativas para a formação de seu corpo burocrático, deu a Pequim uma maioria política eficiente para o momento que ela enfrentava.

Por isso, Deng Xiaoping e seus feitos não foram o resultado de um brilhantismo individual, mas sim o produto de uma arquitetura política moldada a fornecer uma resposta qualitativa aos desafios do seu tempo. Em resumo, Deng não foi um acaso ou herói salvador: ele é fruto de uma máquina burocrática criada e refinada durante mais de um milênio para ofertar quadros capazes de colaborar com os desafios da civilização.

### 1.2.1. O enriquecimento chinês

Não há como falar da China de Deng sem focar nas **Zonas Econômicas Especiais** (ZEE). Cada ZEE tinha suas especificidades e autonomias. Todavia, existiam características gerais que reinavam acima das prerrogativas locais:

- I. Plataforma de Exportação - o objetivo destas regiões era servir como trampolim de exportação enquanto a China acumulava reservas cambiais para seus projetos futuros, assim como para sua segurança financeira. Para isso, as produções eram voltadas ao mercado internacional, *made in China*;
- II. Isca Tarifária – a partir de taxas favoráveis, essas regiões conseguiam atrair uma diversidade de indústrias: para manter o controle dessas plantas industriais, era necessário que as corporações estrangeiras fizessem uma parceria com o governo e as empresas chinesas;
- III. Fatores Quantitativos e Qualitativos de Mão de Obra – A China, no final da década de 1970, possuía cerca de 900 milhões de pessoas: já era a nação mais populosa do mundo. Além desse fator quantitativo, havia o baixo preço dessa mão de obra, que além de ser

barata era razoavelmente educada. Esses fatores possibilitaram que as linhas de produção fossem longas e lucrativas, uma vez que a mão de obra era capaz e em número suficiente para suprir esses desafios industriais;

- IV. Assimilação Tecnológica – Além de gerar lucro, produtividade e reservas cambiais, as ZEEs tinham a função de assimilar capital intelectual, *know-how* produtivo e tecnológico. Para isso, existiam as *joint ventures* e as espionagens industriais, ferramenta clássica do desenvolvimento na escalada da complexidade produtiva (WEI, 2000).

A ferramenta de desenvolvimento aplicada por Deng Xiaoping foi um sucesso em termos de objetivo; porém, ela não veio sem custos. Houve uma brutal exploração dos trabalhadores, onde a falta de qualquer proteção trabalhista se tornou a regra. Horas de trabalho extenuante, insalubridade e violência patronal estiveram tão presentes quanto o lucro que o Estado, a elite e os empresários estrangeiros tiveram.

Soma-se a isso a diluição ideológica que ocorreu com o abandono da ortodoxia maoísta. Esse processo abriu margem para ebulições internas no partido, mas também em parte da sociedade. Houve várias disputas pelo caminho que o Partido trilharia: alguns grupos desejavam retroceder à centralização, outros defendiam maior autonomia; em outra dimensão, alguns defendiam uma maior ocidentalização, enquanto outros buscavam a manutenção do projeto socialista. Fato é que essas contradições entraram em choque na praça Tianemen, onde Deng, com mão de ferro, determina o futuro da China. Todavia, ainda havemos de explicar outras questões estratégicas das Zonas Econômicas Especiais.

Para isso, iniciaremos do básico: suas localizações e o papel geopolítico que elas cumpriram. Para melhor explicar a diferença e objetividade da política chinesa, recorreremos à sua cultura política e à racionalidade por trás das tomadas de decisões. Aqui apresentaremos uma das contribuições dessa pesquisa. Como já mencionamos, após buscar entender mais da cultura chinesa para equilibrar o peso de uma bibliografia anglófona, acabamos descobrindo parte da cultura política chinesa. Tal conquista foi de enorme valia para nós, visto que nos permitiu ler os movimentos de Pequim com uma clareza que não podemos dimensionar. Entretanto, na mesma medida em que ela nos foi qualitativamente decisiva para entender as tomadas de decisões da China, se torna fundamental explicá-la para que o ganho metodológico possa se desenvolver.

O jogo de tabuleiro do Ocidente, por excelência, é o xadrez; na China, é o *weiqi*. Diferente do Xadrez, o jogo chinês não começa com as peças postas: elas são alocadas com o

passar das rodadas. O objetivo é estender a zona de influência das peças e dos agrupamentos. Nesse jogo, a captura dos inimigos não é uma necessidade. Em outras palavras, o atrito é apenas uma possibilidade no cabedal possível de ações.

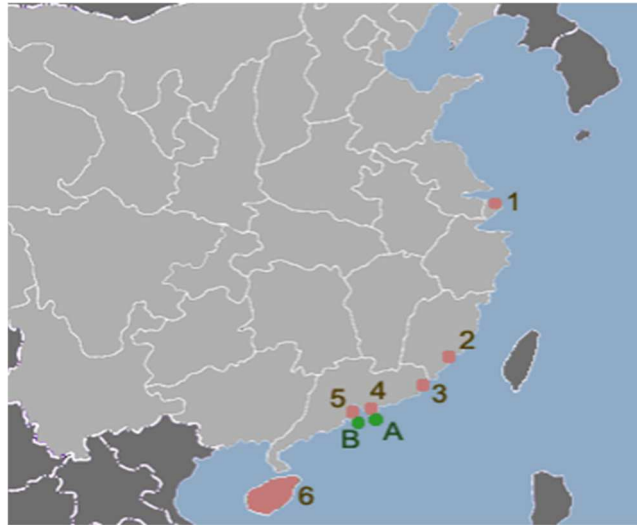
Há também, nas estratégias do jogo, a criação de núcleos duros de poder chamados de dois olhos, onde as peças se aproximam defendendo umas às outras. Outra jogada defensiva poderosa é a criação de uma “barreira”, que representa a colocação de uma série de unidades próximas umas das outras, formando uma linha de influência contínua onde cada zona de influência conecta-se à "fronteira" da outra, formando assim um “muro”.

Além disso, uma das ações mais clássicas do *weiqi* é colocar uma peça onde sua zona de influência seja, em simultâneo, positiva e inibidora da influência rival. Essa jogada faz com que a sua unidade fique logo à frente da peça rival, considerada um “corte” da influência do adversário.

Na imagem I, observamos a tática de corte. As ZEEs 2 e 3, Xiamen e Shantou, “cortam” a influência de Taiwan, assim como se auxiliam na manutenção da força uma da outra (dois olhos). Ainda no mesmo mapa, as “peças” 4 e 5, Shenzhen e Zhuhai, fazem o mesmo com Hong Kong e Macau. Além disso, as ZEEs 1 e 6, Shanghai e Hainan, ocupam na política do *weiqi* a função de “farol”; “faróis” são “peças atacantes” que possuem a função de, a longo prazo, exercer influência em campos decisivos do “jogo”, ou seja, o Sudeste Asiático por Hainan e Coreia do Sul e Japão por Xangai.



Figura 1 - Primeira Fase da ZEEs



Fonte: Wikimedia Commons<sup>6</sup>

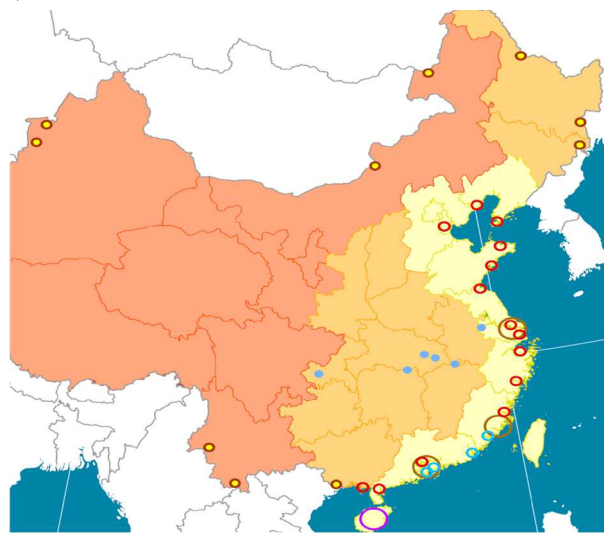
Na imagem II, temos uma posição avançada da *Wei qi policy*. O tabuleiro já detém, além dos “faróis”, “dois olhos”, “cortes” e uma já sólida “barreira”. As ZEEs “fecham” toda a costa, pontos estratégicos das fronteiras e também regiões estratégicas do interior.

Não queremos aqui dizer que os *policymakers* chineses agem politicamente com um tabuleiro de *wei qi* em mente. Entretanto, isso não significa que ambos não tenham relação.

A mesma cultura que fez a política chinesa, fez o jogo de *wei qi*, logo, o nexó é natural, e por diversas vezes pôde ser constatado historicamente.

<sup>6</sup> CONTEÚDO Aberto. In: **WIKIPÉDIA:** a enciclopédia livre. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Special\\_economic\\_zones\\_of\\_China#/media/File:PR\\_ChinaSAR\\_&SEZ-English.png](https://en.wikipedia.org/wiki/Special_economic_zones_of_China#/media/File:PR_ChinaSAR_&SEZ-English.png).

Figura 2 - As expansões da ZEEs



Fonte: Transport Geography<sup>7</sup>

Fato é que uma análise desse campo de correlação cultural-política ainda é, nessa medida, insuficiente. A *weiqi policy* preza pelo realismo estratégico; sendo assim, nosso próximo passo é explicar as razões pragmáticas da colocação dessas ZEEs.

Para além do “tabuleiro”, a opção do foco costeiro é natural. As ZEEs, como já dissemos, tinham o objetivo de serem plataformas de exportação. Logo, a costa é logisticamente menos dispendiosa. A escolha por colocá-las “na frente” de posições rivais resulta de implicações políticas, geográficas e estratégicas.

Primeiro, estabelecer as ZEEs permite a atração de capital dos rivais, que poderiam ver um bom investimento nessas iniciativas para a multiplicação de seu capital. Além disso, essa colocação poderia tanto impedir a “fuga” para o território rival, quanto expandir a política de atração. Essa análise é especialmente verdade para Macau e Hong Kong. Tal prática de “vitrine” não é nova, uma vez que já tinha sido realizada na Alemanha Ocidental e Coreia do Sul, onde ambos serviram de *cases* de sucesso do capitalismo.

Geograficamente, Shenzhen e Zhuhai estão na foz de um dos principais rios da China, o Pérola, o que facilita o transporte entre o interior e a costa. Xiamen e Shantou estão em baías geograficamente favoráveis para a construção de grandes portos. Todavia, a costa chinesa é “gratificada” com essas condições geográficas, o que reforça a questão de vitrine política.

<sup>7</sup> CHINA'S special economic zones. **The Geography of Transport Systems**. Disponível em: <https://transportgeography.org/contents/chapter7/globalization-international-trade/special-economic-zones-china/>.

Hainan é uma grande ilha no extremo sudoeste chinês, enquanto Shanghai está na foz do Yangtze, um dos principais rios chineses e, em simultâneo, está voltada para a Coreia do Sul e Japão. Essas posições geográficas possibilitam que o fluxo de capital do Japão, Coreia, Taiwan, Hong Kong, Macau e Sudeste Asiático entrem com maior facilidade logística pelas ZEEs.

Estrategicamente, as ZEEs tinham a função de desviar os fluxos de capitais, centralizando em 3 localidades costeiras: sul, centro e norte. Na segunda etapa (figura II), ocorrida no final da década de 1980 e início da de 1990, o objetivo era projetar toda a fronteira chinesa como um grande ímã, fazendo com que ela movesse o centro gravitacional de influência dos vizinhos para a China. Além da fronteira, se aprofundou as ZEEs para o interior, principalmente nas capitais de província. Isso foi feito para que as fronteiras atraíssem e as capitais integrassem.

O PCC conseguiu criar um ciclo de expansão das indústrias privadas. Isso resultou na criação de uma burguesia nacional, todavia despida de poder político, estando dependente das ações políticas visto que o Estado Chinês era seu maior parceiro, financiador, fiador e sócio (LI, 2008).

Pequim conseguiu direcionar um forte fluxo de crédito a partir do fim da década de 1980, fruto da acumulação cambial das plataformas de exportações. Enquanto o litoral era voltado para “conquistar o mundo”, o interior e as Empresas de Cantão e Povoado tinham o objetivo de “sustentar a nação”. Desafio realizado com grande sucesso. Esses dois processos simultâneos e sinérgicos enriqueceram uma parcela da população de forma acelerada, dado que as ZEEs e as ECPs eram propositalmente dispendiosas em mão de obra, permitindo que uma parte da riqueza se horizontalizasse aplacando a pobreza existente. Isso significou o enriquecimento da população, porém desigualmente. A cidade enriqueceu mais que o campo, e uma das razões é a produtividade superior das ZEEs que contava com maior incentivo estatal e internacional, enquanto o interior estava secundarizado (ARRIGHI, 2007). Soma-se a isso a maior capacidade das cidades de atrair capital produtivo, intelectual, cultural e financeiro.

Fato é que esse enriquecimento não pode estar desassociado com o sacrifício realizado para tê-lo. Como já mencionado, as condições de trabalho eram violentas, deixando bem claro que o “avanço”, apesar de ser, teoricamente, para “todos”, seria pago com muito sangue e suor por alguns. Deve ser considerado ainda que “todos”, naquele momento, significava uma parcela crescente, mas minoritária do país, visto que em sua maioria, durante esse processo, a população estava concentrada no campo e bem longe dos índices de desenvolvimento da elite (UNDP, 2020).

Nesse cenário, entre as décadas de 1980 e 1990 (principalmente nos anos 1990), a burguesia possuía uma função bem definida pelo Estado chinês: avançar na produtividade. Para isso, Pequim cedeu terreno econômico, privatizando cerca de 70% das suas empresas estatais na década de 1990. Mais do que isso, incentivou esse segmento com taxas, tecnologias e uma juventude treinada. A China começou a acumular/manufaturar conglomerados industriais que em não menos de uma década iriam sair da regionalidade para competir no mundo (NOLAN, 2001)

Por esse prisma, o dinheiro adotou uma nova função. O crédito, o câmbio, os empréstimos, as taxas, as proteções alfandegárias se tornaram a pedra angular do desenvolvimento chinês. Enquanto essas ferramentas alimentavam o desenvolvimento das empresas da China, o Estado se concentrou nos setores estratégicos da economia, mas também se manteve atento a vencer os gargalos que se impunham no caminho do planejamento (ROBERTS, 2020).

Pequim, a partir de Deng Xiaoping, direciona as expansões privadas partindo de um planejamento centralizado, com aplicação regionalizada. Por exemplo, em um país continental é necessário desenvolver formas de comunicação, seja nos modais de transporte, seja no campo das telecomunicações. Para guiar as empresas nesse objetivo, o PCC ofertava empréstimos favoráveis e proteção de mercado para que suas campeãs nacionais “empreendessem” nesse campo com a maior segurança possível. Em outras palavras, a China de Deng Xiaoping viu o “mercado” como uma ferramenta de desenvolvimento que deveria ser manejada pelo Estado (ARRIGHI, 2007).

Isso significa que o Estado chinês foi o patrono, intermediário, financiador, regulador, fiscalizador, protetor, guia e beneficiário das ações da burguesia nacional. Poucos países podem dizer, como a China, que sua burguesia trabalha, em grande parte, em função do Estado, ou do partido, se preferir. Essa relação se expandiu ainda mais, pois apesar do enriquecimento notável, ainda havia grandes problemas para se enfrentar.

Por fim, podemos afirmar que Deng incentivou o desenvolvimento da força produtiva do país; entretanto, negou-lhe o monopólio do poder político. Como já dissemos, o papel guardado a Deng pela máquina burocrática chinesa não era o de “conter a burguesia”, simplesmente porque ela não existia como força ameaçadora. Pelo contrário, a sua tarefa era desenvolver esse braço para que ele auxiliasse o Estado chinês em seu desenvolvimento. Nesse sentido, ele foi vitorioso e só estamos a analisar a China por existir essa vitória; todavia, os problemas gerados também não foram pequenos. Pelo ângulo do PCC, na Praça da Paz

Celestial, o maior deles foi contido. Porém, muitas outras contradições iriam nascer das vitórias desse período.

### 1.3 Xi Jinping | Sonhando

#### 1.3.1. Os Gargalos Herdados

Em 1978, o PIB Chinês era de 150 bilhões de dólares. Hoje (2022), 13 trilhões.<sup>8</sup> Xi não tem como objetivo fazer com que a China sobreviva, como Mao, ou realizar reformas que permitam seu enriquecimento, como Deng; o seu horizonte é bem maior, seu “dever histórico” para com a civilização chinesa já foi estabelecido, seu papel é transformar o “sonho chinês” na realidade nacional. Neste sentido, após apresentarmos as bases de Mao e Deng, precisamos falar do cenário que Xi Jinping herda, assim como as construções que ele faz a partir de sua realidade histórica.

No final da década de 1990, assim como no início da de 2000, a China tinha se tornado um corpo eficiente de enriquecimento. A burguesia nacional cada vez mais se tornava o coração do desenvolvimento econômico, enquanto as artérias e o cérebro desse corpo ainda eram geridos pelo Estado. Quem muito bem analisa esse fato é Zhao (2017), quando apresenta a crítica que a elite econômica chinesa fazia ao governo, onde ela lamentava que setores-chave da economia ainda estavam na mão do Estado.

É constante na história, quando há um rápido crescimento, haver dores e cicatrizes dessa expansão. A China não diferiu: o enriquecimento proporcionado por Deng gerou a hipertrofia da economia chinesa, mas também deixou vulnerabilidades. Dentre essas, elencamos alguns pontos que vamos nos debruçar com maior aprofundamento. São eles: a infraestrutura, o mercado nacional e a baixa complexidade produtiva.

#### 1.3.2. Infraestrutura e Integração territorial

As dores do crescimento eram visíveis, porém a disparidade de costa e interior se explicava do ponto de vista estratégico. Para Mao, geopoliticamente a China estava profundamente vulnerável, uma vez que, não sendo reconhecida pela ONU e rompendo com a URSS, seu cinturão industrial na costa precisaria ser realocado em direção ao interior para ser melhor defendido. Já com Deng, a alocação industrial foi priorizada na costa, como já

---

<sup>8</sup> WORLD Bank. China. **Databank**. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/CN>.

mencionamos, por uma ordem de eficiência logística, uma vez que Mao e Zhou Enlai tinham reaproximado Pequim do mundo e especialmente de Washington.

Outro fator histórico que explica essa realidade é a divisão econômica que ocorreu na China. Como Arrighi (2007) e Kinzley (2018) nos explicam, o interior possuía uma economia pautada no extrativismo mineral e na produção agrícola. Com recursos naturais abundantes, o interior se especializou em fornecer insumos para a costa em desenvolvimento. Em outras palavras, o papel econômico que o interior detinha, por volta da década de 1990, era fornecer *commodities* para a costa, que, por sua vez, pautada na indústria, era cada vez mais uma plataforma exportadora a partir dos insumos do interior.

O que temos aqui são “dois mundos” em um só território, o que não é, propriamente, exclusividade da China. Contudo, essa realidade dos anos 1990, assim como as medidas tomadas pelo PCC a partir dessa dimensão, são de grande valia para nossa análise, pois, em certa medida, os métodos aplicados no território chinês surgem como um “**ensaio**” do que está sendo realizado no mundo através da *Belt and Road*.

Há de se lembrar, obviamente, que essa é a visão macro. Olhando de perto, havia maior diversidade produtiva, mas a regra econômica geral não tende a mudar. Além disso, **todas** as províncias cresceram. A questão maior é que as localizadas na costa se destacaram mais do que as do interior.<sup>9</sup>

Ainda sobre o desequilíbrio econômico, vamos entender o papel dos investimentos. A região costeira, destinada a ser uma plataforma exportadora, recebeu um vasto fluxo de Investimento Externo Direto (IED). Essa realidade parece ser uma unanimidade dentro da academia. O professor Wang (2012), assim como os pesquisadores Wei, Yao e Liu (2009), Lessmann (2013), Fleisher, Li e Zhao (2010), sem nos esquecermos do *PhD* em economia Azarhoushang (2019), fazem coro ao papel desequilibrador dos investimentos externos na desigualdade regional chinesa, ressaltando que tais pesquisadores ocupam as mais diversas opiniões e espectros em relação à China.

Nas zonas rurais, o desequilíbrio regional também é presente, principalmente na produtividade. Na costa, a falta de produtividade era respondida com mais tecnologia, principalmente na disponibilidade de fertilizantes eficientes; no interior, nos anos 1990, faltava infraestrutura, maquinário, fertilizantes, irrigação e educação técnica (FAN; ZHANG, 2004).

---

<sup>9</sup> Poderíamos, mas não consideramos as diversas outras interpretações do desenvolvimento chinês, visto que chegamos à conclusão de que essa é a mais adequada. Soma-se ainda o papel do capítulo “China”, que é apresentar o país, e não mergulhar nas diversas interpretações do mesmo.

Em outras palavras, como vimos, o interior foi desprivilegiado, tanto nas cidades quanto no campo, pelo Estado.

Por esse prisma, a plataforma exportadora precisava de investimentos para se desenvolver, seja através de renúncias fiscais para atrair investidores, seja com investimento direto do Estado. Com a limitação de alternativas, “não sobrou energia” para empregar no interior.

Com o desenvolvimento da costa e o aumento das suas capacidades próprias, assim como o contínuo fluxo de capitais externos, o PCC tinha acumulado fôlego para investir no interior. Não apenas por pressão política dos líderes provinciais, mas devido ao gargalo que esse baixo desenvolvimento vinha se transformando para a economia chinesa. Por essa razão, no final da década de 1990 e durante a de 2000, uma abundante quantidade de recursos foram direcionados a essas regiões, principalmente em infraestrutura, dado que foi constatado que esse investimento era um dos mais efetivos no aumento da renda e da produtividade da população (FAN; ZHANG, 2004).

Esse movimento resultou na interconectividade das províncias, produzindo uma sólida integração territorial e econômica na China. A integração é vista por nós como pedra angular do que seria a Iniciativa da *Belt and Road*, principalmente quando observamos o *Western Development Strategy*.

Essa iniciativa possuía dois objetivos fundamentais: 1) desenvolver economicamente as regiões dos extremos territoriais - leia-se, Província Autônoma do Tibet e do Xinjiang; 2) integrar a infraestrutura desse desenvolvimento à costa chinesa, ao passo em que a união com essas províncias resultasse na construção de um mercado nacional.

No **Tibet**, para ilustrar esse projeto, em 2007, a economia cresceu cerca de 13% em comparação ao ano anterior.<sup>10</sup> Esse avanço se baseou principalmente no desenvolvimento da indústria e também do setor de serviços<sup>11</sup>. Além dessa expansão, outro fator importante foi a integração da região à rede de ferrovias chinesas, que, segundo o próprio PCC, colocava a China como referência mundial na construção de infraestrutura.<sup>12</sup> Como destaca Marshal (2015), tal

---

<sup>10</sup> EMBAIXADA DA CHINA. “Tibet registrará crescimento econômico recorde este ano”. **Embaixada da República Popular da China no Brasil**, 24 dez. 2007. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/ztzl/xbdkf/t392630.htm>.

<sup>11</sup> EMBAIXADA DA CHINA. “Economia do Tibet cresce 14,7% no primeiro semestre”. **Embaixada da República Popular da China no Brasil**, 25 jul. 2007. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/ztzl/xbdkf/t344617.htm>.

<sup>12</sup>EMBAIXADA DA CHINA. “China atinge nível mundial na construção e administração da ferrovia Qinghai-Tibet”. **Embaixada da República Popular da China no Brasil**, 10 set. 2007. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/ztzl/xbdkf/t360911.htm>.

feito era visto como impossível pelos mesmos engenheiros que recortaram as montanhas europeias com ferrovias. Isso nos mostra que não pareceu infundada a autovalorização realizada pelo PCC, dado que o platô tibetano, devido à sua geografia, é a região mais desafiadora na implantação dessa infraestrutura. Ainda sobre esse feito, destacamos duas verdades: a primeira, é que esta infraestrutura facilita o acesso e controle da região que se mantém com tensões separatistas; o segundo, é que esse *know-how* vem sendo fundamental na aplicação da *Belt and Road* pelo mundo.

Para além das ferrovias, outros feitos realizados no Tibet devem ser destacados para o melhor entendimento do significado de “integração”. A região, durante o projeto de desenvolvimento do Oeste, ficou de 2000 até 2007 crescendo acima dos 12%<sup>13</sup>; em 10 anos, de 1997 a 2007, seu PIB multiplicou por quatro (FISCHER, 2011). Em rodovias, foram construídos 45 mil quilômetros em 2006 e 48 mil em 2007, com um investimento que fica próximo a três bilhões de dólares na década de 2000.<sup>14</sup> Por fim, mais de meio milhão de tibetanos que viviam em zonas rurais tiveram acesso seguro a água potável, sem contar os quase 200 mil que ganharam acesso estável a eletricidade, só no ano de 2007.<sup>15</sup>

No **Xinjiang**, um cenário próximo se apresenta. A região se localiza no noroeste chinês, fazendo fronteira com a Mongólia, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Afeganistão, Paquistão, além da Índia. Por ser longe do *core* populacional, a integração foi um desafio, assim como um grande feito.

---

<sup>13</sup>EMBAIXADA DA CHINA. “Tibet registrará crescimento econômico recorde este ano”. **Embaixada da República Popular da China no Brasil**, 24 dez. 2007. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/ztzl/xbdkf/t392630.htm>.

<sup>14</sup>EMBAIXADA DA CHINA. “Tibet investiu mais de meio milhão de dólares para construção de estradas”. **Embaixada da República Popular da China no Brasil**, 10 jan. 2008. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/ztzl/xbdkf/t398296.htm>.

<sup>15</sup>EMBAIXADA DA CHINA. “Tibet fornece água segura a 230 mil residentes rurais em 2008”. **Embaixada da República Popular da China no Brasil**, 05 mar. 2008. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/ztzl/xbdkf/t421530.htm>.



Figura 3- Província de Xinjiang



Fonte: Mapa Mundi<sup>16</sup>

Para acelerar o desenvolvimento, os investimentos ganharam centralidade em três áreas. A primeira foi a petroquímica, onde Xinjiang se aproveita das grandes reservas da Ásia Central (FAKHMIDDIN; CHEN, 2013) para se tornar o principal *hub* de hidrocarbonetos como também uma região especializada no refino dessas *commodities*<sup>17</sup>.

Se o setor da petroquímica, em Xinjiang, teve incentivos no início do milênio para hoje se tornar um dos principais de toda a China (PANG; LIU; MA, 2017), com a indústria do algodão não foi diferente. Em 2004, os Pesquisadores Fan e Zhang (2004) analisaram profundamente a característica produtiva do campo na China. No artigo, quando se trata de Xinjiang, os pesquisadores apontam grandes problemas na produtividade vinda do solo. Segundo os dados levantados, na região faltava “de tudo um pouco”: pouca terra fértil, poucos trabalhadores qualificados, baixa aplicabilidade de fertilizantes e, principalmente, uma irrisória densidade de infraestrutura e disponibilidade tecno-científica.

Faz-se notar, assim, o tamanho dos investimentos que seriam necessários, pois, mesmo que a indústria do algodão não seja citada no trabalho deles, podemos extrapolar a realidade apresentada para esse setor, vide o uso do solo que por eles foi estudado. Dado esse fato, a iniciativa de desenvolvimento do “Grande Oeste” estava, durante grande parte da primeira década dos anos 2000, respondendo os problemas que os pesquisadores haviam levantado. A produção de algodão e a indústria têxtil tiveram um forte incentivo, fazendo com que em 2006

<sup>16</sup> UIGHURES, The. “The people’s Republic of China and the West”. **Mapa Mundi**. 2021. Disponível em: <https://mapamundi.org.br/2021/os-uighures-a-republica-popular-da-china-e-o-ocidente>.

<sup>17</sup>TROUSH, Sergei. “China’s Changing Oil Strategy and its Foreign Policy Implications”. **Brookings**, 01 set. 1999. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/chinas-changing-oil-strategy-and-its-foreign-policy-implications/>.

a China tivesse se tornado a maior produtora de algodão do mundo, tendo Xinjiang como protagonista<sup>18</sup>.

Porém, a despeito do desenvolvimento das forças produtivas, Xinjiang “só” teve sua infraestrutura modernamente integrada ao restante da China com a conclusão da linha de trem de alta velocidade, os populares “trem-bala”. Estes diminuíram o tempo de viagem de vinte e uma horas para menos de oito, unindo Lanzhou (cidade localizada na região central do país) a Urumqi, capital do Xinjiang. Foram 1.700 quilômetros finalizados em 2013, algo como ligar São Paulo a Buenos Aires por linhas de trem de alta velocidade, porém sem o incentivo de serem as cidades mais importantes da América Latina.

Os exemplos que levantamos sobre a integração territorial nacional mostram bem como Pequim lida com a necessidade de anexar mercados. Não apenas desenvolveu as forças produtivas da região, como conectou uma moderna rede de transportes. Em outras palavras, o processo de melhoramento é duplo, tanto na produção, quanto no escoamento. A hipótese que o estudo dessa realidade nos levantou foi: será que o modo que Pequim integrou o seu território é o método que ela utiliza na *Belt and Road*? Mas para estressarmos esta possibilidade, precisamos antes entender melhor o mercado interno chinês e como esse gargalo do desenvolvimento foi sendo solucionado.

### 1.3.3. O Mercado Nacional

A demanda pela integração nacional do território chinês nos expõe a números notáveis. O resultado desse esforço foi a China ter usado mais concreto em três anos (2011-2013) do que os Estados Unidos em um século.<sup>19</sup> Esse dado é ilustrativo da corrida na qual a China se encontrava para vencer o deficitário desenvolvimento dos séculos de instabilidades. Neste cenário, a parcela básica do desenvolvimento do Mercado Nacional foi alcançada, mas não todo ele.

O primeiro panorama que devemos abordar é a razão. É quase consenso na academia alegar que Pequim reorganizou sua economia à luz da crise de 2008. Quanto a este dogma, propomos uma crítica. Se é verdade que a política de plataforma exportadora de Pequim mudou

---

<sup>18</sup> ITC. “The structure and characteristics of the domestic cotton market: a macro view.” **Internacional Trade Center**, 10 jul. 2021. Disponível em: <https://www.intracen.org/The-structure-and-characteristics-of-the-domestic-cotton-market-a-macro-view2/>.

<sup>19</sup> VOLTOLINI, Ramon. “Bill Gates: ‘China usou mais concreto em 3 anos do que os EUA em um século’”. **Tecmundo**, 23 fev. 2015. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/engenharia/75349-bill-gates-china-usou-concreto-3-anos-eua-em-seculo.htm>.

apenas com a crise de 2008; se é fato que este evento transformou a política chinesa ao ponto de conduzi-la no desenvolvimento do mercado nacional, o que explica a tática de luz ofuscada de Deng Xiaoping? O que justifica os planos quinquenais antecessores à crise, que já indicavam o desenvolvimento do mercado nacional, assim como a própria construção das redes de ferrovias que geraram a integração territorial?

Não estamos negando a repercussão que a crise teve na política de Pequim, mas afirmar que ela foi o fator determinante é dar o protagonismo a atores que nesse teatro são coadjuvantes. Os eventos de 2008, no nosso entendimento, aceleram as mudanças que já vinham sendo aplicadas, deram legitimidade e força para o grupo político que defendia a “próxima etapa de desenvolvimento”. Deng pediu para a China “esconder sua força e esperar o seu tempo”, o desenvolvimento do mercado interno é justamente o fim da espera. Ao fortalecer um mercado de 1,3 bilhões de pessoas, passa um recado claro para o mundo: “não vamos mais aceitar a posição desprivilegiada que nos foi imposta”.

Afirmamos isso pois desenvolver o mercado nacional e progredir na escala de complexidade produtiva, é buscar gerar concorrência para as potências consolidadas. Hoje, toda potência existente passou por um processo de desenvolvimento do mercado nacional, e, para isso, o Estado precisou ocupar a vanguarda.

A vanguarda, nas táticas de guerra, é aquele grupo que tem o objetivo de romper as linhas defensivas, as barreiras, e, nesse caso, os limites dos papéis que a China tinha permissão de desempenhar. Em outras palavras, quando Pequim demonstra ao mundo que irá desenvolver seu mercado interno, ela está afirmando que não mais aceita uma posição desprivilegiada na cadeia global de valor; e ao não aceitar seu papel, ela rasga o roteiro que a Ordem Americana estabeleceu para ela.

O plano estadunidense era “perfeito”. Com a ordem liberal estabelecida e sem concorrentes para questioná-la, nenhuma potência desafiadora poderia surgir (FUKUYAMA, 1992). Evidenciamos, como Arrighi (2007) nos alertou, que Pequim jamais adotou o Consenso de Washington, pois ela sabia que aceitar essa doutrina era abdicar da ambição de retornar ao posto de potência.

Vejam, a estratégia de Pequim não é, propriamente, uma novidade. List, na obra *The National System of Political Economy*<sup>20</sup>, firmou que a Ordem Liberal aplicada à nação de forma irrestrita, congelaria as posições de poder (internacional) e que um Estado que desejasse se desenvolver, teria que negar suas posições “naturais” dentro dessa cadeia global de valor.

---

<sup>20</sup> LIST, Friedrich. **The National System of Political Economy**. Philadelphia: JB Lippincott & Company, 1856.

Poderíamos ir mais longe: Hamilton<sup>21</sup>, o primeiro secretário do tesouro dos Estados Unidos, em um relatório ao congresso americano, dá as bases do desenvolvimento do mercado nacional que List aprofundou em sua obra, assim como funda a política protecionista e desenvolvimentista dos Estados Unidos.

Não coincidentemente, Hamilton, List e Pequim se desenvolveram por meio das “mesmas” etapas - guardadas as devidas proporções. Os ingredientes do “bolo do desenvolvimento” foram e são: integração territorial através de infraestrutura, desenvolvimento e proteção das forças produtivas nacionais e impulsionamento desses setores para a conquista do mercado global. Em outras palavras, não há potência sem um Estado eficiente e atuante no processo de desenvolvimento.

Cada elemento tem uma razão de ser. As ferrovias, além de serem o meio de transporte mais eficiente em terra, também incentivam a indústria da metalurgia e de motores. No que lhe concerne, conecta mercados locais e regionais permitindo que os recursos do país estejam todos à disposição do projeto. No caso dos Estados Unidos e, especialmente, da China, conectar esses mercados regionais era, verdadeiramente, fundar as bases de um mercado nacional poderoso.

Ainda dentro dessa lógica, a promoção desse mercado nacional passa pela proteção e propulsão dos setores eleitos. Seja com compras governamentais, com isenção de impostos, elevação de taxas alfandegárias ou com Zonas Econômicas Especiais, a proteção e propulsão estão lá. Com a propulsão, existe a competição internacional: se o mercado interno serve para o “treinamento” das indústrias nacionais, o mercado internacional está lá para ser conquistado.

Nesse estágio, como demonstra Ha Joon Chang (2002), as potências capitalistas iniciam o processo de negação a outros países dos princípios desenvolvimentistas que permitiram que elas subissem o nível de complexidade produtiva, e essa ação é, evidentemente, estratégica. Visto que a “receita do desenvolvimento” é efetiva, quanto mais países a usarem, maior será a competição e, por consequência, menor será a possibilidade da “sua” indústria dominar todo o mercado. Esse processo é observável desde a fertilização de *think tanks* que pregam o liberalismo como a panaceia para o subdesenvolvimento, quanto a criação de órgãos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, que forcem o remédio neoliberal a países que possuem poucas alternativas de ascensão.

#### 1.3.4. A Geração Da Complexidade

---

<sup>21</sup> HAMILTON, Alexander. **Report to Congress on the Subject of Manufactures**. Washington: [s. n.], 1791.

O desenvolvimento da capacidade de consumo das famílias foi uma peça importante a ser conquistada no desafio do desenvolvimento. Na escada da industrialização, essa “segunda etapa” ocorre quando o esgotamento da mão de obra barata está no horizonte. Em outras palavras, a ascensão dos salários abre a janela de oportunidade para o consumo, desde que os novos trabalhos estejam atrelados a um aumento de complexidade produtiva.

Todavia, não nos enganemos em pensar que esse processo é natural. Tanto a complexificação da produção, quanto a busca pelo aumento de salários, são batalhas políticas. Os empresários querem se manter pelo caminho de menor esforço, sem inovar e com a proteção do Estado. Os trabalhadores, por outro lado, querem ganhar o máximo possível além de terem a melhor condição de trabalho imaginável. Com essas duas concepções postas, a estagnação não é um caminho incomum.

Para impedir a inércia, os planos quinquenais (10° e 11°) iniciaram a resposta à falta de inovação e de complexidade na produção.<sup>22</sup> Seus objetivos eram qualificar a industrialização<sup>23</sup>, desenvolver a infraestrutura<sup>24</sup> e começar o processo da longa marcha tecnológica.<sup>25</sup> Por esse prisma, as demandas da população foram adiadas para a priorização da criação de uma base que iria sustentar a vanguarda tecnológica que viria.

Queremos destacar que, desde 2000, a gestação da estrutura que permitiria o avanço da complexidade produtiva que, como dissemos, é fundamental para a qualificação de um mercado nacional robusto, já tinha sido iniciada. O que ressalta essa realidade é a China, de 2002 a 2010, ter multiplicado por 4 o número de doutores.<sup>26</sup> Dado esse contexto, reforçamos nossa posição de que parece equivocado crer que Pequim apenas mudou sua política com a Crise de 2008.

A política é um jogo de alocação de energia: se o foco é em X, invariavelmente faltará para Y. Nesse caso, o Y são as centenas de milhões de trabalhadores. Observar o processo de reação dos cidadãos a essa realidade, que ocorreu na primeira década do milênio, é de

---

<sup>22</sup> CHINA ORG. “China to Raise Education Expenditures”. **Xinhua News Agency**, 06 mar. 2006. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/2006lh/160305.htm>.

<sup>23</sup> CHINA ORG. “The 10th Five-Year Plan (2001-2005)”. **China Daily**, 23 fev. 2011. Disponível em: [https://www.chinadaily.com.cn/china/2012npc/2011-02/23/content\\_14689665.htm](https://www.chinadaily.com.cn/china/2012npc/2011-02/23/content_14689665.htm).

<sup>24</sup> CHINA ORG. “China's Key Transport Infrastructure Projects for 2006-2010.” **Xinhua News Agency**, 06 mar. 2006. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/2006lh/160316.htm>; [http://en.people.cn/200201/31/eng20020131\\_89701.shtml](http://en.people.cn/200201/31/eng20020131_89701.shtml).

<sup>25</sup> CHINA ORG. “Major High-tech Projects Planned for 2006-2010”. **Xinhua News Agency**, 06 mar. 2006. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/2006lh/160294.htm>.

<sup>26</sup> MAJUMDER, Kakoli. “Where does China stand in the global PhD boom?”. **Editage**, 18 aug. 2014. Disponível em: <https://www.editage.com/insights/where-does-china-stand-in-the-global-phd-boom?refer=scroll-to-1-article&refer-type=article>.

fundamental importância para entender o quadro que vai empurrar Pequim a estar mais presente nos tabuleiros internacionais.

### 1.3.5. O custo da ascensão

Já enfatizamos a relevância do consumo para o mercado nacional. Todavia, na primeira etapa do projeto de desenvolvimento chinês, a expansão do consumo das famílias não era pauta prioritária. Isso não quer dizer que os cidadãos chineses não tiveram um aumento substancial de renda, um PIB *per capita* que sai de \$ 194 dólares (1980) para \$ 959 (2000)<sup>27</sup>, não é inexpressivo.

Olhando de perto, esse crescimento esconde algumas verdades. A política de plataforma exportadora das ZEEs concentra, por natureza da sua aplicação, a riqueza e o desenvolvimento em algumas áreas. Enquanto isso, empresários chineses na busca pelos mercados internacionais, endossados pelo governo, utilizando da quase infinita mão de obra, pagam o mínimo possível, fazendo com que o ônus da competição caia sobre o trabalhador. Logo, seria surpreendente se não houvesse uma profunda concentração de renda nesse período.

O *Coefficiente de Gini*<sup>28</sup> que, nos dá uma boa ótica das décadas de 1990 e 2000. Vemos que a China dispara<sup>29</sup> na desigualdade após a abertura e que essa subida abrupta se encerra por volta de 2010. Esse refluxo não é uma coincidência: sua explicação está tanto dentro da China, quanto fora. Vamos à análise dessa conjuntura.

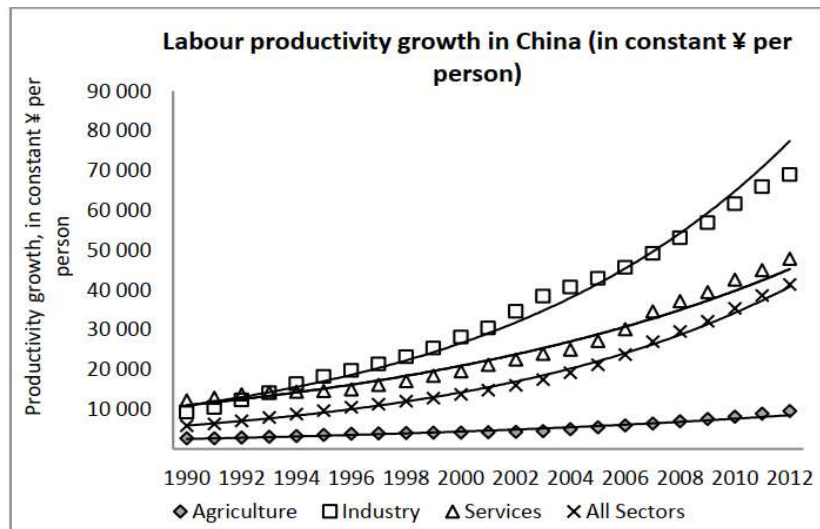
Durante a década de 1990 e início da de 2000, os salários ficaram praticamente estagnados (CHINA LABOUR BULLETIN, 2012). A produtividade do trabalhador da indústria se multiplicou por seis (Figura 4), saindo de 10 mil yuans por ano, para 60 mil. Em contraposição, o salário mínimo, assim como a média salarial, não acompanharam essa ascensão (MAJID, 2015). Aumentando o combustível da revolta, na década de 2000, a inflação dos produtos consumidos pelas famílias chinesas cresceu rapidamente (ver figura 5).

<sup>27</sup> DATA COMMONS. “People's Republic of China: Amount of Gross Domestic Production as Fraction of Per Capita (Nominal)”. **Data Commons**. 2021. Disponível em: [https://datacommons.org/tools/timeline#place=country%2FCHN&statsVar=Amount\\_EconomicActivity\\_GrossDomesticProduction\\_Nominal\\_PerCapita&chart=%7B%22amount%22%3A%7B%22pc%22%3Atrue%7D%7D](https://datacommons.org/tools/timeline#place=country%2FCHN&statsVar=Amount_EconomicActivity_GrossDomesticProduction_Nominal_PerCapita&chart=%7B%22amount%22%3A%7B%22pc%22%3Atrue%7D%7D).

<sup>28</sup> Um dos índices que calculam a desigualdade do país. Vai de 0.0 até 1. Quanto menor o número, maior a igualdade.

<sup>29</sup> WORLD BANK. “Gini index (World Bank estimate) - China.” **DataBank**. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?end=2016&locations=CN&start=1990&view=chart>.

Figura 4 - Produção Média de Riqueza de Um Trabalhador Chinês por Ano



Fonte: (MAJID, 2015)

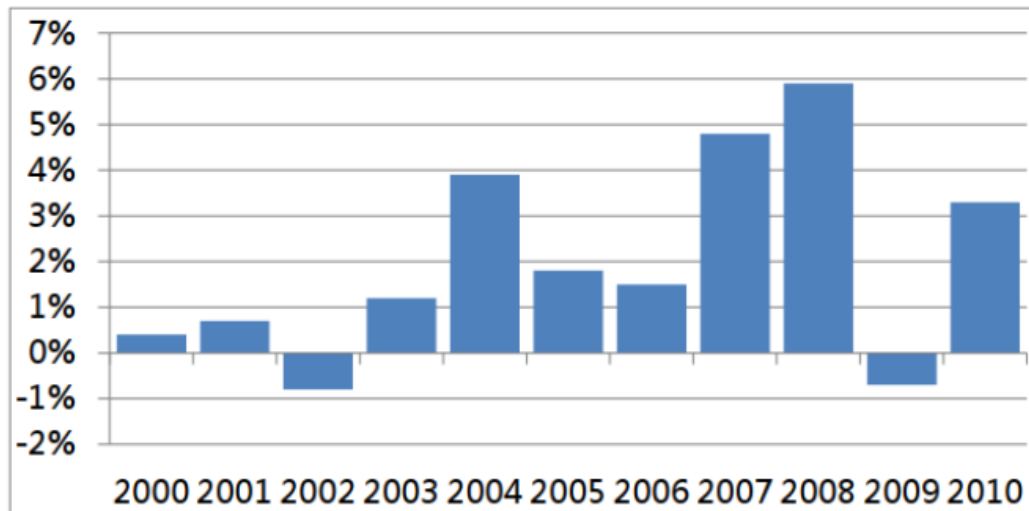
O que queremos dizer é que a escolha do desenvolvimento das forças produtivas deixou um grande ônus: a insatisfação popular. De forma pragmática, a aposta de Pequim foi arriscada; o que demonstra isso são as explosões das manifestações e greves. Para um Partido Comunista, ter greves e manifestações dos trabalhadores é demonstração de que a perda de legitimidade se avizinha. Todavia, é sensato entender as escolhas políticas de cada nação: o PCC tinha um plano e estava disposta a “sangrar” seu capital político para isso.

Como já foi abordado, a estabilidade está em ser vitorioso no desequilíbrio, ou seja, investir o capital político e colher frutos dessa ação, enquanto não perde o controle e a legitimidade dos “desprivilegiados”. Por isso, remontamos o cenário. Até o final da primeira década de 2000, o trabalhador foi desprivilegiado e essa escolha do PCC gerou consequências.

Durante a década de 1990, milhares de greves explodiram. Todavia, na década de 2000, é possível que este número tenha chegado próximo a 1 milhão. O cálculo das movimentações não é oficial; por outro lado, observando a mídia estatal chinesa e a mídia opositora, antes sediada em Hong Kong, e depois no exterior. Os números não parecem ser muito discrepantes. Por isso, mesmo que em 2010 de fato não tenham existido 180 mil manifestações trabalhistas e que em 2006 não tenha ocorrido 90 mil greves, parece sensato afirmar que o trabalhador chinês é o que mais se movimentou contra o *status quo*.<sup>30</sup>

<sup>30</sup>ECONOMIST, The. “Why protests are so common in China”. *The Economist*, 04 out. 2018. Disponível em: [https://www.economist.com/china/2018/10/04/why-protests-are-so-common-in-china?utm\\_source=pocket\\_mylist](https://www.economist.com/china/2018/10/04/why-protests-are-so-common-in-china?utm_source=pocket_mylist).

Figura 5 - Inflação na Década de 2000



Fonte: CHINA LABOUR BULLETIN, 2012)

Para além das causas que já abordamos, é necessário adicionarmos mais cores ao quadro social, político e econômico que Xi Jinping herdaria. Por esse prisma, olhar o sabor das greves, assim como suas características, demonstra ser fundamental para entendermos o *zeitgeist* sobre o qual estamos nos debruçando.

Chan (2013) analisa que as greves na China não constavam na legislação. Vale lembrar Kissinger (2011), que afirmava, em comparação, que o *sinocentrismo* do Império Han também não possuía definição escrita. Assim como interpretamos que no caso de Kissinger (2011), a definição não existia, pois, a “obviedade” da supremacia chinesa não precisa ser explicada, temos um entendimento similar quanto às manifestações.

A cultura chinesa, fundamentada na combinação da legitimidade do legalismo e na harmonia do confucionismo, onde o camponês ocupou papel de destaque na política, gerou uma força revoltosa importante. Na história chinesa existe um sem-número de revoltas populares, por isso interpretamos que a não legislação da forma de realizar greves provoca o entendimento de que limitar sua atuação, geraria um choque com um dos pilares culturais mais poderosos da China, pilar esse, inclusive, que levou o PCC à posição atual.

A despeito da nossa extrapolação, o que era fundamentalmente “errado” em uma greve já estava definido. Movimentações que agem com violência para com outros e atacam a legitimidade do Partido são vistas como “greves ilegais”, não por serem greves, mas pelo fato dessas ações estarem enquadradas em crime em qualquer outro cenário. Entendendo essa definição, sabemos que 5% das greves da década de 2010 eram consideradas ilegais (CHINA LABOUR BULLETIN, 2012). Isso nos mostra que, apesar da “aposta” do PCC ter sido



arriscada, o percentual de “greves ilegais” demonstra que eles ainda tinham algum tempo até que essas movimentações significassem um risco grave à estabilidade do partido.

Além disso, outro fator determinante entra no tabuleiro. Antes de 2000, os principais responsáveis por disseminar as notícias de greves eram os jornais e mídias que, por sua vez, sofrem uma relevante influência do Partido. Logo, para a população, se as greves não fossem noticiadas pelos jornais eles não teriam como saber que, em simultâneo, ocorriam centenas pelo país. Todavia, com o advento da internet, essa lógica começou a dissipar. O monopólio da verdade (ORWELL, 2009) foi descentralizado e fragmentado; notícias de greves pelo país todo poderiam ser acompanhadas por meio dos blogs. Isso gerou uma reação imediata do partido, pois dizer que elas não existiam não era mais uma opção. A mudança é clara: em 2001, menos de 10% das greves eram noticiadas pelos jornais; em 2010, o número já estava em 60%. A razão é evidente: é “melhor” falar pelo filtro do partido, do que ser propagado sem filtro nenhum (CHINA LABOUR BULLETIN, 2012).

Com esse fato, entendemos que se a “versão oficial” fosse muito discrepante da “versão paralela”, a legitimidade do partido também poderia estar em jogo, uma vez que ele será visto como mentiroso. O que nos leva à conclusão de que dizer que “não havia problema” se tornava cada vez mais custoso, uma vez que múltiplos veículos descentralizados poderiam negar a versão oficial. Logo, a opção mais plausível era atacar a raiz do problema, ou seja, as condições de vida e de trabalho dos cidadãos.

Realizamos esta reflexão para entendermos que a melhoria de vida da população chinesa não foi uma benevolência do Partido Comunista Chinês: foi uma conquista da classe trabalhadora que se organizou, entendeu seu papel na cadeia global de valor e calculou que a greve gerava muito mais prejuízo às empresas exportadoras do que as melhorias exigidas. Dada esta realidade, entendemos que o inconstante, prematuro *welfare state* após os anos 2000 (SANDER; SCHMITT; KUHNLE, 2012) não era suficiente. O plano para atender às demandas populares, o projeto responsável por essa ação tinha que ser bem maior que um sistema de acolhimento das dores sociais, e esse grande projeto seria guiado por um grupo político dentro do Partido, porém distinto do que estava no poder no início do milênio.

### 1.3.6. Ascensão de Xi Jinping

Quando se pretende estudar uma liderança, principalmente do tamanho histórico de Xi Jinping, é necessário iluminar as dificuldades para que não sejamos engolidos por elas. Xi,

como uma das autoridades mais influentes da China moderna, desenhou uma biografia poderosa. A força gravitacional que sua narrativa gera, tanto na população chinesa, quanto em quem a pesquisa, é nítida. Os primeiros dados históricos com os quais nos deparamos são típicos de grandes personalidades.

Se trocássemos alguns nomes, poderíamos estar falando de Alexandre, o Grande, Júlio César, Napoleão, Jesus Cristo ou outro “herói”. Isto ocorre, pois, a forma com que a nossa espécie conta “grandes histórias” mantém alguns padrões. Quem melhor identificou esse padrão, assim como o racionalizou, foi Campbell (1997). Ele nos apresenta o conceito de *Monomito*. Ele argumenta que na construção de uma grande personalidade, alguns arquétipos se repetem. Vamos entender melhor esse argumento.

Primeiro, o indivíduo se torna singular, acumulando alguma característica que faz o personagem ser o escolhido: Alexandre é filho de Filipe da Macedônia; Jesus é filho de Deus. Além de “nascerem” distintos, eles são convocados a uma jornada de desafios que vai os transformar: Alexandre é “exilado” e estuda com Aristóteles; Jesus vence as tentações no deserto; Júlio César expulso de Roma e capturado por piratas.

Na jornada desafiadora, os mitos encontram um tutor e saem desse processo poderosos, prontos para transformar o mundo: Alexandre vai conquistar a Pérsia, Júlio César a Gália, Jesus vai espalhar “a palavra”. Com o grande poder que eles detêm, há um sacrifício em nome de um “bem maior”: para Alexandre, “levar civilização” para o mundo às custas de sua saúde; Júlio César expande, controla e abre as portas para uma Roma Imperial as custas de sua vida; Jesus “salva a humanidade” sacrificando a si mesmo.

Muitas outras histórias de grandes personalidades são contadas nesses termos. A eficiência e semelhança do ciclo de construção do “herói” são gritantes. Fizemos essa análise com o conceito de *monomito*, para demonstrarmos o quanto as histórias de personalidades relevantes são construídas para serem grandiosas. Ressaltamos esse fato pois Xi Jinping deseja essa mesma “grandiosidade” para a sua trajetória, visto que essa grandeza lhe confere poder; logo, é fundamental que sua história seja contada nesses moldes. Por isso, vejamos qual é a narrativa que Xi quer contar de si mesmo.

Xi é filho de um dos maiores revolucionários da China, passou fome e viveu em uma caverna (nascimento especial e provação). No início da sua carreira, foi secretário de gabinete de outro grande revolucionário e passou pelas províncias mais pobres da China (tutor e desafio). Nesse caminho, sempre valorizou os mais pobres se demonstrando incorruptível e pragmático (crescimento e grande feito). Não estamos dizendo que Xi forjou cada linha da sua biografia; estamos destacando que, para “manipular” o passado, basta jogar luz apenas em parcelas dessa

história que melhor lhe servem. Esse ato não é, propriamente, uma novidade, mas saber que ele está presente faz com que encaremos essa problemática de forma mais racional.

Retomando, de forma não coincidente, os pontos que mais ressaltam na mídia, fortemente influenciada pelo governo chinês, vemos fragmentos da história que reforçam a *Jornada do Herói*, que apresentamos pela ótica de Campbell (1997). Por isso, reforçamos, Xi Jinping conta sua história como se ele fosse Alexandre ou Júlio César, e devido à capacidade do líder chinês de moldar os dados que serão publicados, não conseguimos reconstruí-los sem essa “aura” grandiosa. Feito esse aviso, observemos a ascensão de Xi Jinping ao poder.

Xi Jinping é o que a oposição ao PCC chama de *príncipe*<sup>31</sup>, ou seja, filhos e sucessores do antigo alto escalão do partido. Todavia, o atual presidente chinês é ainda mais “singular”: ele é filho de um dos fundadores do PCC, Xi Zhongxun.<sup>32</sup> O que, no período de Mao, não era propriamente uma grande vantagem, pois ser “grande” implicava em ser uma possível ameaça à liderança e, como tal, Zhongxun foi preso em 1962<sup>33</sup> tendo seu poder dissipado.

Consoante com o reflexo da derrota política de seu pai, Xi é jogado no ostracismo, perdendo todo o acesso privilegiado que os jovens de sua idade tinham por serem filhos de partidários de alta hierarquia, tendo que, inclusive, viver em uma caverna. Nas suas palavras, “em janeiro estava alimentado, em fevereiro estava magro, em março e abril... quase morto.”<sup>34</sup>

35

A despeito das punições que sua família recebeu do PCC, Xi se tornou, como jovem adulto, “o mais vermelho entre os comunistas”, demonstrando uma fidelidade e resiliência à causa que já se destacava. O que pode explicar esse feito é um fenômeno histórico recorrente. Muitas vezes, grupos e indivíduos marginalizados na sociedade, que pela sua posição conseguem vislumbrar o “centro”, porém estão muito próximos da periferia, se tornam os defensores mais fiéis e resilientes da estrutura. Nesse caso, para “provar” que seu pai não era um traidor, para recuperar a “honra da família” e para buscar sua própria sobrevivência, Xi teria se tornado mais “real que a realeza”. Ao menos, essa é nossa hipótese.

<sup>31</sup> HIGUERAS, Georgina. “Os ‘príncipes’ da nova China”. **O Globo**, 05 nov. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/os-principes-da-nova-china-6633853>.

<sup>32</sup> FRANCE PRESSE. “Xi Jinping, o enigmático ‘príncipe vermelho’ que vai dirigir a China”. **O Globo**, 15 nov. 2012. Disponível em: <http://glo.bo/PWbUrS>.

<sup>33</sup> BUCKLEY, Chris; TATLOW, Didi Kirsten. “Cultural Revolution Shaped Xi Jinping, From Schoolboy to Survivor.” **The New York Times**, 24 set. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/09/25/world/asia/xi-jinping-china-cultural-revolution.html>.

<sup>34</sup> ZHOU, Christina; MANTESSO, Sean Chinese. “President Xi Jinping's astonishing rise to become one of the world's most powerful people.” **ABC**, 05 mar. 2019. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2019-03-06/the-astonishing-rise-of-chinese-president-xi-jinping/10794486>.

<sup>35</sup> GARNAUT, John. “The Creation Myth of Xi Jinping”. **Foreign Policy**, 19 out. 2012. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2012/10/19/the-creation-myth-of-xi-jinping/>.

Dada esta realidade, Xi Jinping tentou por 10 vezes entrar no Partido Comunista - nas 9 primeiras ele fracassou.<sup>36</sup> Há algumas versões para seus fracassos: a primeira, é que o histórico familiar pesava contra ele; a segunda, é o simples fato de Xi não ter a mesma preparação dos *príncipes* partidários, por isso não teria obtido uma boa avaliação nas provas. Independentemente dos motivos, ele adentrou ao Partido no começo da década de 1970 e nos próximos 40 anos ele subiria degrau por degrau dentro da hierarquia político-burocrática da China.

No final dos anos 1970, Xi conseguiu um cargo dentro do Exército de Libertação Popular (ELP), servindo como “chefe de gabinete” de um antigo amigo de seu pai e grande personagem nas forças armadas chinesas, Geng Biao.<sup>37</sup> Essa passagem é importante, pois deu a Xi contatos e a experiência nas forças armadas, que se tornariam peças valiosas para a suas futuras vitórias políticas. Ainda em Pequim, Xi parece forçar sua ida para regiões pobres e rurais; nós avaliamos que ele entendeu, melhor que ninguém, que em Pequim, dentro da ELP, ele estaria em um palco político maior. Porém, com muitos atores, já no interior, ele poderia ser protagonista, mesmo que em uma situação menos privilegiada.

Nessa busca por protagonismo, Xi Jinping foi indicado como *Deputy Secretary* (Secretário Assistente) do *county* (distrito/vila) de Zhengding. Zhengding era um distrito rural da cidade de Shijiazhuang que, por sua vez, era capital da província (rural, pobre e pouco desenvolvida) Hebei. Durante um ano, Xi ocupou uma posição desprivilegiada, mas rapidamente começou sua ascensão. Sobre ela, não pretendemos citar cada cargo, mas em algumas posições, vamos destacar.<sup>38</sup>

De 1982 a 1983, Xi Jinping foi *Deputy Secretary* do distrito de Zhengdin. Com destaque, em um ano (1983) ele se tornou *Secretary* (Secretário do Distrito) e *1st Political Commissar* (Comissário Político) da mesma região, o que, em linhas gerais, fez dele o membro do Partido de maior autoridade em Zhengdin, responsável pela disciplina ideológica dos militares e da chefia do partido no distrito, até 1985.<sup>39</sup>

---

<sup>36</sup> MAI, Jun. “The early years: the troubled times that ‘forged Xi Jinping’”. **South China Morning Post**, 29 jun. 2017. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/society/article/2104580/xi-jinpings-troubled-early-years-are-detailed-communist-party>.

<sup>37</sup> GODEMENT, François. “Portrait of Xi Jinping - President of the People's Republic of China”. **Institut Montaigne**, 22 nov. 2018. Disponível em: <https://www.institutmontaigne.org/en/blog/portrait-xi-jinping-president-peoples-republic-china>.

<sup>38</sup> LI, Eva. “Chinese county where Xi Jinping worked steps up bid to get ‘state-level’ status”. **South China Morning Post**, 03 mai. 2017. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/policies-politics/article/2092591/chinese-county-where-xi-jinping-worked-steps-bid-get>.

<sup>39</sup> XINHUANET. “Xi Jinping - General Secretary of CPC Central Committee”. **Xinhuanet**, 20 out. 2017. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/2017-10/25/c\\_136705528.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2017-10/25/c_136705528.htm)

Com os trabalhos prestados na província de Hebei, Xi Jinping conquistou uma vaga para a rica (segundo os padrões chineses) província de Fujian. De 1985 até 1997, serviu em cargos de maior prestígio nas cidades de Xiamen, Ningde, Fuzhou. Nessas cidades, obteve cargos de maior destaque, ou seja, prefeituras de grandes cidades, forças armadas e representante da província no Congresso do Povo (Legislativo Nacional).<sup>40</sup>

De 1997 até 2002, Xi se consolidou como um “promissor” quadro do PCC. Ganhou ainda mais destaque na Província de Fujian, se tornando, de 2000 até 2002, seu governador. Em todos esses anos, além de trabalhar em posições relacionadas à burocracia partidária, ele também esteve em posições relacionadas às forças armadas. Em 2003, foi deslocado para a província vizinha, Zhejiang, também rica e desenvolvida, para mais uma posição tendo responsabilidades em posições burocráticas e administrativas.<sup>44</sup>

Em Zhenjiang, ele permaneceu até 2007. Neste período, já se encontrava como um dos principais quadros do Partido (na oposição), manufaturando uma aura de “pragmático”, “homem do povo”, e, acima de tudo, “incorrupível” e “trabalhador”. Sua trajetória até esse momento era a de alguém que tinha, no início da sua vida, passado fome, tendo que morar em uma caverna, que com o “trabalho duro e a dedicação” ascendeu nos quadros do PCC sem ter nenhuma mancha na sua história, sempre sendo um “cidadão modelo”. Pouco faz diferença aqui se Xi Jinping era de fato essa *persona* que ele vendeu; o que é relevante nesse comércio de imagem, é que grande parte do público a comprou. Por isso, podemos adaptar o ditado romano “um político bom, não é, necessariamente, incorruptível e trabalhador, mas aparenta ter essas qualidades”.<sup>44</sup>

Devido a essas alcunhas populares, e com a explosão de um escândalo de corrupção em Xangai, Xi é movido, em 2007, para “caçar” os corruptos do partido na cidade.<sup>41</sup> Esse movimento do Partido é de extrema relevância. Como apontamos, a então autoridade do PCC na Cidade, Chen Liangyu, se envolveu em um grande escândalo de corrupção que tomou conta dos jornais do país. Como medida do partido para solucionar o problema, eles escolheram aquele que é reconhecido como incorruptível, Xi Jinping. Esse movimento deu a Xi a ferramenta máxima para que ele alcançasse o poder: ele tinha se tornado a “Espada da Justiça do Povo” e não iria desperdiçar esse poder.

---

<sup>40</sup> CHINA VITAE. “Biography: Xi Jinping.” **The China Vitae Research Library**. 2021. Disponível em: [https://www.chinavitae.com/biography/Xi\\_Jinping/full](https://www.chinavitae.com/biography/Xi_Jinping/full).

<sup>41</sup> WATTS, Jonathan. “Most corrupt officials are from poor families but Chinese royals have a spirit that is not dominated by Money”. **The Guardian**, 26 out. 2007. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2007/oct/26/china.uknews4>.

Atuando na cidade mais importante do país, o nome de Xi foi alçado de forma nacional, tanto para os membros do Partido, quanto para a população. Esse cenário deu-lhe um poder político extremamente relevante. Considerando seu histórico, sua ascensão, seus contatos e sua popularidade, Xi venceu a disputa interna no partido e, em 2008, foi escolhido como **Vice-Presidente** do país, o que indicava que ele seria o sucessor do até então presidente Hu Jintao.

Destacamos nessa ascensão política do estadista chinês sua profunda experiência nas mais diversas posições da burocracia estatal. Paralelo a esses anos dedicados à política, Xi também passou breves períodos em Pequim. Também temos que destacar que ele se tornou Doutor pela universidade de Pequim, Tsinghua. Com esse feito, Xi se tornou o primeiro presidente da China com essa titulação, o que demonstra, também, o momento em que a China gerava milhões de cientistas.

Nessa primeira década de 2000, corrupção, baixo desenvolvimento científico, manifestações, concentração de riqueza e pouco direitos trabalhistas fizeram com que a década fosse vista como um fracasso por uma faixa significativa da sociedade. Os escândalos de corrupção tomaram os jornais de assalto; o Partido, apesar de sólido, via uma ameaça à sua legitimidade. Setores empresariais enriqueciam cada vez mais, a burguesia nacional desejava mais poder político e, em contrapartida, a população desejava melhores condições de trabalho, enquanto a desigualdade tornava-se palpável. O cenário não era calamitoso, ao contrário do que Xi tentava fazer parecer. Todavia, mesmo com uma ruptura do partido não parecendo ser provável no período, é possível que a “calamidade”, de fato, já estivesse no horizonte de evento observável entre as facções políticas do PCC.

Xi Jinping surge como uma resposta pragmática a esses problemas. Se o povo protestava contra a corrupção, Xi Jinping era o “incorrupível”; se a população clamava por melhores condições de trabalho, Xi Jinping era o “homem do povo” que sempre privilegiou os trabalhadores; se setores do partido eram cada vez mais cooptados pelas grandes empresas, Xi Jinping era o “mais vermelho entre os comunistas” e poderia domar a burguesia com seu pragmatismo e assertividade. Por isso, a despeito das narrativas de Xi e do crescimento econômico notável, do início de melhoria das condições de trabalho e da integração territorial que edificava um mercado nacional robusto, Hu Jintao não foi capaz de fazer seu sucessor, sendo derrotado pela oposição que foi materializada na figura de Xi Jinping.

Olhando a História chinesa, vemos que sua burocracia foi eficiente em fornecer bons quadros para momentos críticos. Deng Xiaoping foi fundamental para o novo horizonte de possibilidade da China, Xi Jinping idem. Buscamos identificar esses personagens por uma ótica onde eles são resultados de fenômenos históricos complexos, respostas do seu tempo para os

problemas da sua geração. Mao, Deng e Xi, os três grandes do último século chinês, são líderes manufaturados a partir das demandas historicamente impostas à sua civilização; se não fossem eles, seriam outros com características semelhantes, pois o que os fizeram efetivos foram suas visões de mundo e capacidade de ação, com consonância a uma maioria política que comungava desse mesmo horizonte.

A China da década de 1940 precisava sobreviver às ameaças externas e internas. Quem dentro dessas linhas de atuação representava melhor essas ideias? Mao. Na década de 1970, a segurança já fora garantida, Pequim é reconhecida como a “verdadeira China” e ocupa a cadeira permanente do Conselho de Segurança. A prioridade agora é enriquecer: quem dentro dessas linhas poderia melhor fornecer isso? Deng e seu grupo político. Na primeira década do milênio, a China enriqueceu e entrou para OMC, porém ainda precisava melhorar as condições de vida do seu trabalhador, diminuir a corrupção do PCC, fortalecer seu controle na burguesia nacional e aumentar o campo de atuação global para garantir seu desenvolvimento. Quem dentro dessa lógica pode cumprir esse papel? Xi Jinping e seu grupo político.

Novamente, Xi é produto e não apenas produtor. Ele foi a resposta do partido/burocracia para os problemas historicamente impostos à China. Xi Jinping não é Alexandre, “O Grande”, e nem Júlio César; ele é “apenas” um ator que construiu os atributos certos para um teatro político e social que demandavam essas qualidades. Se essas características eram materiais ou ilusórias, pouco faz diferença; o que é fato, são elas, verdadeiras ou não, darem a Xi um poder real, que seria utilizado, junto de sua facção, para a estabilização da China e sua expansão global.

### 1.3.7. Poder não se ganha, se conquista

Quando assumiu a cadeira de Presidente da China e Chefe do Partido, Xi Jinping expôs seus objetivos: O Sonho Chinês, que seria trilhado pelo Rejuvenescimento da Nação. Esses conceitos podem ser entendidos como o alcance de alguns objetivos materiais: desenvolver uma sociedade próspera; recolocar a China no centro do mundo; desenvolver a capacidade chinesa de se manter soberana perante os desafios históricos.

No seu discurso de posse<sup>42</sup>, esses conceitos já se manifestam. Todavia, é com os anos seguintes à 2013 que observamos a construção política desses objetivos. A despeito desse fato,

---

<sup>42</sup> BBC News. “China's new party chief Xi Jinping's speech”. **BBC**, 15 nov. 2012. Disponível: <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-20338586>.

temos que entender que recolocar a China no Centro do Mundo é o objetivo e o meio para alcançar e manter a “sociedade próspera”; por esse prisma, o veículo que levará todas as estradas para Pequim é a materialização da política externa chinesa, a ***Belt and Road Initiative***.

Para que sua visão de mundo fosse aplicada, é necessário entender como Xi Jinping toma as rédeas do Partido. Isso estabelecido, após nos dedicarmos a entender como a China chega nas mãos de Xi Jinping, vamos compreender como, em suas mãos, o poder na China se torna seu. Para isso, duas vitórias decisivas foram necessárias: a vitória no Partido e na Sociedade. A questão central é que, em dado momento, ambas se misturam, principalmente quando observamos a pedra angular em que essas vitórias foram edificadas, a Grande Campanha Contra a Corrupção.

### 1.3.8. A Grande Campanha Contra a Corrupção

Para de fato realizar as políticas reformistas que desejava, Xi Jinping teve que travar um conflito dentro do Partido. Ao contrário de seus antecessores, que venciam ou perdiam essa disputa longe dos olhos dos cidadãos, Xi adotou outra estratégia. É compreensível a não externalização das disputas políticas entre as facções do PCC: afirmar que existem rachas, brigas e visões distintas de mundo poderia fazer com que todos - dentro do Partido - perdessem, pois, quando o Partido perde legitimidade com querelas midiáticas, todas as facções saem perdendo. Dado esse cenário, a tática de “queimar o circo” para se tornar o “rei das cinzas” raramente foi utilizada. Anotado esse retrospecto, qual foi o *modus operandi* de Xi Jinping?

O atual presidente chinês (2022), no processo de ascensão, criou em torno de si uma aura de homem do povo, trabalhador e incorruptível. Esta última característica seria sua arma mais poderosa. Sabendo das contestações que o Partido sofria, devido aos inúmeros escândalos de corrupção, aliados a uma não distribuição da riqueza que multiplicava os danos dos problemas políticos, Xi expôs essa ferida à população enquanto surgia como a cura.

Segundo documentos da inteligência estadunidense vazados pelo *Wikileaks*, Xi não poderia ser corrompido pelo dinheiro. Todavia, sua “corrupção” se dava na profunda ambição pelo poder.<sup>43</sup> Em outras palavras, Xi não cometeria “crimes” para aumentar sua riqueza, mas estaria disposto a fazer o necessário para aumentar sua influência.

---

<sup>43</sup> WIKILEAKS. “Portrait of vice president Xi Jinping: ‘ambitious survivor’ of the Cultural Revolution”. *Wikileaks*, 16 nov. 2009. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/09BEIJING3128\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09BEIJING3128_a.html).



Para eliminar os dissidentes e estender sua capacidade de ação, Xi Jinping inaugurou a Campanha Contra a Corrupção. “As corrupções”, na história da China, se apresentaram das mais diversas formas. Tendo uma burocracia consideravelmente enraizada e certamente eficiente em alguma medida, também havia espaços para desvios.

O que é certo, é o fato de grande parte da corrupção ser uma ferramenta de obtenção de poder. Altos funcionários permitiam a corrupção para aumentar sua influência ou faziam sua corrupção para ter mais capacidade de comprar apoio. Não estamos dizendo que tais crimes só eram cometidos para velejar de forma mais facilitada no mar político; estamos dizendo que a “corrupção” era, e é, ferramenta política conhecida no horizonte histórico chinês. Por isso, podemos concluir que se a corrupção era uma ferramenta do cabedal político, o combate a ela também seria. Em linha gerais, a corrupção poderia formar alianças e a campanha contra ela poderia eliminar opositores, e foi precisamente esse um dos objetivos das ações de Xi (PARK, 2013).

Nos objetivos gerais da campanha, temos alguns pontos mais específicos. Xi buscou derrotar, seja expulsando do partido, prendendo ou condenando (até mesmo à morte) algumas *personas*: 1) corruptos; 2) opositores; 3) “traidores<sup>44</sup>”. Muitas vezes, se torna impossível saber em quais desses grupos os condenados se enquadravam. Dentro desses segmentos, havia duas distinções: as *moscas* e os *tigres*.<sup>45</sup> Pela nomenclatura já podemos deduzir que as “moscas” eram os partidários de baixa influência, geralmente sendo os operacionais dos verdadeiros “tigres” das corrupções. O que é notável é que o número de *tigres* veio aumentando com o passar do tempo e com o aumento do poder de Xi.<sup>46</sup> O que alimentava a possibilidade de Xi “subir” de cargo à medida que sua força se expandia, mas também era algo tradicional em processos que os primeiros a caírem fossem os que estavam na base da estrutura, enquanto os verdadeiros operadores estão preservados por intermediários.

Os jornais colocavam o número de 2,5 milhões de pessoas investigadas, e 1,5 milhões de pessoas punidas.<sup>47</sup> Todavia, eles não diferenciam as punições. Até onde levantamos, elas

---

<sup>44</sup> Partidários que defendiam, em alguma medida, a ocidentalização do partido ou das instituições.

<sup>45</sup> 郑端端. 从“百虎入笼”看破立反腐新常态. 人民网—中国共产党新闻网. 23 mar. 2015. Disponível em: <http://cpc.people.com.cn/pinglun/n/2015/0323/c241220-26735691.html/>. Tradução: PEOPLE'S Daily Online. “From ‘Hundred Tigers Into the Cage’ to Break the New Normal of Anti-corruption. **People's Daily Online-Chinese Communist Party News**, 23 mar. 2015. Disponível em: <http://cpc.people.com.cn/pinglun/n/2015/0323/c241220-26735691.html/>.

<sup>46</sup> CHINA FILE. “Catching Tigers & Flies.” **Anti Corruption China File**. 2021. Disponível em: <https://anticorruption.chinafile.com/#>.

<sup>47</sup> EFE. “China punishes more than 1.5 million officials for corruption”. **Agencia EFE**, 09 out. 2017. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/english/world/china-punishes-more-than-1-5-million-officials-for-corruption/50000262-3412841>.

podem ser meramente disciplinares, como uma redução do cargo, ou mesmo pena capital. Outros jornais alegavam números menores, mas também não detalham o perfil dos punidos. Com o *China File*<sup>50</sup>, temos o contrário, um incrível detalhamento com nome, foto, cargo, relação com outros partidários e punição; porém, como eles mesmo detalham, o banco de dados é alimentado a partir da divulgação dos nomes por meio das mídias, oficiais ou não. O que nos leva a interpretar que o *China File* apenas aponta os tigres e as “moscas grandes”, pois, “partidários de desconhecidos” não iriam atrair os olhos dos noticiários.

A despeito da problemática numérica, o que parece fato é a força que Xi despendeu nessa campanha, que pode ser exemplificada nos 800 mil funcionários trabalhando diretamente na “caça”.<sup>48</sup> Outro fator importante, como já destacamos, é que a campanha chegou nas altas posições do partido<sup>49</sup>, especialmente ligadas às lideranças provinciais e partidários do ex-presidente Hu Jintao que, na prática, foi oposição a Xi Jinping.

Destacam-se entre esses nomes o braço direito de Hu Jintao, Ling Jihua<sup>50</sup>, e o ex-ministro dos transportes ferroviários, Liu Zhijun<sup>51</sup>, que pela posição, maneja bilhões de dólares em contratos enquanto operava a integração territorial chinesa. O interessante de Liu Zhijun é que, além de ter profundas ligações com o ex-presidente e seu braço direito, ele foi sentenciado à pena capital e, posteriormente, tendo a pena mudada para prisão, o que se especula é que tal mudança serviu para rastrear outros parceiros.

Essa ação parece ter sido corriqueira com os Tigres, como, por exemplo, o Oficial de Combate à Pobreza, Fan Zengyu.<sup>52</sup> Os grandes nomes são “infinitos”, como, a título de exemplo, mais 70 grandes executivos de empresas públicas foram punidos.<sup>53</sup> Por último, destacamos o Wang Baoan, que no período de Hu Jintao sempre ocupou cadeiras importantes

---

<sup>48</sup> TATLOW, Didi Kirsten. “Q. and A.: Ren Jianming on the Fight Against Corruption in China, and His Own Solution”. *Sinosphere*, 02 set. 2014. Disponível em: <https://sinosphere.blogs.nytimes.com/2014/09/02/q-and-a-ren-jianming-on-the-fight-against-corruption-in-china-and-his-own-solution/>.

<sup>49</sup> HUANG, Zheping. “China’s corruption crackdown is so vast, top officials from every single province have been nabbed”. *Quartz*, 12 nov. 2015. Disponível em: <https://qz.com/547695/chinas-corruption-crackdown-is-so-vast-top-officials-from-every-single-province-have-been-nabbed/>.

<sup>50</sup> CHINA FILE. “Catching Tigers & Flies: Ling Jihua”. *Anti Corruption China File*. 2021. Disponível em: <https://anticorruption.chinafile.com/#person=Ling+Jihua>.

<sup>51</sup> KAIMAN, Jonathan. “Liu Zhijun, China's ex-railway minister, sentenced to death for corruption”. *The Guardian*, 08 jul. 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/jul/08/liu-zhijun-sentenced-death-corruption>.

<sup>52</sup> CHINA FILE. Catching “Tigers & Flies: Fan Zengyu”. *Anti Corruption China File*. 2021. Disponível em: <https://anticorruption.chinafile.com/#person=Fan+Zengyu>.

<sup>53</sup> CHINA DAILY. “Anti-corruption drive nets 70 SOE top executives”. *China Org*, 09 jan.2015. [http://www.china.org.cn/china/2015-01/09/content\\_34514533.htm](http://www.china.org.cn/china/2015-01/09/content_34514533.htm).

no Ministério das Finanças<sup>54</sup>; com Xi, foi levado a diretor do *National Bureau of Statistics*<sup>55</sup>, porém, rapidamente condenado à prisão perpétua após investigações.<sup>56</sup>

O que destacamos é que Xi foi agressivo no combate não pelos números que passam pelos milhões, pois, como destaca Park (2013), a corrupção era “normal” na história chinesa, o que torna singular foi a condenação de membros poderosos. Por isso, parece evidente constatar que, com tantos *tigres* presos, sobrou espaço para o então presidente da China usar sua influência e alocar os “amigos do rei”<sup>57</sup> nessas vagas.

Esse cenário reforça o poder de Xi sobre o partido. Porém, seria estranho se não houvesse um contra-ataque. Neste sentido, conseguimos observar a tática de Xi para não ser derrubado no processo de consolidação do poder. Como já dissemos, um dos possíveis caminhos foi realizar uma aceleração gradual do “Combate à Corrupção”. Outro ponto, foi a publicidade que Xi gerou para a campanha e para si próprio, dando legitimidade ao processo e para quem o manejava.<sup>58</sup>

Há de se notar também que Xi reorganizou as estruturas de poder do Partido, criando pequenos grupos de decisão que foram liderados por seus aliados ou por ele mesmo. Ainda nessa lógica, Miller (2016) nos expõe a uma história de transição partidária mais lenta, com o presidente assumindo os principais cargos gradualmente, ritual esse que Xi Jinping não respeitou.

Nas forças armadas, o mesmo ocorreu. Novos braços foram criados e investimentos foram realizados.<sup>59</sup> Xi reorganizou as hierarquias, tanto para enfrentar os novos cenários geopolíticos<sup>60</sup>, quanto para expandir a sua força, garantindo, assim, a lealdade daqueles que seguram as armas. Certamente, os contatos realizados no seu período como *comissário político* e secretário de Geng Biao foram úteis nesta etapa.

---

<sup>54</sup>CHINA VITAE. “Biography: Wang Baoan”. **The China Vitae Research Library**. 2021. Disponível em: [https://www.chinavitae.com/biography/Wang\\_Baoan%7C4667](https://www.chinavitae.com/biography/Wang_Baoan%7C4667).

<sup>55</sup> Algo como o “IBGE chinês”.

<sup>56</sup> CHINA FILE. “Catching Tigers & Flies: Wang Baoan”. **Anti Corruption China File**. 2021. Disponível em: <https://anticorruption.chinafile.com/#person=Wang+Baoan>.

<sup>57</sup> NAKAZAWA, Katsuji. “A dark horse emerges in Chinese succession race”. **Nikkei Asia**, 08 jul. 2016. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/A-dark-horse-emerges-in-Chinese-succession-race>.

<sup>58</sup> LANDRETH, Jonathan; *et. al.* “Xi Jinping: A Cult of Personality?” **China File**, 04 mar 2016. Disponível em: <https://www.chinafile.com/conversation/xi-jinping-cult-personality>.

<sup>59</sup> KECK, Zachary. “China Creates New Military Reform Leading Group”. **The Diplomat**, 21 mar. 2014. Disponível em: <https://thediplomat.com/2014/03/china-creates-new-military-reform-leading-group/>.

<sup>60</sup> CHAN, Minnie. “China hits the launch button for massive PLA shake-up to create a modern, nimble force.” **South China Morning Post**, 25 nov. 2015. Disponível em: [https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/1883071/china-hits-launch-button-massive-pla-shake?utm\\_source=&utm\\_medium=&utm\\_campaign=SCMPSocialNewsfeed](https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/1883071/china-hits-launch-button-massive-pla-shake?utm_source=&utm_medium=&utm_campaign=SCMPSocialNewsfeed).

Com esses movimentos ocorrendo de forma sincrônica, Xi obteve um grande sucesso em controlar o partido. A ELP se tornou leal e os cargos de maior prestígio e importância estavam sob o domínio do seu grupo político. Concomitantemente a essas vitórias, Xi expandia sua influência em setores que garantiriam sua estabilidade.

Para assegurar o futuro do Partido com base na sua ótica de mundo, Xi dedicou energia à formação intelectual da sociedade e dos quadros, “solicitando”, ou seja, pressionando as universidades a tomarem papel de protagonistas na formação ideológica dos seus alunos. Apesar das pressões constantes<sup>61</sup>, o mundo universitário pareceu lidar bem com as demandas, não se contrapondo, mas também não acatando.

Diferente foi a atuação na *Communist Youth League*, responsável por trazer jovens quadros para o Partido<sup>62</sup>, onde Xi foi assertivo e, pela nossa ótica, vitorioso.<sup>63</sup> Esses jovens quadros são reconhecidos por não se originarem da elite histórica do partido, não sendo reconhecido como *príncipes*, e sendo chamados, pejorativamente, de “filhos de lojistas”, acumulando, assim, um prestígio menor, pois, teoricamente, “seus pais não teriam caminhado na longa marcha e nem sangrado pela revolução”.<sup>64</sup>

No tabuleiro político em que Xi Jinping atuava, algumas peças precisaram ser movimentadas. Várias disputas internas haviam sido equalizadas; no entanto, o “espectro do ocidentalismo” pairava sobre a China. Para evitar que os ideais liberais adentrassem a sociedade chinesa, o PCC tonificou as ferramentas de censura e restrição, tanto no âmbito clássico, punindo e pressionando a mídia, quanto na vanguarda tecnológica com o Grande Firewall.<sup>65</sup>

Os objetivos vitais dessas disputas era impedir que ideias como liberdade de imprensa, judiciário independente, exército estatal,<sup>66</sup> multipartidarismo, divisão dos poderes e revisionismo histórico governassem as ideias de parte significativa da sociedade chinesa. Olhando de forma estratégica, são incontáveis as vezes que os Estados Unidos utilizaram dessas liberdades para influenciar e romper soberanias de outros países. Por outro lado, o imperialismo

---

<sup>61</sup> ECONOMIST, The. “Who draws the party line?”. **The Economist**, 25 jun. 2016. Disponível em: <https://www.economist.com/china/2016/06/25/who-draws-the-party-line>.

<sup>62</sup> BLANCHARD, Ben. “China slashes influential Communist Youth League’s budget”. **Reuters**, 03 mai. 2016. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-china-politics-league-idUSKCN0XU0OG>.

<sup>63</sup> LAM, Willy Wo-Lap. “The Eclipse of the Communist Youth League and the Rise of the Zhejiang Clique”. **James Town Foundation**, 11 mai. 2016. Disponível em: <https://jamestown.org/program/the-eclipse-of-the-communist-youth-league-and-the-rise-of-the-zhejiang-clique/>.

<sup>64</sup> WIKILEAKS. “Portrait of vice president Xi Jinping: ‘ambitious survivor’ of the Cultural Revolution”. **Wikileaks**, 16 nov. 2009 Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/09BEIJING3128\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09BEIJING3128_a.html).

<sup>65</sup> Sistema que filtra e censura os sites que os chineses podem acessar, impedindo que páginas da internet ocidentais críticas (ou não) ao governo chinês estejam disponíveis. Apesar disso, tal filtro é facilmente burlável.

<sup>66</sup> Na China, o Exército é do Partido

estadunidense fornece a justificativa perfeita ao PCC para controlar a narrativa e censurar a oposição, ou, se preferir, “proteger os cidadãos”.

A ablação das “ideias ocidentais”, seja no partido ou na sociedade, não seria efetiva se “algo” não fosse posto no lugar. Pela nossa ótica, simultaneamente a esse processo, Xi Jinping incentivou as ideias nacionalistas na China. Não estamos dizendo que antes não havia um fulgor nacionalista: estamos defendendo que esse sentimento, que sempre existiu, foi alimentado e guiado para substituir o “espaço” deixado pela “expulsão” das ideias do Ocidente. Isso vai desde a escolha por produtos nacionais, até a defesa do sistema político chinês, algo como “um chinês não pensa na hipótese de substituir o que é nacional pelo que é estrangeiro”, especialmente seu sistema político.

Envolver toda a nação para a realização do “sonho”, significa, como todo projeto nacionalista, delinear um futuro belo, melhor, contudo, dentro do horizonte de evento observável. Em outras palavras, o objetivo nacionalista tem de ser grande, mas minimamente alcançável, para que cada avanço signifique um passo mais próximo do objetivo idílico. Dada esta tangibilidade, a grandeza do sonho pode ser materializada em alguns objetivos: garantir a soberania territorial; melhorar as condições de vida da população; estabelecer a China como o centro do mundo.

Cada objetivo explanado, carece de abundantes mudanças. A principal delas é com a Política de Luz Ofuscada. Deng teria dito “esconda sua força, espere seu tempo”, com o objetivo de solicitar aos dirigentes futuros da China que fossem pacientes enquanto o “Dragão” se recuperava das feridas dos últimos séculos.<sup>67</sup>

Para completar essa faceta tática que Deng lançou ao mundo, a China teria de se transmutar em um “panda”: amigável, inofensivo e, muitas vezes, condescendente com as forças ocidentais. Em contraposição, “espere seu tempo”: Deng deixou claro que a acomodação da China teria que ser passageira, tática, pois chegaria um dia em que a luz não precisaria ser ofuscada. Uma frase que ilustra esse dualismo representativo de Deng e Xi é a frase do atual presidente chinês: “o sonho chinês trará paz e progresso para o mundo”. Ou seja, Pequim está ofertando sua luz como guia do mundo.<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup> DAEKWON, Son. “Xi Jinping Thought Vs. Deng Xiaoping Theory”. **The Diplomat**, 25 out. 2017. Disponível em: <https://thediplomat.com/2017/10/xi-jinping-thought-vs-deng-xiaoping-theory/>.

<sup>68</sup> JINPING, Xi. “Speech by H.E. Mr. Xi Jinping President of the People's Republic of China at the Meeting Commemorating the 50th Anniversary of the Establishment of China-France Diplomatic Relations.” **Ministry of Foreign Affairs of The People's Republic of China**, 27 mar. 2014. Disponível em: [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjdt\\_665385/zyjh\\_665391/t1147894.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/t1147894.shtml).

### 1.3.9. O sonho de Grande Potência

Por muito tempo se acreditou, desde a Abertura e Reforma de Deng Xiaping, que a China estava em um processo irreversível de ocidentalização. Com esse “destino” determinado, se esperou que o país encontrasse seu espaço de subordinação dentro da arquitetura liberal construída pelos Estados Unidos. Isso se deu, também, pela tática de luz ofuscada de Deng e pelo clima de potência absoluta dos Estados Unidos originado na vitória na Guerra Fria.

Com o passar dos anos, algumas dúvidas se revelaram. O primeiro a levantar a ameaça que Pequim representava à posição de Washington de forma significativa foi Zbigniew Brzezinski (2016), no final da década de 1990. Levando as ideias do antigo conselheiro estadunidense, entendemos que diversas poderiam ser as justificativas para Pequim se lançar ao desafio que a supremacia americana representava. Fitaremos algumas.

A mais evidente é o passado imperial chinês. 5 mil anos de história, 2.500 de Estado unificado, com a maior parte desses anos tendo na China, o Estado mais poderoso do globo, criado uma cultura política na população e especialmente nos mandatários, onde a posição de potência dominante é local comum. Conviver com o retrospecto recente de humilhação, foi uma violenta agressão a esse sentimento.

Outros argumentam que foi Washington quem empurrou Pequim à disputa. Em outras palavras, o imperialismo estadunidense e as constantes tentativas de interferência não teriam deixado outra escolha a Pequim que não fosse o desafio estrutural. Os eventos que teriam definido a escolha chinesa seriam a crise de 2008 - que teria demonstrado que o acoplamento econômico aos Estados Unidos estaria chegando ao fim - e o *The Pivot to Asia*<sup>69</sup>, que materializou a política anti-China no âmbito estratégico.

Embora ambas as conjunturas tenham instigado Pequim a desafiar Washington, constatamos o panorama por outra perspectiva. Os pontos principais já foram abordados, vamos reconectá-los. Além da cultura política de grandeza que permeou as escolhas chinesas, temos uma população que viu seu país enriquecer a partir de Deng, porém, com sua condição de vida não acompanhando o suposto progresso da nação.

Ainda com Deng, a política de luz ofuscada já nos dava os indícios de que Pequim estaria temporariamente fora das disputas. Todavia, enquanto fora, ela “acumulava força e esperava seu tempo”, e nesse processo integrava todo seu território. Construindo infraestrutura

---

<sup>69</sup> FORD, John. “The Pivot to Asia Was Obama’s Biggest Mistake”. *The Diplomat*, 21 jan. 2017. Disponível em: <https://thediplomat.com/2017/01/the-pivot-to-asia-was-obamas-biggest-mistake/>.

com base nas zonas costeiras, até o “Grande Oeste”, que de forma não coincidente tornou-se a base que a *Belt and Road* está fundada.

Com a infraestrutura estabelecida, o desenvolvimento científico e qualitativo da produção foi iniciado. Entretanto, a “vez” dos trabalhadores ainda não tinha chegado. Como pagar melhores salários se o produto do trabalho é de baixo valor? Nesse cenário, torna-se *sine qua non* para a implementação dessas demandas um profundo avanço na complexidade produtiva. Internamente, esse ganho só se realiza com a busca pela vanguarda científica, que pode ser lida com investimento em pesquisa e desenvolvimento além das universidades. E externamente?

Externamente, é preciso garantir mercados consumidores e fornecedores de matéria-prima, que irão compor a cadeia produtiva nas parcelas de menor valor. Para termos um exemplo prático, o *hardware* e o *software* de um *smartphone* são parcelas que podemos classificar como etapas de média e alta complexidade, porém, a embalagem e componentes secundários são de baixa complexidade. Neste sentido, os trabalhadores que estão com as fatias mais ricas dessa cadeia ficam com melhores salários, enquanto o oposto também é uma verdade. Dando um exemplo máximo, o desenvolvedor do algoritmo ganhará muito mais do que o motorista que levará as peças para a montagem do aparelho.

Nessa perspectiva, o caminho mais eficiente de aumentar as condições dos trabalhadores é realizar uma transição econômica na China. Podemos lê-la como uma ascensão na escada de complexidade produtiva. A China, na cadeia global de valor, quer ocupar as parcelas valiosas, quer ter o desenvolvedor de algoritmo e não necessariamente o embalador de *smartphone*.

Para centralizarmos o argumento: a pedra angular da legitimidade do Partido é baseada na melhoria de vida dos chineses. Para garantir a continuidade da melhoria de vida da população, é necessário expandir a saúde do mercado nacional. A sustentação do mercado nacional está fundada no acesso seguro e privilegiado a recursos estratégicos. Como acessar esses recursos estratégicos? Iniciativa *Belt and Road*.

Com essa premissa posta, outras questões surgem. Por exemplo: como realizar esse objetivo sem ser engolidos pela “Ordem Americana”? Como conquistar mercados em uma estrutura moldada para desprivilegiá-la? Como adquirir parceiros estratégicos que vão produzir as etapas menos valiosas dessa “nova ordem” econômica? Como conquistar e garantir esses desafios de forma estável? Essas respostas estão sendo respondidas pela Nova Rota da Seda; por isso, o próximo passo de nossa investigação é nos aprofundarmos na iniciativa que se

desenvolve como ferramenta e doutrina chinesa de resolução desses problemas, é analisar a Grande Estratégia Chinesa.



## CAPÍTULO 2 - A GRANDE ESTRATÉGIA

Neste capítulo temos alguns objetivos basilares. Apresentar a *Belt and Road* no que é fundamental para seu entendimento, leia-se, seu significado, seu desenvolvimento temporal e sua vastidão, tanto no campo da abrangência geográfica quanto econômica. Em outro momento, vamos nos debruçar sobre os dois objetivos máximos da iniciativa, a segurança da China e a conquista da Eurásia.

A conquista da segurança é fundamental no desenvolvimento chinês e para compreendê-la, especializaremos o olhar em três campos: energético, econômico e político. Após a análise da Conquista da Segurança, vamos racionalizar o objetivo estratégico de cada um dos seis corredores ou artérias da *Belt and Road Initiative*. Nosso objetivo é entender como vem se dando a conquista da Eurásia.

Por fim, concluiremos o capítulo racionalizando os resultados alcançados e esperados pela *Belt and Road* dentro da Grande Estratégia Chinesa, principalmente no âmbito da influência política e controle econômico da Eurásia. Com isso, esperamos ter pavimentado o caminho para a compressão da nova era da geopolítica chinesa.

### 2.1. O Que é a *Belt And Road*?

A iniciativa *Belt and Road* carrega consigo uma variedade de alcunhas e significados. Os nomes que essa iniciativa já acumulou são variados, mas cada um cumpria um propósito argumentativo claro. Por vezes ignorado, vamos partir do nome para explicar o significado desse projeto.

Inicialmente, a atual *Belt and Road Initiative* foi chamada de *One Belt, One Road*, que em uma tradução livre seria “um cinturão, uma rota”. Todavia, a primeira palavra gerou um desentendimento. O foco, nas análises do Ocidente, se centralizou no termo *one*, interpretado como se a iniciativa fosse apenas com uma *belt* ou uma *road*, quando, na verdade, são seis. Outro ponto de destaque para a “queda” do termo numérico, é que as autoridades chinesas, com o desenvolvimento da política anti-China, chegaram à conclusão de que dizer, subjetivamente, que só existe “uma rota”, denotaria um “autoritarismo” por parte de Pequim, como se os países só pudessem ter um futuro próspero se seguissem o *China Way*, em referência ao *America Way of Life*.

A despeito das traduções e entendimento do termo *one*, Pequim solicitou que não se usasse mais ele. Todavia, não parece que as análises se debruçaram sobre os outros termos; identificamos que, possivelmente, dizem muito mais do que aparentam. A mídia chinesa afirma<sup>70</sup> que a divisão seria *belt* para as rotas terrestres e *road* para as marítimas. A despeito da simplificação, os termos, na prática, parecem guardar mais informações. Vamos à nossa hipótese.

A escolha pelo termo *belt* aparenta ser uma referência às *belts*, utilizadas, principalmente, nos Estados Unidos. A título de exemplo, temos a *Snow Belt*, *Sun Belt*, *Bible Belt* e a mais importante de todas, a *Rust Belt* ou “Cinturão da Ferrugem”, que são as regiões estadunidenses que passaram por um retrocesso industrial. Neste sentido, a *belt* chinesa remonta a uma contraposição à *rust*; se o cinturão americano é uma ferrugem, o cinturão chinês seria de desenvolvimento.

Enquanto a *belt* afirma o desenvolvimento, a *road* diz muito mais do que aparenta. *Road*, ou seja, estrada, deixa claro o desejo chinês de se conectar ao mundo. O tempo de isolamento se encerrou, Pequim deseja liderar a globalização e, para isso, é necessário chegar a todos os países. A *road* é a materialização desse desejo. Todavia, não podemos cair em simplificações e ver as estradas apenas como construções de cimento, pedra e ferro.

A *road* é muito mais que uma infraestrutura de transporte: ela é a conexão da China a outros países nas mais diversas camadas. Fibras ópticas, acordos econômicos, científicos, culturais e parcerias são também feições práticas do conceito. Isso significa que Pequim não apenas deseja criar estradas para se conectar a outros países, mas também criar formas de se aproximar deles, de aumentar e desenvolver uma integração que seja física, mas também política, econômica, social e cultural. Conquistada essa aproximação, Pequim conseguirá exercer sua força gravitacional de forma mais eficiente, o que explica essa busca por conexão.

### 2.1.1 Teleologia do Desenvolvimento

A Iniciativa tem início, verbalmente, em setembro de 2013, quando Xi Jinping, em uma fala na Universidade de Nazarbayev, no Cazaquistão, expõe a visão estratégica do projeto. No mês seguinte (outubro de 2013), fala para a ASEAN e no parlamento indonésio. Em novembro e dezembro de 2013, o plano é exposto, publicamente, para todos os membros do legislativo

---

<sup>70</sup> LEE, Amanda. “Belt and Road Initiative debt: how big is it and what’s next?”. **South China Morning Post**, 19 jul. 2020. Disponível em: <https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3093218/belt-and-road-initiative-debt-how-big-it-and-whats-next>.

chinês, onde Xi pede aceleração no projeto de integração asiática. Em fevereiro de 2014, os presidentes chinês e russo acordam, ou melhor, publicizam a integração da Rússia na *Belt and Road*, abrindo os portões da Europa para a iniciativa. Em março (2014), o presidente do Conselho de Estado, Li Keqiang, pede celeridade no relatório sobre os corredores do Sudeste Asiático e do Paquistão. Em maio (2014), os primeiros terminais são concluídos e em janeiro de 2015 dezenas de países já se integram a *Belt and Road*.<sup>71</sup>

Apesar do desenvolvimento temporal e oficial ter sido exposto aqui, vários investimentos estavam se desenvolvendo no decorrer dessas temporalidades. Os momentos que destacamos foram publicações realizadas pelo Partido, e não estritamente etapas da Iniciativa.

### 2.1.2 Os valores da Iniciativa

Para a China, é imperativo que exista uma narrativa positiva sobre a *Belt and Road*. Para colaborar com a disputa pela verdade, Pequim, atrelada às estratégias, planos e caminhos da iniciativa, postulou os valores que o projeto sustenta e propaga. Nesta lógica, Pequim ancorou-se em uma ode aos valores das Nações Unidas: I – respeito à soberania nacional e internacional; II – princípio de não-agressão; III – não interferência em assunto internos; IV – igualdade e benefício mútuos; V – coexistência pacífica (THE STATE COUNCIL, 2013).

Não há, propriamente, uma inovação nessas diretrizes; todavia, um dos valores está no *core* histórico-geopolítico que Pequim busca edificar em torno de si, por meio da *Belt and Road*. O benefício mútuo, para além das “belas palavras”, é uma das estratégias chinesas mais efetivas e onde Pequim busca despender mais energia em sua aplicação na denominada de *WIN-win policy*,

### 2.1.3 A vastidão e a atuação

Quanto aos recursos e países que fazem parte da iniciativa, qualquer definição numérica estaria rapidamente desatualizada. Sendo um organismo que se expande, a BRI já influencia cerca de 50% do PIB global, por volta de 70 países, com investimentos na casa dos trilhões de dólares. Porém, o que a mídia internacional falha em compreender é a forma de atuação da iniciativa, mas esses números não possuem relevância alguma.

---

<sup>71</sup> XINHUA. “Chronology of China’s Belt and Road Initiative”. **China Gov.**, 28 mar. 2015. Disponível em: [http://english.www.gov.cn/news/top\\_news/2015/04/20/content\\_281475092566326.htm](http://english.www.gov.cn/news/top_news/2015/04/20/content_281475092566326.htm).

Para a China, não é determinante que um país esteja dentro da BRI. A *Belt and Road*, para além de uma iniciativa, ocupa o espaço de *Grand Strategy* do país. Desde que foi acoplada à Constituição, ela se tornou um dos pilares geopolíticos da China. Por isso, não fazer parte oficialmente da iniciativa não significa estar alheio à influência que ela projeta.

Dentro da iniciativa, tornam-se mais dinâmicos e amplos os acordos; em outras palavras, estar dentro significa não apenas receber ferrovias - se elas forem estratégicas para a China-, mas também usufruir de parques industriais e acordos culturais e tecnológicos. O que é fato, é que em zonas estratégicas, ou em países importantes, grandes investimentos estão pautados nos objetivos da iniciativa, esteja ou não o país participando dela.

Acreditar que, pelo fato de tal ou qual país não ter acordado participar da iniciativa ele estaria fora da influência dele, é não compreender a dinâmica que as empresas chinesas, estatais ou não, têm com o governo. A *Belt and Road*, como já descrevemos, é a materialização da política externa chinesa. Assim sendo, se o país tem relação com Pequim, e ele tem importância estratégica para a China, ela está inserido na lógica de investimento e expansão de influência organizada pela iniciativa.

Em termos práticos, toda a Eurásia está sob o campo gravitacional da iniciativa, tenha os países assinado ou não a participação. O *Heartland* de Mackinder e *Rimland* de Spykman, estão dentro do horizonte de evento da iniciativa chinesa. Isso significa que se os planos de Pequim continuarem avançando, cada vez mais essas regiões tendem a se aproximar economicamente da China, e, como mostra a história, a aproximação econômica precede a política.

## 2.2. A sobrevivência e a segurança

Desenvolvemos uma hipótese no caminhar da pesquisa que pode ser concentrada em um profundo anseio chinês por segurança. Como já mencionamos, essa hipótese se desenvolveu em paralelo com a “descoberta” da racionalidade na tomada de decisão chinesa, conquistada após o início de um entendimento de sua cultura política. Para explicar essa contribuição, façamos uma reflexão histórica.

O Estado, materializado a partir da nação, do povo e, em alguns casos, da civilização, tem como objetivo número um a busca por sua sobrevivência. A sobrevivência pode se dar por diversos caminhos, alguns são predadores, outros mais defensivos, porém, um fator é certo: sobreviver difere de se colocar em segurança.

Alguns Estados, na busca pela sobrevivência, se colocam constantemente em insegurança. A Rússia, na ausência de defesas naturais próximas a seu *core*, optou por uma estratégia de sobrevivência de constantes expansões. A lógica subjetiva foi expandir ao máximo as fronteiras do Estado, agregando outros povos - que tinham a função de serem *buffer* das constantes invasões - nesse processo.

A lógica se pautava na incapacidade de defender as vastas planícies da Eurásia. Em outras palavras, a Rússia e a cultura política dominante do *core* étnico-linguístico que melhor sobreviveu aos desafios temporais, se fez presente por acomodação da insegurança, que era respondida com a expansão das suas fronteiras usando povos agregados como escudos das invasões.

Dentro dessa lógica, outras estratégias também foram adotadas por nações distintas. Os povos que compuseram o *core* da Alemanha, constituíram uma tradição militarista que fez com que a região central da Europa se tornasse um sinônimo de violência e, posteriormente, de capacidade bélica. O que é interessante nessa experiência histórica é a derrota dessa cultura política com o fim da Segunda Guerra Mundial. Por esse prisma, a sobrevivência do povo e tardiamente do Estado que se constitui como Alemanha, se deu por meio da equalização das violências, seja resistindo ou impondo.

Na Ásia, temos algumas estratégias interessantes. Os povos do vale do hindu foram muito capazes em organizar um Estado que fundava sua sobrevivência na acomodação desigual, porém eficiente, de castas. Na medida que consolidava estruturas hierárquicas, permitia, em regra, acumular uma estabilidade que fora fundamental na garantia do desenvolvimento, consolidação e prosperidade da civilização indiana.

Devemos estar cientes de que nas especificidades há mais diversidade de culturas políticas e explicações para essas movimentações históricas que explanamos, também enxergamos a importância desse recorte no entendimento das consonâncias entre cultura, povo, nação, Estado e política. No caso chinês, começamos a identificar, de forma mais profunda, a cultura política dominante no desenvolvimento da civilização. Tal conhecimento, adquirido de forma não intencional, é um dos ativos desta pesquisa.

Os *hans*, etnia majoritária e fundadora da civilização chinesa, começaram a constituir o Estado em uma região rica em terras férteis. Essa fertilidade, oriunda dos grandes rios e providas pelo maior platô do planeta, aliado às monções, gestou o que hoje é o território chinês, uma região capaz de sustentar um grande número de pessoas. Essa população, que rapidamente se multiplicou, se organizou em Estados. Estes Estados, unificados por Qin Shi Huang, por

volta do século III antes da era comum, encontravam na sua geografia algumas características importantes.

Os fatores que se destacam, inicialmente, são algumas defesas naturais, o Planalto do Tibete e as montanhas, tanto ao sul quanto ao norte, que deram ao Estado Chinês vantagens valiosas para a manutenção da cultura política que ali se desenvolvia. Fora das fronteiras do Estado, não existiam terras mais férteis do que as já controladas. Com exceção da Índia, nenhuma outra região possuía as qualidades necessárias para sustentar uma população tão grande quanto a que existia na China.

Neste sentido, a cultura que se desenvolve de forma majoritária na etnia *han* não tem a construção mitológica de uma “terra prometida”, pois a “terra de leite e mel” já era deles. Com essa realidade, não existe, como regra, o anseio expansionista do Estado chinês. O preceito da guerra, durante a maior parte da história, é a necessidade ou o desejo por terras valiosas, e, como falamos, terras melhores do que as chinesas não estavam disponíveis.

Não queremos dizer, com isso, que o povo chinês, ou a etnia *han*, é pacífica; essa possibilidade não está sendo cogitada, até porque, mesmo sem o “expansionismo”, guerras e conflitos foram tão recorrentes nesse território quanto em qualquer outro. No entanto, a questão que se sobressai é que estes conflitos estavam mais para guerras civis do que guerras de expansão.

Na medida em que o *casus belli*, em norma, não era a conquista de novas terras, qual foi a estratégia de sobrevivência da cultura política predominante dos povos que compuseram o Estado da China? Segurança. Como dissemos, alguns Estados, até de forma paradigmática, se colocavam em insegurança para aumentar a possibilidade de sobreviver. Na China, como em outros Estados também, a segurança foi a guia das ações estratégicas.

Podemos fortalecer essa hipótese observando alguns traços culturais e históricos. Na engenharia, o Estado chinês se dedicou a construir a maior série de muralhas da história. A Muralha da China é um exemplo de como a civilização chinesa estava mais preocupada em conter as invasões do que conquistar ou anexar os invasores. O que é fato, é que várias potências construíram muralhas para conter os invasores; todavia, Roma ergueu suas muralhas na fronteira de territórios conquistados, ou seja, só após uma série de expansões.

No Weiqi, o correspondente chinês em popularidade histórica ao xadrez, diferente do jogo ocidental, a captura de peças dos adversários não é o objetivo. A vitória se dá na constituição de zonas de influências seguras, que por meio da alocação estratégica das peças através tempo ou das rodadas geram, junto com outras, uma maior pontuação. Não estamos querendo dizer que um mero jogo de tabuleiro resume as práticas políticas de uma civilização,

mas o que é fato é que o mesmo povo que desenvolveu as regras do jogo também desenvolveu a prática de construir muralhas, e não de optar pela expansão territorial. Em outras palavras, a mesma cultura política que desenvolveu a forma de agir do Estado, também criou as regras do jogo de tabuleiro. Por isso, guardam várias similitudes entre eles.

No mar, a China, quando começa o processo de grandes navegações, ao se deparar com outros povos, não os conquistou ou os colonizou, mesmo tendo capacidade para tal: optou por fazer comércio e entregar presentes. Seus vizinhos, vencidos pelos exércitos chineses, entravam em uma lógica de dominação por meio da subordinação hierárquica. Nessa relação, o Imperador se impunha como o “tutor da civilização”, e os “bárbaros” como os aprendizes, que com o tempo iriam aprender o “caminho da harmonia” e da “erudição”.

Sem dúvida, em um sem número de vezes, a violência foi ferramenta “pedagógica” do Imperador com seus “aprendizes”. A característica que se destaca aqui é o fato de que a relação entre “vassalo e suserano” não estava pautada em uma exploração por meio dos tributos: a dominação se dava por meio da acomodação hierárquica que se reafirmava na superioridade do Imperador chinês.

O que queremos dizer, é que cada povo, nação, Estado ou civilização, adota ações enquanto elas respondem aos problemas com os quais se deparam. A China não foi, na média, menos agressiva com outros Estados por ter alguma espécie de superioridade moral, o fator determinante não é esse. O fato é que a violência, de forma pragmática, se mostrou menos efetiva do que a construção de relações estáveis, que, por sua vez, tinham o objetivo de garantir sua própria segurança. Essa segurança, no Reino do Meio, por muitas vezes foi política, mas também alimentar e econômica. Mas e hoje, qual é o desdobramento da segurança para a China?

A China atua para garantir sua segurança e, com ela, a estabilidade. Logo, essa cultura política, que esteve presente e dominante em grande parte da sua história, ainda parece ser relevante nas ações do “Reino do Meio” contemporâneo. Certamente, a hipótese da segurança como cultura política dominante na China precisa ser tensionada, aprofundada e questionada; todavia, hoje ela se apresenta como um desejo claro das ações chinesas.

Para nos aprofundarmos neste conceito, o dividimos em três: Segurança Política, Econômica e Energética. A divisão é meramente didática, podendo ser centralizadas ou fragmentadas de outra maneira. Todavia, o que é comum é o significado de segurança: relação estável, duradoura, prezando por conquistas mútuas. Dada essa realidade, os próximos capítulos vão se dedicar a explicar como a *Belt and Road* atua na conquista e garantia dessas seguranças.

### 2.3. Segurança Energética

Dada a nova dimensão de atuação chinesa, aspectos ímpares de segurança se tornam impreteríveis. Entre eles, a segurança energética desponta na vanguarda das preocupações do PCC e, do outro lado, floresce como oportunidade para Washington. Em razão dessa característica, a *Belt and Road* tem papel *sine qua non* na expansão do acesso e estabilidade dos fluxos energéticos.

Quando falamos de “energia”, estamos concentrando as expectativas em três recursos: gás, petróleo e carvão. Dados estes anseios, precisamos, primeiro, compreender o caráter da matriz energética chinesa, assim como a projeção dessa pelo tempo.

Segundo o *National Bureau of Statistics of China*, o país extrai ou produz cerca de 80% da energia consumida nacionalmente. Suas principais fontes são: carvão (55%), petróleo (20%), hidroelétrica (11%), gás natural (11%) e o restante é de energias renováveis e nuclear (2%).<sup>72</sup> Devido à realidade hidrográfica onde a *Belt and Road* está inserida, não há significativas parcerias para a importação de energia hidroelétrica; sendo assim, se justifica o foco no tripé já exposto.

Nas projeções, Pequim vem cumprindo com a promessa de caminhar para uma sociedade livre de carbono.<sup>73</sup> O desenvolvimento da matriz renovável ou limpa é notável. A produção de energia solar cresceu 16% em 2020, a eólica 15%, a nuclear 5% e a hidroelétrica 4%.<sup>74</sup> Mesmo com esse crescimento, que não é desprezível, principalmente quando observamos o longo prazo, não podemos afirmar que esse desenvolvimento muda o cenário temporal da fragilidade energética que Pequim está inserida. Destacamos, ainda, que mesmo com todos esses incentivos, no curto e médio espaço de tempo, é improvável que a China deixe de ser uma grande poluidora.

Com a imposição da realidade na qual os recursos energéticos chineses não vão se multiplicar, o cenário futuro só pode ser garantido a partir de uma lógica de desenvolvimento de parcerias estratégicas nesse setor. Para isso, Pequim racionalizou esse esforço concentrando o desenvolvimento de um moderno complexo petroquímico na província de Xinjiang, que,

---

<sup>72</sup> SÖNNICHSEN, N. “Primary energy consumption in China in 2019 and 2020, by fuel”. **STATISTA**, 19 ago. 2021. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/265612/primary-energy-consumption-in-china-by-fuel-type-in-oil-equivalent/>.

<sup>73</sup> YEP, Eric. “China’s long march to zero carbono”. **S&P Global Platts**, 10 dec. 2020. Disponível em: <https://www.spglobal.com/platts/en/market-insights/blogs/energy-transition/121020-china-zero-carbon-target-2060-emissions-fossil-fuels>.

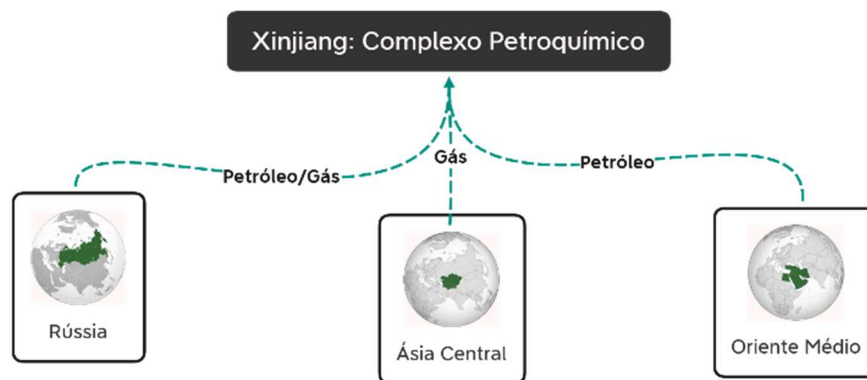
<sup>74</sup> WONG, Samantha. “Growth rate of power generation China 2020, by source”. **STATISTA**, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/302250/china-power-generation-growth-by-source/>.



como já falamos, se encontra na vizinhança da Ásia Central, próximo à Rússia e com rotas para o Oriente Médio, regiões basilares para a garantia da segurança energética chinesa, principalmente após a transformação da região em um *hub* de gasodutos e oleodutos.

É tácito para Pequim que Xinjiang concentre grande parte das rotas de hidrocarbonetos. Isso se dá pela localização estratégica e pela infraestrutura que lá se desenvolve. A estratégia chinesa, nesse campo, é a diversificação e diluição da importância dos fornecedores para a China, ao mesmo tempo que o aprofundamento da dependência desses parceiros com a China. Demonstraremos a seguir como se deu a prática.

Figura 6 - Recursos recolhidos e transformados por Xinjiang



Fonte: Autoria Própria

### 2.3.1 Petróleo

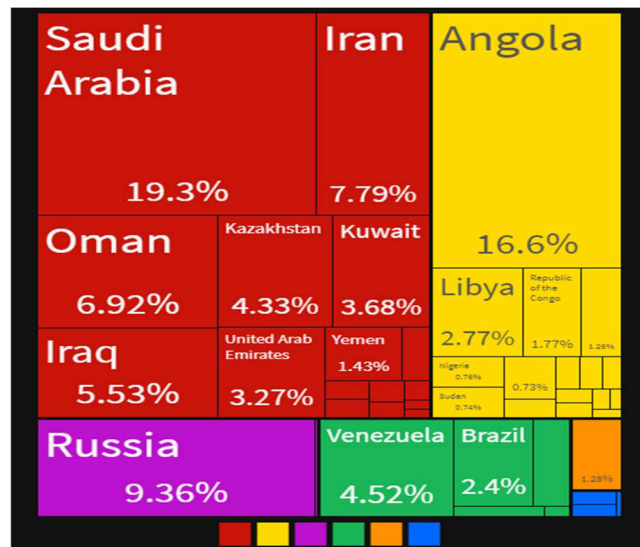
Em 2009, três parceiros representavam cerca de 50% das importações de petróleo cru para a China. São eles: Arábia Saudita (20%), Angola (19%) e Irã (10%). Regionalmente, por volta de 60% dos parceiros estavam na Eurásia, região de atuação da iniciativa, que nesse período ainda não estava em movimento. No total, 82 bilhões de dólares foram investidos na compra desses recursos pela China, o que representou 11% de todas suas importações.<sup>75</sup>

Em 2012, um ano antes do início da BRI, a Eurásia compunha 63% de tudo que foi importando. As compras de petróleo tinham chegado a 15% de todas as importações, passando para a quantidade de 201 bilhões de dólares. Os 3 principais parceiros foram: Arábia Saudita

<sup>75</sup>CHINA. OEC. 2019. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/chn?subnationalFlowSelector=flow1&yearSelector1=exportGrowthYear25&yearSelector2=importGrowthYear15&yearlyTradeFlowSelector=flow1>.

(19%), Angola (16%) e Rússia (9%); estes acumulavam 44% das importações de petróleo para a China, ou seja, pouca modificação quanto ao quadro anterior.<sup>76</sup>

Figura 7 - Importação de Petróleo: China – 2012



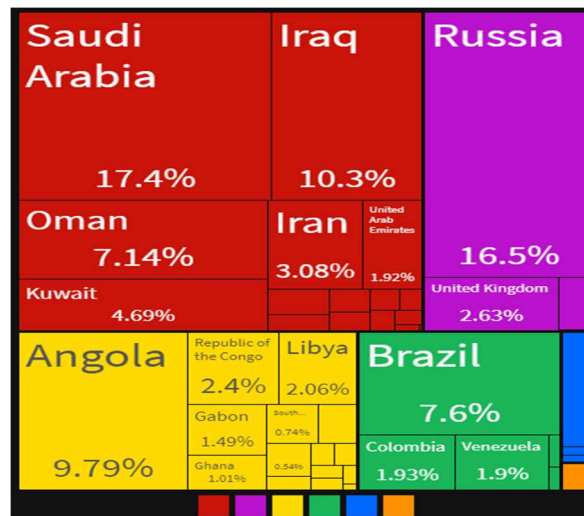
Fonte: OEC<sup>76</sup>

No ano de 2019, o saldo geral das importações de petróleo não teve uma grande modificação: US\$ 204 bilhões. A disposição geográfica também não se alterou consideravelmente: a Eurásia representou 66% de todas as importações de petróleo, com os principais parceiros sendo Arábia Saudita (17%), Rússia (16%) e Iraque (10%), mantendo o nível de 44% alocado em três parceiros.<sup>76</sup>

O que vemos a partir dos dados é uma manutenção histórica da macro alocação. Em outras palavras, a China obteve uma constância nos fluxos de petróleo, e se isso for uma vitória, ela foi pequena. O que impede a derrota, é que a garantia de que os três principais parceiros, juntos, se quer ocupam 50% de toda a importação. Ainda vamos estressar a realidade fazendo uma interpretação dos dados de forma mais aprofundada.

<sup>76</sup>CHINA. OEC. 2012. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/chn?subnationalFlowSelector=flow1&yearSelector1=exportGrowthYear18&yearSelector2=importGrowthYear18>.

Figura 8 - Importação de Petróleo: China – 2019



Fonte: OEC<sup>75</sup>

Por outro ângulo, Pequim ainda não concluiu duas artérias fundamentais na garantia da segurança energética. Os corredores com foco no Paquistão e Irã, quando concluídos, representarão, sem dúvida, uma nova dimensão na segurança energética para Pequim. Apesar dessa não conclusão física da BRI, Teerã e Islamabad já se encontram dentro da zona de influência chinesa; Teerã, jogada por Washington, Islamabad, forçada por Nova Deli.

Além da notável aproximação, podemos destacar a importância russa nesse jogo. Moscou serviu, com os avanços da iniciativa sobre e sob seu território, como fator equilibrador do peso que a Arábia Saudita detinha. Antes da iniciativa (2012), 19% do petróleo vinha da Arábia Saudita ao preço de US\$38 bilhões; em 2019, eram 17% a custo de US\$ 35 bilhões. Enquanto isso, a Rússia saiu de 9% de importância ao custo de US\$ 19 bilhões, para US\$ 34 bilhões, com 16% de peso sobre todo o comércio de petróleo com Pequim. Esse movimento é importante, pois, apesar da já segura diversificação, o principal parceiro chinês também é um país próximo a Washington.<sup>77</sup>

### 2.3.2 Gás

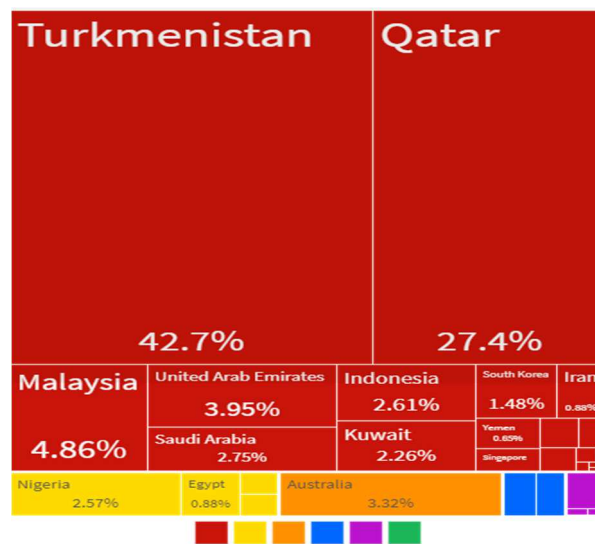
Outro componente importante dentro da estratégia de segurança energética é o gás. Este recurso é importante para a China, principalmente para o norte do país, onde os invernos só são sustentáveis com o aquecimento das residências e fábricas. Historicamente, o material mais

<sup>77</sup> CHINA. OEC. 2019. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/chn>.

utilizado era, e ainda é, o carvão; todavia, o gás vem também sendo empregado principalmente pela perspectiva de exaustão das reservas de carvão, assim como por uma ótica de uso mais sustentável das fontes energéticas da China. Neste ponto, o gás, apesar de ser menos nocivo, ainda está longe de ser uma matriz energética ideal para a perspectiva de carbono zero que Pequim almeja.

Quanto ao comércio de gás, cerca de 70% de toda a importação, em 2012, vinha de dois países: Turcomenistão (43%) e Catar (27%). O valor total despendido, reunindo todos os outros parceiros econômicos, foi de US\$ 17 bilhões.

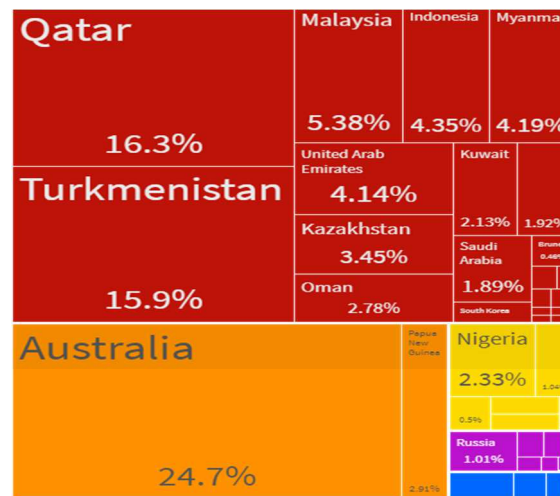
Figura 9 - Importações de Gás | China| 2012



Fonte: OEC<sup>76</sup>

Em 2019, o cenário se modifica profundamente, dando a Pequim uma elevada expansão da sua segurança. Se antes dois parceiros reuniam 70% das importações, agora seria necessário reunir seis dos maiores parceiros para se aproximar desse número.

Figura 10: Importação de Gás | China| 2019

Fonte: OEC<sup>75</sup>

O espaço total da importação de gás, saiu de 1% para 3%, na temporalidade de 2012-2019. O gasto de U\$48 bilhões, em 2019, era de U\$17 bilhões em 2012. Este fato demonstra que, mesmo gastando mais, Pequim conseguiu expandir a segurança por meio da diversificação.<sup>78</sup>

### 2.3.3 Carvão

Nas importações de carvão, vemos um cenário distinto. Em 2012, o peso do carvão nas importações era de 1,68% do total (ou U\$23 bilhões); em 2019, ele chegou a 1.2%, ou U\$19 bilhões. O que ressalta a desimportância que a garantia de um fluxo seguro de carvão detém, é a realização do movimento contrário aos outros recursos, ou seja, uma profunda concentração.<sup>80</sup>

A Austrália, sozinha, é responsável por 49% de todo carvão que a China importa, isso no ano de 2019. No ano de 2012, a Austrália representava 32%, sendo o principal parceiro, mas ainda consideravelmente longe dos 50%. Essa realidade nos mostra um desprestígio do carvão ao longo do tempo. Pequim, nitidamente, vem buscando reorganizar seu nexu energético longe do carvão do qual hoje ela é tão dependente. A insegurança relativa na qual a China se coloca com a Austrália, faz parte deste processo de desprestígio por tal recurso, por uma resistência de

<sup>78</sup> OEC. OEC WORDL. Disponível em: <https://oec.world/>. Acessado em: 27 set. 2022.

Canberra aos planos chineses, mas também existem nuances sobre as quais ainda vamos nos debruçar.<sup>80</sup>

#### 2.3.4 Elevação da dependência

Analisando os dados de forma macro, podemos concluir que, para a China, diversificação é segurança. Por outro lado, há algumas possibilidades de segurança energética nas quais ainda não tocamos, a concentração.

A primeira hipótese que temos que fazer avançar é sobre o quanto os países se tornaram dependentes de Pequim. Se por um lado a China fica mais segura diversificando seus parceiros, diluindo a dependência deles por meio da fragmentação do peso, por outro ela também aumenta sua estabilidade quando seus parceiros dependem das trocas com Pequim. Em resumo, o tipo ideal de relação que a China busca é aumentar sua diversificação na medida que seus parceiros se tornam dependentes dela. Esse equilíbrio é sensível e de elevada dificuldade. Vamos aos casos.

Em 2012, a Arábia Saudita detinha no petróleo e seus derivados mais de 80% de tudo que exportava. Ainda nesse ano, de tudo que Pequim importava desse país, 80% (também) era petróleo (sem contar seus derivados). O saldo foi de US\$ 39 bilhões, dos quais a China era responsável por absorver 14% de tudo que era exportado em petróleo. Na frente da China, se encontravam Japão e os Estados Unidos, 16% e 18% respectivamente. O que se destaca nessa realidade é que dois dos maiores rivais chineses possuíam mais importância comercial, isso sem considerar o peso da parceria geopolítica Washington-Riade. Em outras palavras, mesmo o petróleo da Arábia Saudita tendo concorrentes, Pequim ainda tinha sua influência e segurança debilitadas, principalmente pelo fato de não ser o maior parceiro e ter dois rivais com maior participação.<sup>79</sup>

Em 2019, as exportações de petróleo com a adição de seus derivados diretos passavam de 70% de tudo que a Arábia Saudita vendia; quando falamos apenas de petróleo, a parcela é de 64%. As exportações de petróleo representavam US\$145 bilhões em receitas para Riade. Os Estados Unidos, maior parceiro em 2012 (18%), em 2019 representava apenas 7%, ou US\$10 bilhões. O Japão se manteve estável na importância: 16% e \$23 bilhões nessas trocas. A Índia, que em 2012 participava com 9%, em 2019, sete anos depois, tinha saltado para 12%, sendo o terceiro principal parceiro. Nesse cenário, a China que tinha o peso de um pouco mais de 14%

---

<sup>79</sup> OEC. China. **OEC WORDL**. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/chn#yearly-imports>.

em 2019, já representava cerca de ¼ de todas as exportações, ou 24%, com trocas monetárias que passaram de US\$35 bilhões. Em outras palavras, a importância chinesa não apenas ascendeu, como se tornou majoritária. Outro ponto de destaque é a substituição dos Estados Unidos como principal parceiro de Riade, o que no longo prazo tende a significar uma aproximação política pautada nos interesses pragmáticos de cada nação.<sup>80</sup>

Identificamos um aprofundamento da dependência da Arábia Saudita para Pequim, na mesma medida que a se vê uma menor dependência da China para a Arábia Saudita. Em linhas gerais, a balança de dependência foi invertida. Pois, no mesmo período, a Arábia Saudita diminuiu sua participação no total de importações de petróleo, passando de 19% para 17%. Este é um passo fundamental para a expansão da segurança energética. Nesse momento, é salutar se perguntar: teria a *Belt and Road* papel determinante nessa modificação, ou o resultado desse ganho de segurança foi uma casualidade fora dos campos estratégicos de Pequim?<sup>81</sup>

A *Belt and Road* guiou quase um bilhão de dólares (US\$980 milhões) em investimento em construções no setor de energia na Arábia Saudita. Desses, US\$860 milhões foram diretamente para o campo petrolífero. O que se destaca, também, é que os responsáveis pelos investimentos foram as empresas estatais chinesas, que seguem o planejamento geopolítico de Pequim de forma mais clínica. O exemplo da Arábia Saudita é a regra de atuação da BRI. Pequim usa suas empresas e bancos para direcionar investimentos em parceiros que expandam sua segurança. Essas empresas podem ou não ser estatais. O fato determinante é que até empresas não-estatais seguem o planejamento macro do PCC, mesmo com alguma liberdade. Identificamos, também, que muito dessa lealdade ao projeto se deu pela profunda concentração de poder que Xi Jinping conquistou entorno de si e do Partido, domando a burguesia e a utilizando como ferramenta de expansão de influência do Estado, a despeito de melhores oportunidades de lucro.<sup>82</sup> Aqui, é necessário reafirmar nossa visão da Grande Estratégia Chinesa; para a Civilização Chinesa, é mais relevante a expansão de poder do que a do lucro.

Este exemplo que destacamos ocorre constantemente, em uma frequência e metodologia que nos faz manufaturar uma hipótese: estaria a China refundando o “livre comércio” através de um “comércio desimpedido”, que tem como premissa a expansão do controle das incertezas no campo da oferta e demanda? Sobre esta hipótese, que pode vir a ser uma grande contribuição, muitos argumentos serão alocados em direção à afirmativa desse questionamento.

<sup>80</sup> OEC. “China: imports”. **OEC WORDL**. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/chn#yearly-imports>.

<sup>81</sup> OEC. ‘Saudi Arabia’. **OEC WORDL**. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/sau>.

<sup>82</sup> AEI. “China Global Investment Tracker”. **The American Enterprise Institute And The Heritage Foundation**. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>.

Para fecharmos os exemplos de como a BRI conquistou a segurança energética por meio da criação de dependência dos países com a China, sejamos mais diretos. A China, em 2012, retirava do Iraque um pouco mais de 5% de seu comércio de petróleo. Ainda naquele ano, o Iraque tinha na China o peso de 14% de tudo que era vendido em petróleo. As trocas monetárias ficavam por volta de US\$11 bilhões. Em 2019, o Iraque tinha o peso de 10% para a China e Pequim alcançou quase 30% (28,5) para o Iraque. Novamente, no mesmo período, uma vasta quantidade de investimentos foi direcionada pela BRI para que Pequim expandisse sua segurança por meio do desenvolvimento da dependência. No campo da energia, cerca de 11 bilhões de dólares foram destinados ao país.<sup>83</sup>

Por fim, a Rússia. Em 2012, 10% de todo petróleo exportado se direcionava para China, enquanto para Pequim esse mesmo fluxo representava 9%. Os valores das trocas estavam por volta de US\$19 bilhões. Em 2019, US\$33 bilhões era o valor das trocas, e a China tinha se tornado a principal compradora russa com 27% desse mercado, enquanto, para a China, a Rússia representou 16%. Novamente, há expansão da importância e da dependência que geraram um cenário mais seguro para Pequim. Por outro lado, mantendo a lógica de *win-win*, a BRI foi responsável por direcionar 25 bilhões de dólares em melhorias no campo energético russo.<sup>83</sup>

Quando falamos de gás, o Turcomenistão e o Catar são os principais parceiros da China. Em 2012, eles acumulavam uma fatia de 43% e 27%, respectivamente. O total de trocas monetárias foram de US\$7.4 bilhões com o Turcomenistão e US\$4.7 bilhões para o Catar. A China representava para eles, ainda no ano de 2012, 98% do mercado consumidor para o Turcomenistão<sup>75</sup> e 9% do Catar.<sup>84</sup>

Em 2019, o cenário se modificou: ambos os países perderam margem nas importações chinesas. O Turcomenistão saiu de 43% para 16% no peso de todo o gás importado pela China. O Catar reduziu de 27% para 16%. Do outro lado, a China expandiu sua participação nestes países. No Turcomenistão, a China representa 100% de todo o gás que o país vende. Para o Catar, Pequim saltou de 9% para 17%.<sup>85</sup>

Sobre a BRI, antes dela o Turcomenistão já era totalmente dependente de Pequim; mesmo assim, cerca de 600 milhões de dólares foram aportados no país, muito provavelmente para garantir e expandir o fluxo e, não necessariamente, para ampliar a influência que, antes da iniciativa, já era total. No Catar, meio bilhão em investimentos no campo energético foram

---

<sup>83</sup> OEC. "Iraq". **OEC WORDL**. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/irq>.

<sup>84</sup> OEC. "Qatar". **OEC WORDL**. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/qat>.

<sup>85</sup> OEC. **OEC WORDL**. Disponível em: <https://oec.world/>.



dispendidos para garantir a atração gravitacional e expansão da segurança energética chinesa.<sup>86</sup>

A Austrália é um caso interessante. Oficialmente<sup>87</sup> fora da *Belt and Road*, mas, na prática, recebendo investimentos dentro da mesma lógica estratégica que “parceiros oficiais”, ele nos fornece um cenário que precisa ser analisado de forma particular. Na primeira análise, identificamos que Pequim estava abrindo mão da segurança por se tratar de usinas termelétricas movidas a carvão. Vamos nos aprofundar nesta questão. A exportação de carvão da Austrália no ano de 2012 representava cerca de 18% de tudo que o país vendia. Neste cenário, Japão (34%), Índia (19%) e China (15%) eram os principais importadores deste recurso. Em 2019, o cenário se mantinha estável entre Japão (24%), Índia (23%) e China (18%).<sup>88</sup>

Do lado da China, nessa mesma temporalidade, a Austrália saltou de 32% de todas as importações de carvão para 49%. Neste cenário, se reforça a perspectiva de insegurança e desprestígio da matriz energética pautada no carvão. Outra possibilidade pode ser um fracasso chinês nessa disputa; para analisarmos isso, observemos qual foi a relação dos dois países com o gás. Ou seja, se com um outro recurso Pequim também falhou em aplicar sua estratégia de diversificação para si e concentração para o parceiro. Se confirma a hipótese de que Camberra foi capaz de escapar do jogo chinês.<sup>89</sup>

Em 2012, no comércio de gás, a Austrália ocupava 3% de todas as importações da China e em 2019 saltou para 24%, aumento de dependência, mas ainda razoavelmente segura, vide a diversificação realizada com outros países. Aqui é importante notar que, se a tendência se mantiver nos próximos anos, podemos notar um fracasso chinês; porém, por agora, o que está mais próximo é uma pequena vitória. Na mesma temporalidade (2012-2019), a China ocupava 4% de todas as exportações de gás, e em 2019 o número foi 34%. Essa realidade nos fornece a pergunta: o que justifica a capacidade chinesa de avançar, razoavelmente, o comércio de gás aos seus moldes e o de carvão não?

Pela nossa ótica, a resposta inicial se mantém: desprestígio do carvão como matriz energética, mas com ressalvas. Afirmamos isso pois 16 bilhões de dólares foram investidos na Austrália no setor energético de 2013-2020, guiados pelos parâmetros da Iniciativa *Belt and*

---

<sup>86</sup> AEI. “China Global Investment Tracker”. **The American Enterprise Institute and The Heritage Foundation**. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker>.

<sup>87</sup> MUSCHKETAT, Nina. “Austrália veta Rota da Seda em Victoria e agrava relações com China”. **Público**, 22 abr. 2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/04/22/mundo/noticia/australia-veta-rota-seda-victoria-agrava-relacoes-china-1959627>.

<sup>88</sup> OEC. “Australia”. **OEC WORDL**. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/aus#yearly-exports>.

<sup>89</sup> OEC. “China”. **OEC WORDL**. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/chn#yearly-imports>.

*Road*; “só” foram capazes de elevar a segurança quando se trata de gás<sup>90</sup>. Ainda nestes termos, no futuro próximo outros países devem entrar como principais fornecedores de gás para diluir ainda mais essa relevância, e expandir consideravelmente a Segurança Chinesa: a Rússia e o Irã. O que concluímos no caso da Austrália, é uma pequena vitória (chinesa) que enxerga no futuro uma possibilidade maior de segurança, se os desafios da resistência em Washington-Canberra forem vencidos<sup>91</sup>. Por isso concluímos a questão de concentração.

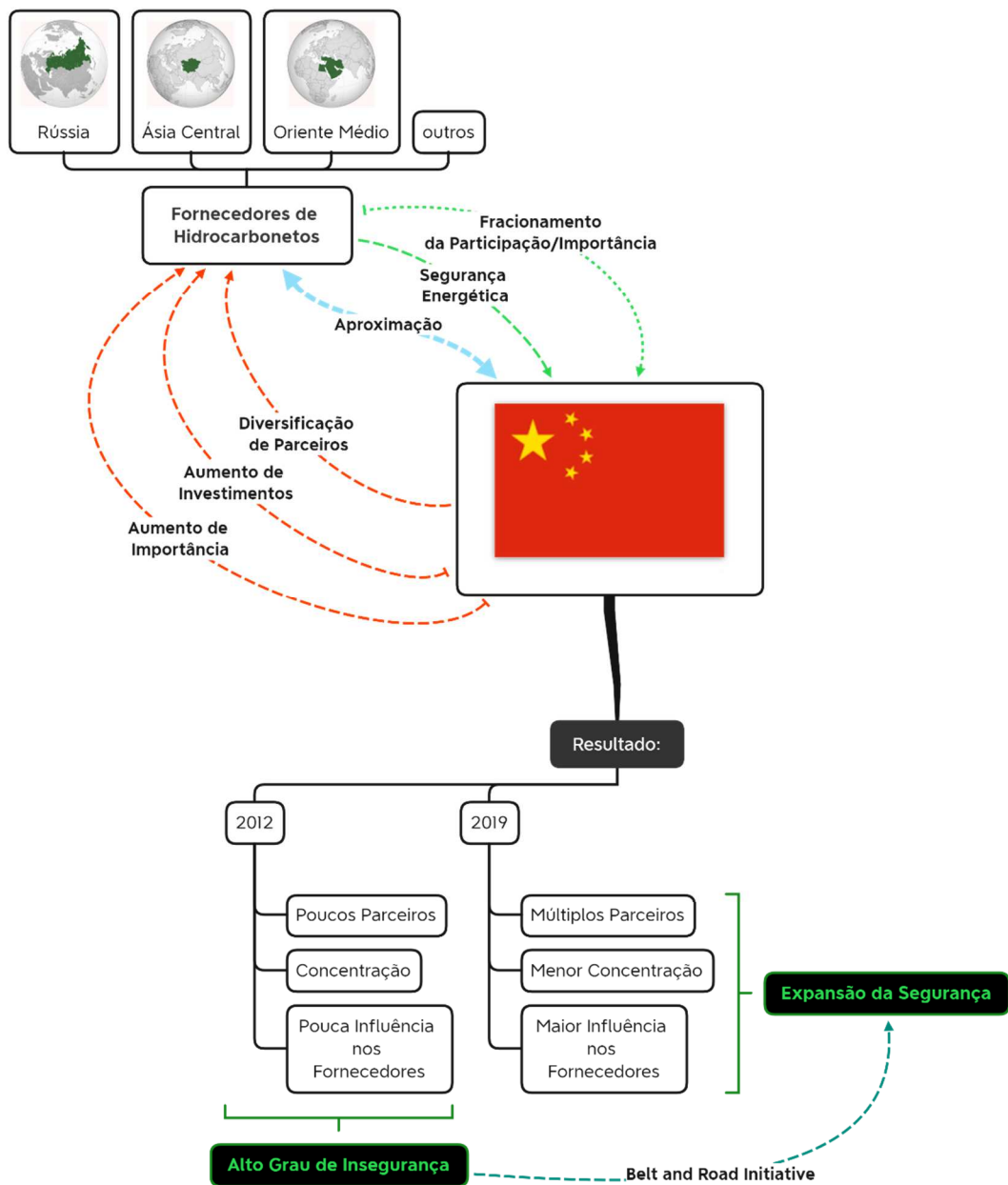
Pequim avançou consideravelmente na sua segurança. Suas empresas estão se enraizando nesses países, seja no comércio, na produção ou nos investimentos. A China influencia os Estados trazendo-os mais e mais para sua zona de influência. A gravidade que Pequim impõe amplia a margem de manobra do país, na mesma medida em que retira as opções do parceiro, fazendo com que ele tenda, cada vez mais, a ampliar suas relações com a China, justamente pela ampla vantagem em investimentos e estabilidade que ela fornece. Em outras palavras, o ganho é mútuo: Pequim amplia sua segurança com relações estáveis e longevas e o país ganha em ter um fluxo seguro e vasto de investimento e receita. Porém, a China GANHA enquanto os parceiros ganham, *WIN-win diplomacy*.

---

<sup>90</sup> OEC. “Australia”. **OEC WORDL**. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/aus#yearly-exports>.

<sup>91</sup> YEPING, Yin. “China, Russia sign new trade agreement on energy and food, expected to further unleash potential”. **Global Times**, 17 jun. 2022. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202206/1268392.shtml>.

Figura 11 - Expansão da Segurança Chinesa



Fonte: Autoria Própria

## 2.4. Segurança Econômica

Elaboramos, em um capítulo anterior, o desenvolvimento do mercado nacional chinês e quanto esse processo foi uma rebeldia da China em relação ao sistema internacional. Em *Bad Samaritans*, Chang (2007) introduz um sólido debate sobre o quanto a “livre competição” e as

“regras econômicas” são amarras para o desenvolvimento dos países. Na obra também há o destaque de como esses Estados que, hoje desenvolvidos, na maioria das vezes rejeitaram as mesmas regras liberais por eles (agora) defendidas, mas que no processo de ascensão econômica foram negadas. Ressaltado isso, partimos a tratar da revolta para com o papel definido para China e as consequências dessa ação. A vantagem chinesa, que pela nossa ótica não foi gerada pelo acaso, foi o profundo acoplamento econômico entre Pequim e Washington. Essa aproximação protegeu a China de maiores violências econômicas por parte dos Estados Unidos.

Neste capítulo, vamos compreender como a China atua para não mais depender desta conexão. O fato é que, de certa maneira, esse contato<sup>92</sup> garantiu o desenvolvimento até esse estágio, mas assim como os motores de um ônibus espacial, que após a exaustão do seu combustível se torna um peso, Pequim entende que Washington não apenas não tem interesse em se manter como esse motor, como também tende a pesar contra a ascensão chinesa se essa conexão se mantiver.

Na mesma medida em que é evidente a vantagem que foi ter os Estados Unidos tão próximo, seja no âmbito da segurança política ou como combustível do desenvolvimento, é tácito que essa conexão dá margem de manobra para atuações assertivas dos Estados Unidos, o que, pela perspectiva estratégica, seria uma insegurança. Tendo em ótica o padrão de ação de Pequim quanto a seus objetivos de primeira instância, se desenvolve nas ações internacionais uma considerável rede de opções à importância americana. O que identificamos é a realidade onde a China desenvolve, em torno de si, múltiplos países que tendem a se tornarem centrais para seu desenvolvimento seguro. Mercado consumidor e fornecedor de mercadoria barata, acordos de comércio vantajosos e remanejamento da cadeia produtiva eurásiana são as bases que fundamentam a expansão da segurança econômica.

Com isto posto, centralizemos as ideias. Pequim necessita, como quase todos os impérios, de mercados preferenciais, onde ela conseguirá obter um fluxo seguro de recursos, que serão a base de seu desenvolvimento. Também é vital um mercado consumidor robusto, que, mesmo já tendo maior importância em outro momento, vide o fortalecimento do consumo interno, ainda detém um papel importante nesse teatro. Nesta ótica, os acordos de parcerias ainda estariam pautados na *WIN-win diplomacy*, mas, como já expusemos, as vantagens, mesmo sendo mútuas, trariam um claro desequilíbrio positivo para Pequim, que certamente se

---

<sup>92</sup> CHRONOLOGY of U.S.-China Relations, 1784-2000. **Office of The Historian**. Disponível em: <https://history.state.gov/countries/issues/china-us-relations>.

estabelece com a maior parte dos ganhos. Por fim, essa capacidade de conexão e influenciar outros países, por meio de acordos, investimentos e relação econômica, seria materializada na eficácia chinesa em direcionar e até mesmo redesenhar a cadeia produtiva eurasiática.

#### 2.4.1. Mercados Preferenciais

Mahan<sup>93</sup>, o estrategista maior da geopolítica estadunidense, definiu em sua obra os parâmetros e práticas que conduziram a Inglaterra ao posto de grande potência. Ele constrói seu livro através de uma análise histórica que visava guiar a grande estratégia americana a partir do fim do século XIX. Um dos argumentos de maior destaque, além da defesa da supremacia marítima, é a busca da posse de colônias, ou a garantia de mercados preferenciais.

Como os pactos coloniais não mais existiam, seria necessário desenvolver uma relação comercial onde o acesso e lealdade do “parceiro” se manteria em amplo nível. Essas vantagens conversam com o que expusemos no capítulo anterior, onde Pequim molda a balança comercial dos países. Nesse contexto, é necessário compreender por meio de uma visão macro do cenário quais os caminhos táticos que Pequim vem tomando na busca por esse objetivo.

Pequim não vem reconstruindo os pactos coloniais ou algo próximo disso. Primeiro, essa realidade foge à regra de atuação chinesa em que a força dominante das relações foi pautada na *win-win diplomacy*. Em segundo lugar, entendemos que na visão chinesa não é seguro, no longo prazo, imperializar parceiros estratégicos. Violentar esses países seria fugir da sua prática histórica conservadora, além de poder significar a construção de um “império” fundado em solo instável. Logo, para a China, as parcerias da construção de mercados preferências tem que obedecer a outra lógica.

A base da construção chinesa de suas relações econômicas com o mundo, e principalmente para com seus parceiros, está fundamentada no ganha-ganha. Já expusemos algumas aplicações desse conceito, mas cabe aqui uma ótica mais específica. A estrutura que a China deseja construir está fundamentada na relação harmoniosa com seus parceiros econômicos; em troca, uma série de investimentos e de um fluxo constante de recursos. Em outras palavras, Pequim oferece a possibilidade de desenvolvimento em troca de lealdade. A grande diferença com as “vassalagens” ocidentais é que Pequim trabalha num nível temporal distinto: enquanto no ocidente o jogo de soma-zero garantiu o vasto acúmulo de riquezas em poucos séculos, a China opta por diminuir a velocidade do acúmulo, mas manter a relação

---

<sup>93</sup> MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power Upon History, 1660- 1783**. Boston: LITTLE, BROWN AND COMPANY, 1890.

saudável por muito tempo. Logo, nos parece que o cálculo chinês é: quanto maior a violência para a acumulação de riqueza dos parceiros, menor o tempo que esse laço se mantém. Por isso, diminuir a violência é necessário para que o laço seja estável e, na estabilidade, que a riqueza seja maior, uma vez que por um longo tempo ele durará.

#### 2.4.2. Garantia de investimento

Diferente da prática histórica do FMI, os empréstimos oriundos de Pequim ou que são guiados pela BRI não impõem profundas reformas econômicas. É clássica na América Latina, assim como é ferramenta primária do neoliberalismo, a expansão do capitalismo privatista para o que antes era público. Neste sentido, Pequim não obriga nem sugere privatização para que suas empresas ocupem o lugar que antes era do Estado. Essa escolha abre mão de um domínio do mercado desses países, em troca da lealdade.

Essa prática pode parecer efêmera, mas sua recorrência feriu o império americano devido às constantes imposições de como os países subdesenvolvidos deveriam agir para ficar ricos (BANDEIRA, 2006). O mais interessante desses “ensinamentos” é que eles não foram usados como remédio pelos países que hoje são potência e defendem seu uso. Tendo isso em nota, é necessário destacar que as reformas liberalizantes que os países tinham de adotar para serem supridos de empréstimos se tornaram, ao invés da solução, o problema.<sup>94</sup>

Isso se dá, pois o Estado, nos últimos 500 anos de história, sempre foi ente *sine qua non* do desenvolvimento. Logo, quando as instituições globais de financiamento impõem a diluição do Estado, elas estão garantindo que esses países pobres não tenham as mesmas ferramentas que as potências de hoje utilizaram para ascender (HA JOON CHANG, 2002).

Evidente que não há coincidência. Na mesma medida em que as empresas detestam a concorrência, os Estados também. O país, como um organismo “vivo”, se estabelece e busca sobreviver a todo custo. Em um mundo onde os recursos são finitos e o poder é relativo à distância que o país X tem para os outros, seria estranho a oferta generosa de um caminho *de facto* para o desenvolvimento.

Apesar dessa nossa resposta ser pautada no realismo, há outras que explicam a imposição de reformas para o fornecimento de empréstimos. As elites que influenciam as potências que hoje concentram a maior parte do poder global, veem nessa retração do Estado a

---

<sup>94</sup> GEIER, Bem. “Even the IMF Now Admits Neoliberalism Has Failed”. **Fortune**, 03 jun. 2016. Disponível: <https://fortune.com/2016/06/03/imf-neoliberalism-failing/>.

oportunidade de expandir seus lucros. Se o Estado não mais está no controle de recursos/setores estratégicos, cabe a essa elite avançar sobre ele, assim como sobre qualquer campo onde houver oportunidade. Este cenário fornece vantagens valiosas para a continuidade da acumulação de riqueza no norte global. Por esse ângulo, o sentido prático das privatizações e da diluição do Estado está na continuidade e atualização tática do imperialismo de Schumpeter (1951), que foi rerepresentado por Lênin (2011).

O ponto negativo (ineficiente) dessa ferramenta de extração de riqueza é a instabilidade, a médio e longo prazo, que ela gesta. Parte da população e da elite política da América Latina constantemente elegem o FMI como inimigo de suas respectivas nações, e esse fenômeno não é algo singular à América. Toda imposição sem contrapartida gera fissuras, que se aprofundam e podem gerar uma fratura ou ruptura. Em outros termos, a necessidade de atender aos interesses do “lucro rápido” dos acionistas faz com que o máximo ganho seja aplicado por meio de uma relação de soma-zero.

Por esse prisma, a estratégia de acumulação dos Estados Unidos foi efetiva no curto prazo, mas, no médio e longo, forneceu terreno fértil para que a perspectiva chinesa de empréstimos florescesse. Isso não significa que ela foi um fracasso ou mal planejada; significa que ela atingiu os objetivos que a ela cabia: extrair e concentrar riqueza por meio da expansão empresarial para o que antes era público, além de diminuir as ferramentas que os países subdesenvolvidos teriam para ascender. Queremos nos distanciar de uma análise moral, pois os Estados agem como qualquer ser vivo: o leão não caça por ser “mau”, ele agride por ser a ação mais eficiente que sua evolução encontrou na busca pela sobrevivência.

Pequim, ao analisar essa conjuntura, desenhou a sua lógica do empréstimo por outra ótica. Não herdando um império colonial, após passar meio século isolada do mundo, foi necessário manufaturar laços que antes não existiam. Para melhor consolidar essas ligações fora necessário fornecer vantagens incomparáveis para os novos parceiros. Nada que o Império do Meio já não tivesse realizado em suas táticas diplomáticas históricas de “sedução”.

As vantagens dos empréstimos chineses se iniciam com a liberdade de investir onde quiserem, sem a necessidade de reformas. A China não ofereceu o Consenso de Pequim como uma versão perfumada do produto de Washington. A oferta sínica opta pela autonomia do Estado que escolhe receber e escolhe como investir. Essa prática, para além da aparente beneficência, avança sobre uma questão central. A China, optando por este caminho, ganha tração na conquista das maiorias políticas dos países envolvidos, pois dá autonomia de investimento ao mesmo tempo em que oferece vantagens econômicas, caso eles se enquadrem nos desejos de Pequim.

Além da “liberdade” inicial, é notável a versatilidade para receber o pagamento desses empréstimos. Enquanto as instituições ocidentais são rígidas quanto ao pagamento, a China opta por uma vasta flexibilidade. Pequim aceita dólares, minério de ferro, petróleo, aluguel de porto, madeira, acesso ao mercado, apoio estratégico e o que mais julgar necessário para manter as boas relações. A vantagem de fugir do dólar e enfraquecer seu emissor, dá a China o incentivo ideal para que outros veículos de pagamento sejam utilizados. Acrescentamos à equação a cultura política imperial chinesa, que entende, nos seus milênios de desenvolvimento, que poder é superior a lucro, diferença crucial que as elites estadunidenses não aplicam. Por isso, reafirmamos uma vantagem estratégica da China, na sua (re) construção imperial: a influência sobre os países é mais importante do que o lucro que o pagamento da dívida trará, e isso só se mantém, pois, a cultura política imperial, somada ao domínio da burguesia chinesa pela burocracia, solidificam esse pragmatismo.

Devido a essa flexibilidade estratégica e vantagem que tal prática confere, a China foi acusada de oferecer esses empréstimos a países que não poderiam pagar, justamente para expandir sua influência e dependência desses para Pequim. A correlação de forças é clara: os Estados Unidos buscam corroer a imagem da China e frear e sua influência (que está em franca expansão), enquanto Pequim aceita de bom grado qualquer dependência que esses países possam criar com ela. Nesse caso, podemos afirmar com tranquilidade que ambos os países estão “corretos” no sentido da eficácia de suas posições. Os Estados Unidos desejam evitar a expansão chinesa dizendo que sua “ajuda” é uma armadilha, enquanto a China permanecerá defendendo que “só” deseja o desenvolvimento comum. Remontamos aqui o ditado romano, “o bom político não basta ser bom, tem de parecer bom”. Neste sentido, Washington tenta demonstrar que Pequim é “má”, enquanto a China “jura” que só quer o bem. Por esse prisma, afirmamos: ambos estão focados em aumentar a sua influência enquanto tentam diminuir a do rival, e, para isso, a manipulação da verdade é um preço baixo a se pagar.

O que a realidade observável nos diz? Os empréstimos chineses são vantajosos para quem os recebe, mas a recíproca também é verdadeira. Ofertando capital, sem pouca contrapartida, abre-se a porta do desenvolvimento para esses países. Fluxo de capital não é garantia de desenvolvimento, mas para existir desenvolvimento, fluxo de capital é fundamental.

Em outras palavras, enquanto os empréstimos oriundos dos Estados Unidos e suas instituições garantem a manutenção do subdesenvolvimento, não pelo capital, mas pela imposição de “reformas” que já mencionamos, os empréstimos chineses dão a possibilidade de alocação desses recursos onde o país julgar necessário. Logo, se houver uma maioria política ciente da necessidade de desenvolvimento, o recurso chinês pode ser a força motriz da



industrialização e do avanço da complexidade produtiva. Novamente, o desenvolvimento, a industrialização, a ascensão na escada da complexidade produtiva, não são triviais; todavia, dentro das instituições estadunidenses, essa ascensão e melhoria não são apenas difíceis, mas tendem ao impossível.

Reforçamos aqui que a opção estadunidense é estratégica: países em subdesenvolvimento são mais fáceis de controlar do que os desenvolvidos; enquanto isso, a China auxilia o desenvolvimento, não por uma benevolência inexplicável, mas sim por sua necessidade de aglutinar aliados e parceiros no desafio de ascensão e ultrapassagem. Por fim, defendemos que a China não busca espalhar soberania, mas está disposta a aumentar a soberania de parceiros desde que isso lhe confira uma vantagem tática no desafio estadunidense, isso tão é verdade, que se algumas dívidas foram cobradas pela China, outras também foram perdoadas. Poder é superior a lucro.

#### 2.4.3 Relações Harmoniosas

Os Imperadores chineses, ao receber seus vassallos, costumeiramente ofertavam aos mesmos presentes muito maiores do que os que recebiam. A lógica subjetiva dessa relação era que o Imperador, que governa tudo que o sol tocava, era tão poderoso e rico que jamais precisaria expropriar seus “leais vassallos” para torna-se rico, e os presentes deveriam representar a diferença hierárquica das relações. Ou seja, o Imperador de tudo que o sol toca não poderia, de forma alguma, dar um presente de menor valor que seu vassallo, que só governa uma parte de seu território.

Remontamos essa tradição para reafirmar que a prática diplomática atual da China é uma continuação modernizada das suas tradições históricas. A cultura política chinesa permanece ofertando respostas que resistiram ao tempo, e quando falamos de tempo no Império do Meio, estamos falando de práticas que tiveram sucesso durante milênios, o que significa que não facilmente serão abandonadas pois foram profundamente refinadas.

Com esse recorte em mente, lembremos que a lógica de dominação do Império Chinês foi uma adequação hierárquica, não uma violenta opressão. O fato é que o Reino do Meio não enriquecia com os Estados Tributários, pois o Império seria rico por si só, sem depender de espoliar seus vizinhos. Evidentemente, a lógica de não espoliar os Estados Tributários, para além da não necessidade, também garantia que esses mantivessem as fronteiras seguras e não gerassem problemas para o *heartland* chinês.

Como destacamos várias vezes, a cultura política que poderia ser interpretada como um “pacifismo”, na verdade, é o produto de um cálculo fundamentado na manutenção da segurança por meio de um profundo pragmatismo. Entendemos que essa cultura política ainda impera sobre a forma que as ações chinesas se moldam aos desafios geopolíticos contemporâneos. Em outras palavras, o Império Chinês “ensinou” que se deve evitar, a todo custo, expansões agressivas, não por um “pacifismo”, mas pela estabilidade do futuro da civilização chinesa.

Dada esta base material, compreendemos que a sinergia que Pequim encontrou com a profusão de vantagens mútuas foi de valor suficiente para que tal prática se assentasse como regra. Neste contexto, as relações chinesas com seus parceiros econômicos fornecem vantagens significativas para uma nação que busca o desenvolvimento de suas forças produtivas. Sendo assim, mais eficiente é para a governança chinesa expandir sua influência “cedendo” vantagens para seus parceiros, visto que, nesta relação, o parceiro não teria motivos para fugir da zona gravitacional, uma vez que a parceria não é radicalmente desequilibrada. Investir em trocas com o objetivo de benefícios no longo prazo permite à China se apresentar com maior grau de atração, mas isso só é possível devido à doutrina e “confiança” de que “ainda estaremos aqui nos próximos mil anos”. Como esperar essa mesma estratégia de Estados que se tornaram potências há menos de 500, 300 ou 100 anos?

Ainda queremos adicionar outra variável para explicar a “estratégia de relações harmoniosas”. O papel que as relações cumprem pode ser analisado por meio da racionalização dos objetivos estratégicos de longo prazo da China. Pautado no anseio inegociável da cultura política chinesa de se tornar, novamente, o centro do mundo, Pequim precisa criar em torno de si um centro gravitacional de estabilidade. Quando falamos de estabilidade, leia-se: garantia de não intervenção nos assuntos internos e segurança na manutenção de acordos.

A garantia de recursos para a China é condição *sine qua non* para a manutenção da segurança, pois com o planejamento econômico que vigora em Pequim, a incerteza da disponibilidade de tal ou qual recurso poderia, pela ótica estratégica, ser danoso. Neste contexto, as relações com os parceiros que fornecem esses recursos devem ser consideradas dentro da lógica de longo prazo, pois não consolidar essas parcerias permite a Washington (ou ao acaso) danificar essas relações. No longo prazo, ganha aquele que melhor acumular pequenas vantagens pelo tempo (*Weiqi Diplomacy*). Em outros termos, na fórmula da segurança econômica a variável mais importante é o tempo. Relembramos aqui o papel central que a BRI tem nessa construção, uma vez que gasodutos, oleodutos, rodovias e ferrovias criam uma tendência de fluxo de comércio estável através do tempo. Neste sentido, lembramos ainda que a Nova Rota da Seda, ao entrar na Constituição, saiu do status de iniciativa e se tornou doutrina

de política externa, ou seja, sem um tempo determinado para encerrar, reforçando e reforçada pela cultura política chinesa de “relações harmoniosas”.

Para exemplificarmos: Pequim não se importa com o regime político de seus vizinhos, e sim com a manutenção dos acordos firmados. Esse valor diplomático é relevante no comércio com a China, pois os países com diversos níveis e diversidade de democracias ou autoritarismo não se sentem impelidos e nem são desprivilegiados por isso. Nessa realidade, os países sentem a gravidade econômica da China de forma objetiva (volume financeiro) e subjetiva.

Objetiva, pelas vantagens que já demonstramos; subjetiva pela valorização que Pequim oferece em cada acordo e governo. Originado ainda nos rituais do Império Chinês, cada acordo firmado, mesmo com países de pouco peso geopolítico, é acompanhado de uma grande comemoração e destaque, valorizando o país envolvido. Esse fato pode parecer superlativo, mas mostrar ao parceiro que o acordo firmado foi visto com grande felicidade abre as portas para outros mais. Isso ocorre pois, na mesma medida que a política é fato, também é aparência; ser relevante e parecer relevante são dois ativos que se complementam. Nesse ponto, a tradição diplomática chinesa possui grande conformidade. Um governante de uma ditadura, ao visitar o “Imperador Xi”, voltará com belas fotos e vídeos para demonstrar o quanto ele e seu povo são importantes para os Chineses. Essas questões custam pouco para a China e valem muito para quem precisa parecer grande.

Por fim, a *Belt and Road* tem em seus fundamentos traços marcantes da cultura política imperial chinesa, e as “Relações Harmoniosas” são sua espinha dorsal. Sua importância se fundamenta no fato dela ser o que liga os acordos momentâneos com os objetivos de longo prazo. É responsável por colaborar com a estabilidade dos acordos de forma objetiva e subjetiva. O fato é que a BRI, por meio das Relações Harmoniosas, atualiza a máxima do Império Chinês: “poder é superior a riqueza”, e desde que os outros países entendam sua posição hierárquica dentro da estrutura chinesa e realizem *kowtow*<sup>95</sup> moderno, voltarão com mais riquezas do que chegaram; porém, com menos poder do que levaram.

#### 2.4.4. Conquista e manutenção

Identificamos as vantagens objetivas e subjetivas que Pequim fornece a seus parceiros. Entendemos que ela se apresenta disponibilizando investimento e vantagens sem contrapartida

---

<sup>95</sup> *Kowtow* é o ato de se prostrar diante do Imperador Chinês. Ao realizar isso, o indivíduo e o grupo que ele representa concordam e reafirmar a superioridade do Imperador, reforçando os laços de “tutor” e “tutelado”, ou se preferir, “vassalo” e “suserano”.

estrutural, o que, por sua vez, abre as portas para laços mais profundos e com ganhos mais palpáveis. Neste sentido, a BRI se apresenta como uma união de vantagens mútuas. Para o parceiro, a garantia de investimentos; para a China, a garantia de recursos estratégicos e expansão da sua influência e segurança.

No mais, o mercado preferencial se fundamenta quando a infraestrutura levada pela iniciativa já está consolidada em um ponto onde o fluxo de investimento não é mais prioritário, visto que o valor gerado pelo comércio, que se expandiu com a infraestrutura e acordos, já supre os benefícios que os investimentos outrora geravam. Isto significa que o investimento/empréstimo abre as portas para a infraestrutura/acordos, e a infraestrutura expande os lucros a uma grandeza que torna o investimento não mais fundamental.

Neste cenário, a *win-win policy* se materializa. Pequim fornece plantas industriais, energéticas e produtivas, que sejam acompanhadas de uma infraestrutura.<sup>96</sup> O país, além dos investimentos destacados, ganha um comprador que garante o fluxo por um longo prazo, gerando estabilidade e permitindo o planejamento. Os custos de transporte são diluídos pela infraestrutura, que não apenas se paga, mas também gera mais valor do que os empréstimos antes ofertados. Estas etapas são realizadas simultaneamente em vários países, graças à influência da *Belt and Road*.<sup>97</sup> Esta prática, se analisada de perto, gera uma diminuição das incertezas comerciais, ou, como Pequim busca estabelecer, “um comércio desimpedido”, que ainda terá uma racionalização própria.

Por enquanto, o que cabe no nosso entendimento, é a identificação de que essa “conquista e manutenção” de mercados preferenciais, para além do fluxo de capitais e recursos materiais, também atua de forma similar quando se trata de mercado consumidor. Voltemos ao argumento já exposto: ao utilizar de acordos para desenvolver infraestrutura, e utilizar a infraestrutura para multiplicar e se aprofundar nas parcerias, Pequim tende a facilitar a entrada barateada de seus produtos nesses países. Com isso, se desenvolve também a “conquista” do mercado consumidor, que tem sua manutenção por meio de realidades objetivas, contratos de investimentos, acordos comerciais e infraestrutura; e também por fatores subjetivos, relações harmoniosas que tendem a inflar uma narrativa de uma “China benfeitora”.

Entendemos que Pequim avança rapidamente na expansão da sua segurança econômica, tal qual a energética. Com estes objetivos sendo alcançados, falta-nos analisar as consequências

---

<sup>96</sup> MOFCOM. “A Bright Shared Future”. **Ministry Of Commerce, People's Republic of China**. Disponível em: [http://www.mofcom.gov.cn/article/beltandroad/index\\_en.shtml](http://www.mofcom.gov.cn/article/beltandroad/index_en.shtml).

<sup>97</sup> MOFCOM. “Investment Project Information Database”. **Ministry Of Commerce, People's Republic of China**. Disponível em: <https://project.mofcom.gov.cn/>.

da vitória chinesa para Eurásia sob a ótica da segurança econômica. Em outras palavras, o que a ascensão chinesa e sua busca por segurança gerará em suas zonas de influência e de desejo?

#### 2.4.5. Redesenho da cadeia produtiva eurásiana

Ficou evidente, nos últimos capítulos, a capacidade chinesa de influenciar a economia de outros países. Demonstramos também que essa influência possui uma ordem, um plano e uma estratégia. Pequim aumenta a dependência dos países com sigilo, ao mesmo tempo em que diversifica e dilui a importância que seus parceiros têm para a sobrevivência chinesa. A esse processo denominamos “expansão da segurança”, onde o recorte melhor analisado fora no campo energético.

Ainda visando a expansão da segurança, no âmbito macroeconômico, compreendemos também a forma que Pequim pensa e atua nas suas relações. A China aposta na manutenção, a longo prazo das parcerias, ofertando acordos vantajosos para aqueles que se prostram diante do “novo império” e oferecem lealdade. Com essas conquistas se desenvolvendo, uma nova e decisiva vantagem se apresenta para a China: a capacidade de planejar e redesenhar a cadeia global eurásiana. Mas, o que isso significa?

É natural que grandes potências gerem tendências econômicas e influenciem as tomadas de decisões econômicas de Estados terceiros. Os exemplos quanto a esse fato podem ser rapidamente lembrados. O Plano Marshall talvez seja o mais conhecido e efetivo; todavia, ainda podemos destacar as condições para o recebimento de empréstimos do FMI, fato já abordado anteriormente. Logo, no primeiro olhar não parece uma grande novidade a iniciativa sínica de influenciar os caminhos do desenvolvimento das nações. Destacamos também que, para a China, foi uma vantagem não impor condições a seus empréstimos; então, como esse complexo tabuleiro se apresenta?

Há algumas diferenças estruturais quando estamos comparando a *Belt and Road* com o Plano Marshall: 1) a temporalidade do plano estadunidense, que durou 4 anos; a BRI já passa dos 8, e não possui data de encerramento; 2) o papel que o primeiro tinha era o de aumentar a integração dos mercados europeus com o estadunidense, restaurar sua força produtiva com reabastecendo de produtos fundamentais para uma recuperação econômica europeia e expandir o lucro e influência dos Estados Unidos enquanto continham a pressão soviética (MUNHOZ, 2018); a BRI é consideravelmente mais diversa, com acordos econômicos, culturais, políticos, militares, além dos investimentos diretos, empréstimos, desenvolvimento de infraestrutura de transporte de produtos, pessoas e informações; 3) a importância do *Marshall Plan* na busca por

barrar o socialismo soviético por meio dos benefícios do capitalismo e do desenvolvimento foi um grande sucesso; já a Nova Rota da Seda está localizada em um âmbito distinto. Pequim ambiciona transformar a Eurásia em uma região sinérgica de desenvolvimento produtivo, ampliando sua influência por todo o continente, tornando grande parte dele diretamente desejoso de maior aproximação com a China; neste sentido, a BRI visa transformar a Eurásia no trampolim político que alçará o Dragão à maior potência do globo.

Destacamos também o fato de que a iniciativa não é mais um “projeto”: ela se tornou uma doutrina, ou seja, entrando na Constituição, a Nova Rota da Seda transcende o plano da iniciativa e se torna parte dos princípios a serem seguidos por toda a política externa chinesa, influenciando a totalidade dos investimentos estratégicos do país; 4) quando se fala de abrangência, a BRI também se distancia do Plano Marshall, pois enquanto no pós-guerra seu objetivo era atingir alguns países da Europa, já no primeiro estágio, a Nova Rota da Seda contava com dezenas, e hoje, como dissemos, ocupa importância total quando se fala de política externa e investimento da China.

O que precisamos desenvolver é que o Plano Marshall e a *Belt and Road Initiative* não são comparáveis: enquanto o primeiro era uma parte da estratégia estadunidense de expansão (Doutrina Truman), a BRI influencia a totalidade da política externa chinesa. Logo, a grande diferenciação é o aprofundamento da influência que a BRI tem sob todas as outras iniciativas existentes. Pequim busca “mudar o jogo” com o seu projeto; por isso, o objetivo de redesenhar a cadeia produtiva da Eurásia não é um sonho, e sim um fato que vem sendo manufaturado.

Logo, temos que enquadrar o questionamento: outras propostas e ações geraram influência gravitacional sob a economia e produção de terceiros? Sim, sem dúvida; alguma dessas foi tão profunda, vasta e diversa nessa interferência? Não. Ainda dentro dessas distinções, temos de destacar o profundo “projetismo” que a economia chinesa visa aplicar na sua Iniciativa.

Jabbour (2020) nos explica como o PCC criou ferramentas que buscam desenvolver a economia chinesa por meio da delimitação de objetivos estratégicos e aplicações táticas de grandes projetos. Isso significa que o “Estado Interventor”, ou, como diria Mazzucato (2014), o “Estado Empreendedor”, na China, está na vanguarda da alocação eficiente de energia, com objetivo de gerar o desenvolvimento econômico, que atende a interesses fundamentais de um grande tabuleiro estratégico. Ainda antes de apresentar nosso argumento, queremos dizer que essa alocação eficiente de energia em busca do avanço produtivo não é recente. Arrighi (2007) já tinha nos mostrado essa prática e o quanto ela foi fundamental para a expansão econômica da China já nas primeiras décadas de reforma e abertura.

Retomado essa tendência histórica de arquitetura econômica, verificamos que, na atuação da *Belt and Road*, tal lógica compõe os neurônios pensantes das ações internacionais dos investimentos chineses. O que queremos dizer é que a economia chinesa, como revela Arrighi (2007), Jabbour (2020) e Mazzucato (2014), se desenvolveu por meio do planejamento econômico eficiente, chegou a um novo nível com a BRI e avança com uma racionalização que tomou escala supranacional.

Não destacamos de forma aprofundada, pois não era o momento, mas no capítulo sobre segurança energética vimos a aplicação dessa capacidade chinesa. De novo, o caso chinês, visto rapidamente, poderia ser como qualquer outro. Todavia, destaca-se na atuação: sua amplitude, aprofundamento, diversidade e importância para si, mas também para todo o continente.

Redesenhar a cadeia produtiva da Ásia não é uma tarefa para uma breve iniciativa, mas sim para uma doutrina de política externa, e por isso não cansamos de reforçar: **a *Belt and Road* está no status de grande estratégia** e não apenas de iniciativa. Sem contar que o que vimos, até agora, pode ser considerado o “dia 1” da prática chinesa, uma vez que as estratégias, vistas pela ótica da sua cultura política, tendem a calcular décadas à frente. Ainda nessa exposição, tal conquista significaria uma influência em tal grau que poucas potências conseguiram na história, com um adicional: não ter que invadir ou anexar nenhum território para consolidar esse poder, fato esse que entra em consonância com a história diplomática do Império Chinês: “vencer sem se quer ter de entrar em batalhas”, nas palavras de Sun Tzu.

Antes de nos aprofundar na aplicação, temos que analisar o cenário. A China tem a seu favor duas mudanças estruturais no tabuleiro internacional que criam esse alinhamento de oportunidades singulares e fertilizaram o terreno para essa disruptiva geopolítica.

A transição econômica para a Ásia talvez seja um dos fatos geopolíticos mais importante dos últimos 500 anos. Nesse processo, se constata que a vantagem singular que a Revolução Industrial deu à Europa vem rapidamente se realocando. O fato de importância é que, apesar da Ásia ter em média um alto crescimento, alguns países destacaram-se nesse avanço. Dos cinco maiores PIBs da Ásia, quatro estão no pacífico.<sup>98</sup> Isso quer dizer que além da Ásia ser o local onde existe o maior desenvolvimento, há também uma profunda concentração dessas vitórias econômicas.

---

<sup>98</sup> PIB – Lista de Países – Ásia. **Tranding Economics**. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/country-list/gdp?continent=asia>.

Esse cenário pode ser colocado como uma pequena vantagem chinesa, já que ela desponta como vanguarda do desenvolvimento, acumulando, assim, uma janela de oportunidade onde o país possui uma larga diferença quanto aos outros Estados do continente. Isso significa que se a tendência histórica se mantiver, cedo ou tarde, é possível que a diferença média de desenvolvimento da China em relação às outras potências, diminuirá, tal qual a Inglaterra industrializada viu Alemanha, França, Estados Unidos se aproximarem. Enquanto isso não ocorre, Pequim vê um horizonte de evento vantajoso na sua frente, uma vez que ela pode “auxiliar” o desenvolvimento asiático de um modo que o amarre ao seu próprio.

O segundo alinhamento foi a diminuição do poder relativo de Washington. Grande parte da responsabilidade está nas ações da própria China e também dos erros estratégicos dos Estados Unidos. Porém, é inegável o fato de que a disputa pelo posto de maior potência está se acirrando. Junto com ela, se disputa também a arquitetura internacional dos poderes. A disputa existente nesse momento é Atlântica, fundada no pós-guerra, com clara tendência ocidental. Por outro lado, encontra-se próxima a sua exaustão, visto que “as novas potências” não possuem o peso institucional que as antigas ainda detêm; sendo assim, parte dessas instituições são governadas pela anacronia, o que tende a impulsionar reformas, novas organizações ou desencaixes “atrituosos”.

Por esses fatores, além da rápida retomada de protagonismo chinês, muitos países olham para a China como a provável nova maior potência. Essa cresça move esses países a agir, pois qualquer estadista poderia dizer: “se a China vai se tornar a maior potência, farei um acordo agora enquanto ela não é, e tirarei proveito dessa aproximação no curto, médio e longo espaço de tempo”. O pensamento é lógico; todavia, na mesma medida em que ele não é descabido de racionalidade, fabrica-se uma profecia autorrealizável, diminuindo ainda mais o gasto energético de Pequim, tornando o terreno ainda mais fértil para o redesenho da cadeia produtiva da Ásia.

O resenho da cadeia produtiva da Ásia possui uma clara prioridade: transportes. Mencionamos, no início deste capítulo, a importância dos transportes para a *Belt and Road*; porém, no campo do redesenho produtivo a sua importância ascende. Ela se expande, pois a China, ao analisar seu próprio desenvolvimento, entendeu que a integração territorial das suas regiões resultou na expansão do seu mercado e da sua produtividade.

É bem verdade que essa não foi uma “descoberta” chinesa: outros teóricos e países já tinham encontrado essa solução econômica. Todavia, para a China, encontrar a “solução” dentro de sua própria história foi um grande incentivador. Em outras palavras, ao integrar seu próprio território a China desenvolveu maior habilidade na aplicação de ferroviárias, rodovias,



oleodutos e gasodutos. Além desses ganhos em transportes, Pequim também levou plantas industriais específicas para suas regiões, incentivando a industrialização de uma forma que complementasse seu próprio *core* industrial.

Essa prática de levar os transportes em sincronia com a produção é algo já observável desde a década de 1990 (ARRIGHI, 2007), e, como já abordamos, outros países viram nos transportes a possibilidade de ampliação do seu mercado e do desenvolvimento da sua economia. De forma mais prática, a China vê suas redes de transporte como artérias que levam o oxigênio aos “órgãos” produtivos do país. Importante entender que as artérias cumprem o papel fundamental na geopolítica chinesa, visto que o desenvolvimento está totalmente relacionado com sua capacidade de nutrir seu corpo produtivo com *comodities* e outras mercadorias. Por esse prisma, começamos a identificar a importância desses transportes, mas como eles redesenham a cadeia produtiva da Eurásia?

Figura 12 - Artérias Ferroviárias da Nova Rota da Seda



Fonte: Merics (2018)<sup>99</sup>

Antes, o comércio eurasiático era extremamente deficitário em infraestrutura. Na primeira década do milênio, nem mesmo a China possuía vasta rede ferroviária (FAN; ZHANG, 2004b). Se o país que mais crescia no mundo não tinha, seria estranho se nos outros Estados do continente a realidade não fosse muito pior. Pelos cálculos do *Asian Development Bank* (2017),

<sup>99</sup> O mapa possui alguns problemas. Ele aponta as principais vias desenvolvidas dentro do âmbito da iniciativa. Já em 2018, ele se encontrava desatualizado, pois os projetos no Paquistão já estavam em andamento (apesar de ainda não concluídos), e no Sudeste Asiático também (já concluídos em sua maior parte). Para destacar esta desatualização, colocamos as setas vermelhas no Paquistão indicando que o projeto está em andamento, porém com problemas, enquanto as setas amarelas mostram projetos já concluídos. A despeito destes problemas, o mapa irá nos fornecer grande capacidade explicativa.

o continente possui um déficit em infraestrutura que só poderia ser sanado com o investimento de U\$26 trilhões<sup>100</sup> entre os anos de 2016 e 2030.

Esse profundo déficit não é gerado pelo acaso. Faz parte da estratégia ocidental de manutenção da sua influência. Como a Ásia possuía uma posição de “local para se explorar”, sua infraestrutura estava destinada à exportação de matéria prima e importação de produto industrializado. Neste sentido, a configuração que a infraestrutura adota é a energeticamente mais eficiente para esse propósito; ou seja, centros produtivos (geralmente de baixo valor agregado) ligado por infraestrutura em direção à costa. Em comparação, nos centros desenvolvidos do capitalismo, a interconexão dos países é a regra, visto que a complexidade e as trocas entre eles são vastamente lucrativas.

O que esse cenário nos diz? Essa configuração da infraestrutura “determina” que a Ásia fará de forma prioritária comércio com os centros produtivos tradicionais do globo - leia-se, centro do capitalismo, e não entre si. Não fará, pois as redes de trocas já estão desenhadas para isso, tornando muito custosa a sua modificação, visto que o desenvolvimento de artérias possui alto custo, além do fato de os vizinhos não terem a mesma capacidade de produção.

Esta afirmação começou a mudar para uns poucos países após a ascensão dos “Tigres Asiáticos”, mas, no geral, o papel econômico da Ásia não tinha mudado. Em um segundo momento, Vietnã, Índia e China também começaram a participar dessa cadeia global de valor, mas, como dissemos, a regra ainda era uma baixa troca entre os países asiáticos, principalmente quando falamos de produtos de alto valor agregado.

Esse cenário se reafirma quando, na criação do *Asian Infrastructure Investment Bank*, os Estados Unidos e a Europa se opuseram de forma assertiva. O argumento alegado era que investir em infraestrutura no interior da Ásia resultaria em altos níveis de corrupção (BUSTILLO; ANDONI, 2018). Interessante notar o quanto o Ocidente “se preocupa” com a lisura ao se tratar de desenvolvimento produtivo em regiões estratégicas. Na nossa visão, um pouco menos moral, vemos que a oposição do Ocidente em não apoiar a iniciativa nos estágios iniciais se concentrava em dois pontos centrais: 1) maior influência asiática nas tomadas de decisões, em especial da China; 2) maior desenvolvimento de infraestrutura na Ásia, o que levaria a maior troca entre os países, aumentando a integração, acelerando o desenvolvimento e diminuindo a vantagem comparativa europeia e estadunidense para com esses países. Dada esta conjectura, retomamos outro paradigma do redesenho da cadeia produtiva asiática, pois

---

<sup>100</sup> Valores referentes a 2015.

além das artérias que redirecionam os fluxos de trocas em direção à China, também existem a fertilização da produção.

#### 2.4.6. A Fertilização da produção

Pequim, dada a sua cultura política, se enxerga na posição de tutor dos bárbaros, se colocando como “o pedagogo do mundo”, que disponibilizaria o avanço civilizacional para todos aqueles que forem buscar. Essa posição é similar e distinta do “fardo do homem branco”, pois o conceito ocidental impunha/justificava o “levar da civilização” aos “bárbaros”, enquanto o “pedagogo do mundo” aguarda pacientemente a consciência desses mesmos “bárbaros”, que cedo ou tarde irão buscar a “sabedoria chinesa”. Esse desenvolvimento é encontrado no *core* diplomático/cultural chinês, que fez da maior potência da história uma nação não expansionista, pois “o sol jamais busca as flores”. Dado esse “excepcionalíssimo chinês”, a característica da influência não é como a ocidental, com uma busca de vantagens imediatas, e sim a diligência da construção de estruturas estáveis e vantajosas no longo prazo. Aqui reforçamos nossa máxima: o Ocidente joga xadrez, enquanto a China joga *weiqi*.

Para isso a *Belt and Road* foi desenvolvida, para que o “pedagogo da Ásia” pudesse levar o desenvolvimento a todos que se “prostrassem” ao “Imperador Xi”. Já dissemos, mas tais complexidades precisam ser reforçadas: a China não adota essa posição por uma “caridade” ou “benevolência”; tal posição é pautada em profundo pragmatismo e estratégia geopolítica. Uma geopolítica distinta do ocidente e que é sincrônica à sua própria cultura política. Pequim olha para os “seus bárbaros” e entende que a melhor maneira de os manter “dóceis” é levando o desenvolvimento a esses países, gerando um nível de troca e vantagem que não daria razão para uma revolta da hierarquia “confuciana”.

Vimos o quanto a infraestrutura de transporte gera esse redirecionamento do fluxo de comércio; agora, vamos entender como Pequim aumenta o fluxo e o desenvolvimento desses países para expandir ainda mais a sua influência. Quando observamos os investimentos chineses, rapidamente entendemos a lógica envolvida neste esforço. Já apontamos parte dessa lógica no campo da segurança energética, por isso, focaremos em outros setores produtivos.

O Vietnã, por exemplo, acumula investimentos nos setores de extração mineral (*China Minmetals*), automobilística (*Sailun Tire Global*), construção civil (*China Poly Group*) e manufaturas (*GoerTek*, *Guizhou Tyre*, *Texhong Textile*); no Mianmar, indústria de maquinário agrícola (*Sinomach*) e empresas especializadas em construção de maquinário industrial também ganharam um grande espaço (*sino great wall*), especialmente no campo de infraestrutura

comunicacional (*Zongshen*); na Tailândia, o setor da comunicação (*China Mobile Communications* e *China Communications Construction*), do Petróleo (*China National Petroleum Corp.* e *Sinopec*), automobilístico (*Qingdao Sentury*) e manufatura (*Shandong Linglong Tire*) ganham enfoque (AEI).

Selecionamos os principais investimentos chineses no Sudeste Asiático, retirando os setores já observados- transportes e energia -. O que vemos são três características latentes: 1) setores que rapidamente aumentam a produtividade do país, como comunicações e empresas de desenvolvimento de industrial; 2) indústrias dispendiosas em mão de obra, ou com grande capacidade de gerar lucro; 3) setores que possuem baixo nível em complexidade produtiva, sendo assim, dependentes dos setores alocados na China, gerando então uma relação de ganha-ganha.

Esse fenômeno que destacamos em alguns países do Sudeste Asiático ocorre em muitos outros. Optamos por selecionar, na redação dessa dissertação, aqueles organizados pela AEI, *think tank* estadunidense que rastreia parte dos investimentos chineses e faz *lobby* para que se fortaleça a resposta a Pequim. Fizemos essa escolha para demonstrar que, até mesmo nos locais periféricos em importância (para os Estados Unidos), a China atua decisivamente para a expansão da sua influência, redesenhando a cadeia produtiva (eur)asiática.

Exposta a atuação chinesa no desenvolvimento de artérias, plantas industriais e produtivas próximas a essas redes, temos a base do redesenho da cadeia produtiva da Ásia. A próxima etapa que já se pode começar a enxergar no horizonte de evento é a assinatura de projetos que visam aproximar os países no âmbito político, cultural e econômico. Neste sentido, vemos novamente a *Belt and Road Initiative* como um guia de ações, visto que ela gera demanda de novas assinaturas para questões pontuais, sendo ela responsável pelo direcionamento geral da política externa chinesa.

Por fim, para finalizarmos a abordagem do redesenho da cadeia produtiva da Ásia, identificamos a racionalização do *modus operandi* chinês. Na primeira etapa, Pequim cria as estradas e a produção; na segunda, ela fomenta acordos de cooperação e aproximação; na terceira, ela amarra o desenvolvimento desses países ao seu próprio, visto que influencia de forma decisiva o coração produtivo desses países e suas principais rotas de comércio, expandindo de forma profunda o nível de estabilidade, segurança econômica e lealdade política. Nos cabe, agora, analisar quais os métodos aplicados pela geopolítica chinesa para que o país alcance também uma expansão de segurança política.

## 2.5. Segurança política

Quando observamos historicamente as prioridades geopolíticas das potências, rapidamente identificamos que a Zona Primária de Influência tem maior atenção. Isso se dá por um fato simples: a segurança do organismo é o seu primeiro propósito. Neste sentido, nenhum território é mais perigoso para a segurança política de um Estado do que suas fronteiras. Logo, vale uma reflexão: o quão poderoso seria os Estados Unidos se a Rússia estivesse no lugar do Canadá? O mesmo vale para a Alemanha: quão poderosa ela poderia ser se seus vizinhos fossem o México e a Argentina? Tal reflexão é uma preparação para entendermos que as fronteiras e os vizinhos são fatores fundamentais no sucesso ou fracasso de uma ascensão geopolítica. Com este cenário exposto, iremos racionalizar as ameaças à Zona Primária de Influência Chinesa.

Para melhor compreendermos essas ameaças, se mostra necessário visualizar que foi imposta à Pequim uma espécie de “cordão sanitário” oriundo ainda da Guerra Fria. A tática de “cordão sanitário” não é nova: impor uma constante insegurança fronteiriça aos rivais, utilizando de Estados terceiros, é um entendimento já presente em Roma, nas Cruzadas e em diversos outros momentos históricos. No caso chinês, o *modus operandi* pode ser entendido a partir dos clássicos da geopolítica.

Mahan, pai da geopolítica americana e marítima, afirma, de forma categórica, que uma potência não terá sucesso se não garantir a segurança de suas rotas marítimas, especialmente em suas fronteiras; Mackinder<sup>101</sup> por sua vez, diz que o maior perigo (para o Ocidente) é fornecer ao *heartland* uma saída segura para o mar, destacando inclusive que ela poderia vir por meio da China; por fim, Spykman<sup>102</sup>, continuando o trabalho dos seus antecessores, desenvolve a teoria do *rimland*, que solicita que os Estados Unidos, não podendo conquistar o *heartland*, devesse dominar suas fronteiras para manter um “anel” de segurança entorno do território rival, que no período em que ele escreve já olhava para a URSS. O que desejamos demonstrar nessa racionalização é que não apenas esses geopolíticos tiveram suas ideias aplicadas, como também formaram a concepção que seria atualizada e modernizada pelos seus sucessores.

Do lado da China, o embate contra a pressão exercida por Washington encontra três níveis de desafio: 1) segurança e soberania; 2) projeção eurásiana; 3) expansão global. A Zona

---

<sup>101</sup> MACKINDER, Halford John. *The Geographical Pivot of History*. **Blackwell Publishing**, Hoboken, v. 23, n. 4, p. 421–437, 1904.

<sup>102</sup> SPYKMAN, Nicholas John. **America's Strategy in World Politics: The United States And The Balance Of Power**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1942.

Primária de Influência está direcionada a manter sua segurança fronteiriça. Seu foco é inibir o poder que a “Muralha do Pacífico” exerce sobre a soberania chinesa. O que nós chamamos de “Muralha do Pacífico” é a pressão conjunta que os países influenciados pelos Estados Unidos/OTAN exercem sobre a China. São eles: Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Filipinas. Além da “Muralha do Pacífico”, quando falamos da Zona Primária de Influência Chinesa, também temos que olhar de forma decisiva para a o Estreito de Malaca e o Mar do Sul da China. Dado este vislumbre, vamos entender o complexo desafio que esse tabuleiro representa para Pequim.

#### 2.5.1. Primeira Zona de Influência - Segurança e soberania

A “Muralha do Pacífico”, responsável por pressionar a Primeira Zona de Influência Chinesa, é um dos cenários mais vantajosos na equação energética pelo lado dos Estados Unidos. Manter o Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Filipinas como “bases avançadas” o Império, faz com que a China gaste extrema energia diplomática, militar e econômica para aumentar sua segurança nesse quadrante do tabuleiro geopolítico.

A desproporção de gasto se justifica de forma histórica-empírica. Washington, quando teve sua zona de influência ameaçada por Moscou, na Crise dos Mísseis, estabeleceu como prioridade que seria inaceitável permitir a colocação de mísseis em Cuba, e, para evitar a diluição do controle da sua Zona Primária de Influência, abriria mão de posições estratégicas “gastando” um ultimato nuclear. Todas essas ações podem ser explicadas pela ótica realista da geopolítica. A Turquia vale menos para Washington do que Cuba, pois Cuba está na Zona de Segurança e Soberania dos Estados Unidos, assim como Venezuela vale menos para Rússia do que a Ucrânia. As peças possuem pesos diferentes e inversamente proporcionais. Por isso, para os Estados Unidos, conseguir deixar a Zona Primária da China menos segura, gera um gasto energético (político, diplomático e econômico para a China) muito maior do que foi investido por Washington. Dado que a energia de ação das potências é finita, se Pequim terá que gastar mais energia nesse problema, sobrarão menos para investir em outros locais. Essa exposição do cálculo estratégico é fundamental para todas as observações e análises que realizaremos sobre as zonas de influência.

Fisicamente falando, uma muralha precisa de uma continuidade, mas encontra sua força e poder em pilares. No caso em estudo não é diferente. Hoje, a “Muralha do Pacífico” tem o Japão e Taiwan como pilares de máxima importância. Os outros “membros” que compõem essa estrutura são Filipinas e Coreia do Sul. Há décadas, também Hong Kong a compunha, mas essa última disputa já está de forma decisivamente vencida pela China, o que também demonstra

que Pequim está a trabalhar na solução do seu problema. Para compreender as ações que podem definir a balança de poder do Pacífico, vamos verificar o papel dos membros.

O peso e a importância geopolítica do Japão não podem ser inferiorizados. Para os Estados Unidos, o poder econômico, o posicionamento geográfico e internacional, somados à “lealdade” nipônica, resultam em um campo de poder extremamente relevante para Washington. O país é ideal para uma potência marítima, visto que sua geografia favorece a projeção da maritimidade estadunidense.

Na economia, o Japão importa U\$69 bilhões e exporta U\$133 bilhões para os Estados Unidos, representando, respectivamente, 10% e 19% de sua balança comercial. Todavia, não basta olharmos para os números totais: é necessário qualificar esses dados. O Japão vê nessa relação econômica uma vantagem, visto que seus principais produtos exportados são de alta complexidade, enquanto suas importações são diversificadas. Esse caráter industrial qualitativo mostra o valor da influência estadunidense, visto que, ao ser aplicada uma coordenação estratégica, Tóquio poderia se tornar uma arma econômica potente contra Pequim, cumprindo assim um papel geopolítico singular na Grande Estratégia Estadunidense (OECD, 2018).

A capacidade nipônica de projetar poder estadunidense também se apresenta pelas vias bélicas. Segundo a CIA<sup>103</sup>, a força militar japonesa se aproxima dos 240 mil soldados (ativa), e como resquício da Segunda Guerra Mundial o Japão pode ser considerado - ao menos por enquanto - uma nação desarmada. Ainda sobre a projeção bélica que o Japão fornece, no país existem mais de 80 bases e instalações ocupadas e usadas por Washington (oficialmente), onde, em média, permanecem cerca de 50 mil soldados estadunidenses, sem contar os períodos onde parte da 7<sup>o</sup> Frota fica estacionada em território nipônico. Por fim, o pilar que o Japão representa para a “Muralha do Pacífico” é ser a principal base naval estadunidense, permitindo que a maior força naval que esse mundo já viu tenha portos seguro muito próximos do seu então maior rival geopolítico, possibilitando que a 7<sup>o</sup> Frota dos Estados Unidos fique estacionada ou navegando com cobertura defensiva há alguns quilômetros das principais cidades Chinesas.

O Japão permite que os Estados Unidos projetem poder, influência, pressão e um sem-número de perigos para a China. Evidentemente que Tóquio possui grupos políticos que discordam das instruções de Washington; todavia, pelo menos por enquanto, a política externa japonesa não parece conseguir estar distante da estadunidense.

---

<sup>103</sup> WORLD FACTBOOK, The. “Japan”. CIA. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/japan/#military-and-security>.

A Coreia do Sul, assim como o Japão, vê como vantagem ter a maior potência bélica do mundo te salvaguardando; todavia, diferente de Tóquio, a questão de segurança nacional é uma questão prioritária para os Coreanos. As feridas da Guerra Fria seguem afetando as escolhas nacionais de forma decisiva. Essa é a grande vantagem americana na península. Não existe maioria política que seja capaz de rivalizar com os interesses estadunidenses, pois “ninguém” quer arcar com o dano político de perder a “segurança”. Neste sentido, Washington, muitas vezes age para buscar a manutenção do *status quo* entre as Coreias, visto que se a Coreia do Norte não for mais um problema, a segurança/solução estadunidense não será mais necessária, algo que os Estados Unidos não podem arriscar. Mas, por quê?

A Coreia do Sul também possui tropas e bases estadunidenses, mas seu poder de pressão na China é outro. A economia coreana é uma das que possuem maior nível de complexidade. A regra da produção coreana é o alto valor agregado; nesta rota, o país fornece valiosos componentes tecnológicos para a China. Pequim, buscando garantir segurança, ofertou diversas vezes parcerias econômicas com a Coreia em busca de maior cooperação e sinergia. Visto o nível estratégico, a relação *win-win* tentou ser estabelecida; todavia, as empresas esbarram no governo, que por sua vez esbarrava nos interesses de Washington. Os principais acordos eram voltados para a produção de microchips, componentes essenciais para qualquer mercadoria tecnológica.

O que podemos afirmar é que, para além da pressão militar, a Coreia fornece, principalmente, uma negação cirúrgica quanto ao desenvolvimento da segurança econômica chinesa, obrigando-a a seguir a rota mais custosa, que é desenvolver nacionalmente esses componentes ou aumentar sua dependência da Coreia e, principalmente, de Taiwan. O que precisamos ressaltar é parte do que a história chinesa nos ensinou: Washington, ao pressionar pela negação desses acordos, tenciona sua influência sobre Seoul, aumentando o custo de sua dominação no longo prazo. Não vemos, por agora, uma rebeldia por parte da Coreia do Sul, mas por quanto tempo a elite econômica e política deste país irá aceitar ser barrada pelos interesses além-mar?

Quanto a Taiwan, o cenário é ainda mais problemático. A China vê a ilha como uma província rebelde, devido à política de “uma só China”. Neste cenário, é axiomático que Pequim busque a (re)anexação do país. Se *de jure* ela é uma província rebelde segundo a grande maioria dos países, *de facto* ela é um Estado independente e é nessa contradição que o “pilar” da “Muralha do Pacífico” se estabelece.

Atuando para garantir sua soberania, Taipei ocupou uma parcela fundamental do fluxo econômico global. Sua posição na cadeia produtiva global é basilar, é o principal produto de



semicondutores (chips e microchips) que formam a base de toda a indústria tecnológica do planeta. Na prática, o mundo moderno “depende” de Taiwan, visto que ela produz um recurso estratégico fundamental, de alto nível de complexidade produtiva, o que inviabiliza, no curto e médio prazo, uma troca total dos seus produtos.

Esse fato inibe qualquer ação chinesa mais agressiva e aumenta o bônus econômico de ter Taiwan dentro do seu próprio cabedal de alianças. Com esse cenário posto, fica evidente que a ilha é capaz de gerar um grande dano econômico à China. Se começar a reduzir a oferta de microchips (como já solicita os EUA) para os produtos chineses, Pequim terá uma diminuição significativa em sua desenvoltura econômica e um freio robusto na sua competitividade. Evidentemente que este cenário não é simples, visto que o dano seria mútuo, e a duração do dano, limitado ao médio prazo, tempo esse que a China parece estar disposta a pagar, se necessário.

Ainda sobre a pressão geopolítica que Taiwan gera, também devemos equacionar o nível de belicosidade que a ilha representa. Tal qual a Ucrânia, Taiwan é constantemente pressionada e incentivada a adquirir equipamentos bélicos dos Estados Unidos. Evidentemente que certa garantia de defesa é fundamental para qualquer nação; todavia, quando observamos a prioridade que Washington fornece a Taiwan, observamos o óbvio: não é apenas interesse econômico que move os acordos de vendas de armamentos para Taipei.

Transmutar Taiwan em uma fortaleza militar geraria um enorme custo de anexação por parte da China. Sem contar que, ao multiplicar a capacidade bélica de Taipei, toda a região se tornaria mais volátil; ou seja, se entendemos que Pequim precisa da segurança para prosperar, uma Taiwan profundamente militarizada resultaria no contrário dos objetivos chineses. Queremos ainda destacar que a China vai anexar Taiwan, mas o “Plano A” não é a realização desse processo pelas armas. A não opção pela via bélica não é parte de uma “cultura pacifista”, nem mesmo de uma “superioridade moral”, mas sim uma escolha pragmática, visto que essas duas conjecturas iniciais podem ser facilmente negadas com os casos da Índia (1962) e Vietnã (1979).<sup>104</sup>

A estratégia chinesa consiste em alguns pilares. O primeiro deles é o isolamento. Nas últimas décadas, os países que reconhecem Taiwan vêm drasticamente diminuindo, observando o poder geopolítico e o tamanho do mercado já nos fornece razões evidentes que fazem desnecessário um diagnóstico detalhado do movimento coletivo que segue em expansão. O

---

<sup>104</sup> Ambos os exemplos não são guerras de anexação, como seria o caso de Taiwan, mas os casos citados demonstram que o caminho das armas, mesmo não sendo a escolha padrão, se mantém dentro do cabedal geopolítico da China, tal qual a captura de peças no jogo de *weiqi*.

segundo pilar é a “fagocitose” econômica. Pequim usa a mesma tática de expansão de segurança econômica que já avaliamos; todavia, o nível é ainda mais profundo. A China busca seduzir a elite econômica que já vê o continente com bons olhos e, por meio dessa aproximação, expandir sua pauta na política. O maior empecilho é a opinião popular, que vê no retorno à China algo danoso a suas liberdades e à histórica pressão exercida pelos Estados Unidos ao “guiar a democracia” de Taiwan. Evidentemente que esse tempero social e político tem razões para existir, assim como também é claro que tal sentimento é potencializado pelas ferramentas de manipulação midiática dos Estados Unidos.

Por fim, dado estes fatos, fica evidente que Taiwan é um dos pilares mais fundamentais e instáveis dessa “Muralha do Pacífico”. A histórica impossibilidade de negociação da independência, somada à qualidade de sua economia, faz com que a China veja a questão da anexação como algo temporal. Neste sentido, também avaliamos que Pequim tende a ir pelo caminho mais longo e seguro; todavia, se há um local no qual a China esteja mais próxima de usar suas capacidades bélicas, esse local em Taiwan. Neste sentido, reforçamos, a anexação de Taiwan tende a vir por uma conquista econômica e só depois política. Porém, dadas as circunstâncias singulares ou oportunidades raras, as vias bélicas ocupam a opção secundária e possível.

Como último “membro” da “Muralha do Pacífico”, temos as Filipinas. Desde sua colonização e principalmente a partir de sua independência, os Estados Unidos foi fator constante na equação política filipina. Na prática, essa presença significa um alto nível de coordenação em sua política externa no objetivo de pressionar a China. Por esse cenário, esperava-se que o país estivesse “garantido” tal qual Japão, mas talvez aí tenha se concentrado o erro estadunidense.

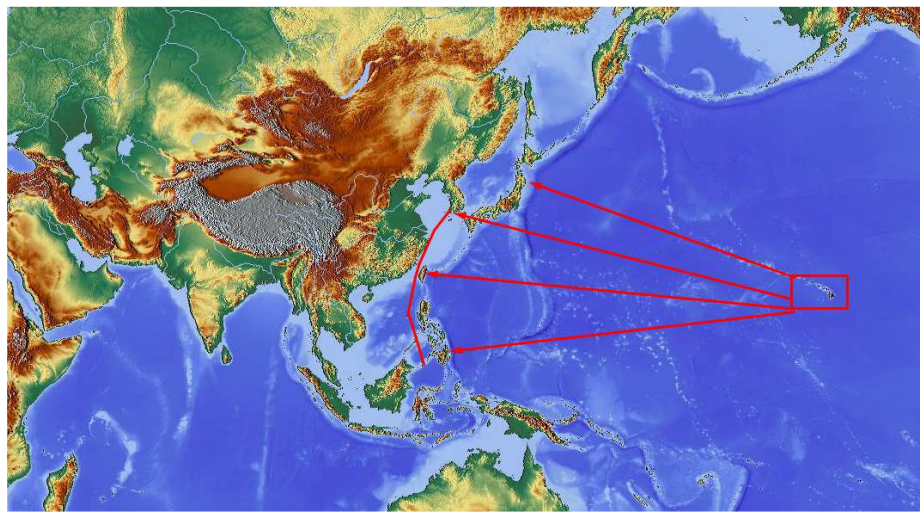
Com essa estabilidade, as relações entre os dois países diminuiriam em quantidade e qualidade, ao ponto de Rodrigo Duterte, então presidente das Filipinas, ter ofendido o presidente dos Estados Unidos e ameaçado não renovar o acesso à base naval estadunidense em solo filipino.<sup>105</sup> Em paralelo a esses atritos, Pequim vinha intensificando seus investimentos e aproximação e, se não fossem os atritos no Mar do Sul da China, elas seriam ótimas. Neste cenário, assistimos Pequim acelerando sua participação na economia e política filipina por meio da atração da elite econômica, em vista dos vultuosos investimentos.

---

<sup>105</sup> PRESIDENT Duterte: US can't re-establish military base in Philippines. **Philippine government**. 28 jul. 2020. Disponível em: [https://ops.gov.ph/news\\_releases/president-duterte-us-cant-reestablish-military-base-in-philippines/](https://ops.gov.ph/news_releases/president-duterte-us-cant-reestablish-military-base-in-philippines/). Acessado em: 02 out. 2022.

Esta prática deu frutos já em 2022, quando Marco Junior foi eleito presidente. Marco é visto, por parte da mídia ocidental, como o “homem da China”, aquele que irá levar de vez o país para o cabedal de alianças de Pequim.<sup>106</sup> Somos um pouco mais céticos quanto a essa “super inclinação”, porém é evidente que essas transições não são imediatas, e que um ou dois mandatos não são suficientes para definir uma aliança. Porém, haja vista a intensidade da China em romper a “Muralha do Pacífico”, as Filipinas surgem como a “brecha” mais barata para se criar. Neste sentido, estamos observando claramente uma transição marcante na geopolítica. Há 20 anos, o futuro filipino estava tão “destinado” aos Estados Unidos quanto há 50; mas, hoje, o mesmo não se pode dizer para as próximas décadas. Se um Império começa sua derrocada pela periferia, seriam as Filipinas a “primeira província” a abandonar a capital Washington? Tal resposta ainda não está clara, mas o que podemos confirmar é que a “Barreira do Pacífico” nunca esteve tão vulnerável a desintegração como agora.

Figura 13 - Muralha do Pacífico



Fonte: autoria própria

Analisado a pressão exercida pelos Estados Unidos com a “Muralha do Pacífico”, precisamos compreender outra vulnerabilidade chinesa e suas respectivas respostas. Quando se levanta suas rotas comerciais, rapidamente se percebe uma grave e perigosa concentração desse caminho no estreito de Malaca. Dado este cenário, analisemos como a geopolítica chinesa se desdobra nesse teatro.

<sup>106</sup> ALLARD, Tom. Analysis: Marcos as Philippine president a boon for China, awkward for U.S. **Reuters**. 11 maio 2022 Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/marcos-philippine-president-boon-china-awkward-us-2022-05-10/> Acessado em: 02 out. 2022.

### 2.5.1.1 O Mar do Sul Da China e o Estreito de Malaca

Alfred T. Mahan (2005), o pai da geopolítica estadunidense, faz uma clara racionalização dos pontos estratégicos ao observar o tabuleiro da geopolítica marítima. Um dos pontos basilares para uma maior influência dos mares é a garantia da segurança das rotas comerciais que abastecem o mercado nacional. Por influência de Mahan (2005), tanto em suas obras, aulas, cartas trocadas com presidentes e *policy makers*, os Estados Unidos seguiram “à risca” as determinações traçadas pelo estrategista.

Uma das principais era a garantia dos “lagos marítimos”; em outras palavras, ter um mar para chamar de seu. No caso americano, o Golfo do México, o Mar do Caribe e o Canal do Panamá, todos estes estruturados com significativa presença militar e política estadunidense, garantiam essa segurança para Washington. No caso do Panamá, uma dupla relevância se apresenta: a primeira, na transformação dos Estados Unidos em uma potência bioceânica, capaz de atuar com força máxima nos dois mares; o segundo fator é o controle de uma zona de alta gravidade comercial, devido à concentração de valor resultante do afunilamento das rotas marítimas pela região.

Entendidas as bases de Mahan (2005) e do exemplo estadunidense, podemos aplicar parte dessa racionalização geopolítica na questão chinesa quanto ao trato do Mar do Sul da China e do estreito de Malaca. O primeiro ponto para se levantar é a importância. Com esse dado, conseguimos equacionar o quanto as ações de Pequim são explicáveis a partir da lógica realista, ou seja: o esforço é correspondente ao tamanho da vantagem que se pode acumular com a avançar dos seus objetivos?

A princípio, ao olharmos para a riqueza do subsolo, encontramos centenas de bilhões de barris em hidrocarbonetos em potencial (FRAVEL, 2011). Como já elaboramos, segurança energética é uma prioridade chinesa; neste sentido, mesmo que a tese de Owen e Schofield (2012) se confirme, e, de fato, o potencial energético da região seja muito menor do que o especulado, ainda assim, para Pequim, toda expansão de segurança é relevante.

Por esse prisma, uma problemática se apresenta: os recursos energéticos em potenciais “pagam” a insegurança na qual a China se coloca ao entrar nessa disputa? A resposta é não. Pequim deseja, mas não precisa dos hidrocarbonetos do Mar do Sul; a China possui acessos muito mais desenvolvidos e sem o risco de disputa territorial vindo de outras localidades (Rússia e Ásia Central), então, o que justifica o esforço pelo Mar do Sul da China? Segurança e soberania.

O Mar do Sul da China é fundamental para a garantia da segurança e da soberania de Pequim. Por ali transita cerca de 40% de todo o comércio chinês<sup>107</sup>, tendo o agravante de ver esse fluxo se afunilar no Estreito de Malaca, que, para Pequim, pode ser comparada à artéria mais importante do nosso corpo: a aorta. A relevância se expande quando se adiciona na equação a variável marítima que a supremacia naval estadunidense representa. Logo, além da alta concentração de valor, que, como vimos, é entendido pela China como fraca e insegura, temos também a incapacidade de defesa desse local imprescindível, o que extrapola os temores que a grande estratégia geopolítica chinesa poderia tolerar.

Outro pilar que não podemos esquecer de racionalizar é a parte significativa das rotas comerciais do Japão, Coreia do Sul, Taiwan e todo Sudeste Asiático, passando por Malaca e/ou Mar do Sul da China. Evidentemente que, para Pequim, ter o poder de influenciar as rotas de seus vizinhos também valoriza e incentiva a expansão para esse território, visto que influenciar esses países seria uma satisfatória expansão de segurança estratégica para a China.

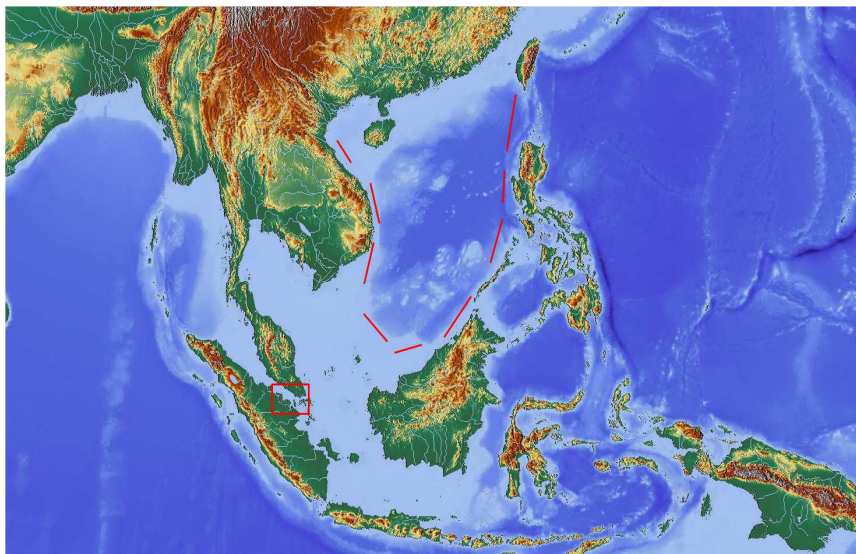
Entendida a importância, quais as ações realizadas por Pequim para expandir sua força geopolítica nessa região? Não vamos nos repetir; logo, já destacamos que a estratégia chinesa de concentração de importância e diluição de relevância dos parceiros também é presente, assim como um enorme fluxo de investimento. Para além da *win-win diplomacy*, temos uma das movimentações geopolíticas mais inesperadas e vitoriosas dos últimos tempos. A China em uma ação sem paralelo, expandiu seu território construindo ilhas onde antes só havia corais ou pequenas ilhotas.

Construir ilhas no meio do mar foi um movimento que deu à China a influência *de facto* do território. Não podemos esquecer, porém, que, *de jure*, o país não tem nenhum órgão, legislação ou entidade internacional que referende seu controle do Mar do Sul da China. Por esse prisma, evidenciamos uma expansão agressiva do território chinês na anexação de Zonas Econômicas exclusivas de outros países. Por isso, destacamos, durante toda dissertação, o caráter pragmático do “suposto pacifismo” chinês. O Império Chinês, ontem e hoje, mantém as ações agressivas como o caminho secundário; ainda assim, ele é por vezes utilizado no Mar do Sul da China, onde vemos um claro exemplo disso, apesar de ser necessário lembrar que não houve uso bélico para tal conquista.

---

<sup>107</sup> CSIS. “How Much Trade Transits the South China Sea?”. **China Power**, 02 ago. 2017. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/much-trade-transits-south-china-sea>.

Figura 14 - Mar do Sul da China e o Estreito de Malaca



Fonte: autoria própria.

Por fim, o controle do Mar do Sul da China se dá na militarização de várias das ilhas, o que aumenta o custo de uma intervenção bélica estadunidense. Outro ponto a se destacar é que o controle do território só não é completo pois, em água, as forças estadunidenses ainda são intocáveis, e só não são “onipotentes” pois, com o apoio dos sistemas de defesa do continente e das ilhas, uma possível disputa no Mar do Sul da China seria uma questão aberta. Mas, para todos os outros países envolvidos, o Mar do Sul é cada vez mais chinês. Este fato faz com que Malaca tenha seu perigo diluído, visto que um dos “lados” do estreito estaria consideravelmente seguro, uma vez que Pequim está decisivamente e cada vez mais presente na região.

O cenário que se estabelece é de uma China que viola territórios marítimos de seus vizinhos em busca de uma proteção, que aos olhos de Pequim é inegociável. Evidentemente que para os países que perderam o monopólio da exploração, a ação chinesa fere as relações. Vale, então, lembrar que a diplomacia não é monocromática; a China busca melhorar essas feridas com a manutenção de um fluxo constante de investimento e parcerias estratégicas, o que ressalta a tese que constantemente defendemos nesta dissertação: a China não é pacifista, mas é por ser pragmática que na maioria das vezes ela evita atritos mais violentos. O Mar do Sul da China, junto com Malaca, mostra essas duas facetas: violenta por tomar territórios que *de jure* não são seus, mas “compensar” esses mesmos países com a garantia de um elevado fluxo de investimentos.

Por fim, com esses cenários desenvolvidos, uma parte considerável da estratégia geopolítica chinesa, no que tange a Primeira Zona de Influência, foi abordada. Para nosso próximo tópico, vamos observar de perto o desenvolvimento da Segunda Zona de Influência

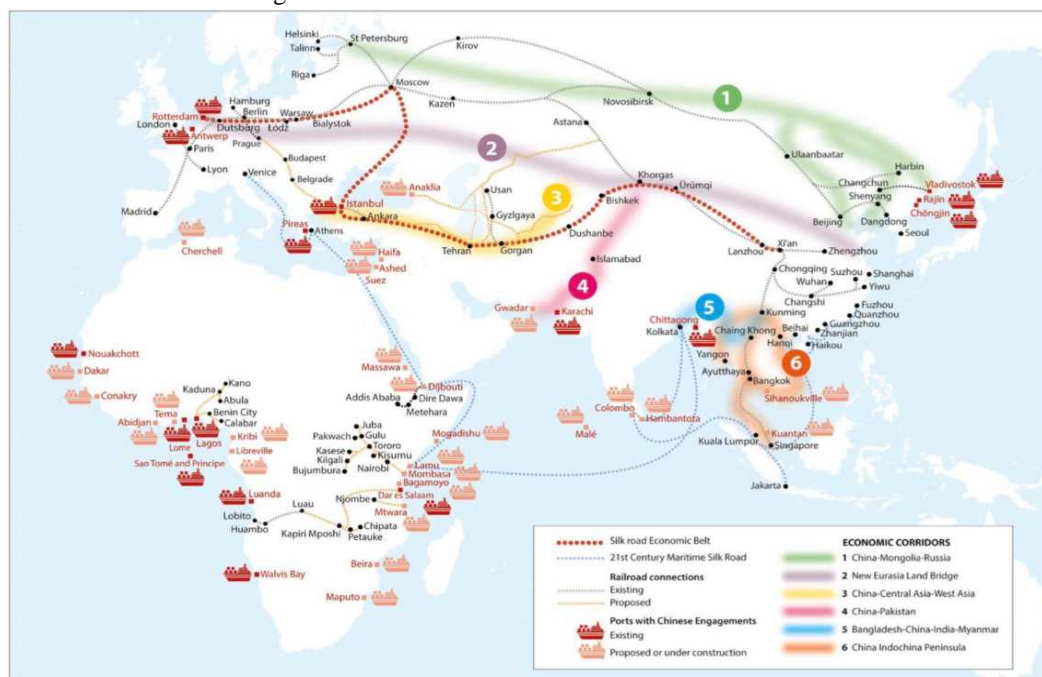
Chinesa, onde a força gravitacional de Pequim tem a ambição de seduzir e conquistar a Eurásia, mantendo sempre a premissa de expandir a segurança geopolítica da China.

## 2.5.2. Segunda Zona de Influência | A conquista da Eurásia

Racionalizamos, no tópico anterior, como Pequim observa e atua dentro de sua autodeterminada Primeira Zona de Influência. Os pilares que sustentam a estratégia de atuação chinesa são segurança e soberania. Por essa ótica, entendemos que dois teatros de atuação tiveram maior dispêndio energético chinês. São eles a “Muralha do Pacífico” e o Mar do Sul da China. Ambos se demonstraram fundamentais na estratégia de manutenção da segurança de Pequim. Os desdobramentos do fortalecimento da China nessa região a impulsiona com ainda mais capacidade para seus “verdadeiros objetivos”, a realização do “sonho chinês”, por meio da reconstrução do Mundo Sinocêntrico.

No próximo capítulo, vamos entender o desdobramento operacional, tático e estratégico do coração da Grande Estratégica Chinesa: a conquista da Eurásia. Para tanto, racionalizaremos a atuação da política externa chinesa observando o papel que cada artéria da *Belt and Road* cumpre.

Figura 15 - As 6 Artérias da *Belt and Road Initiative*



Fonte: OECD (2018)



A *Belt and Road*, como iniciativa, é composta por seis artérias e todas possuem diversas ramificações. Dado este fato, conseguimos visualizar por meio desta pesquisa que todas cumprem funções estratégicas no desejo chinês de expansão de sua influência.

Neste sentido, iremos agora demonstrar uma das grandes contribuições desta dissertação: racionalizar o papel das seis artérias na Grande Estratégia Chinesa.

#### 2.5.2.1 O Casamento Sino-Russo - Corredores I e II

É tradição nos casamentos ocidentais a troca de alianças. Historicamente, a aliança significa um comprometimento material com o futuro dos atores envolvidos no matrimônio. O poder cultural que o objeto significa se tornou sinônimo de parceria ou aproximação, na maioria das vezes militar. Quando falamos das relações entre China e Rússia, é fácil perceber que há poucos momentos em que os países estiveram tão próximos. A aliança que une o Urso e o Dragão não é apenas imagética, pelo contrário: é uma das mais objetivas e materiais presentes na geopolítica global. As estruturas que unem Pequim a Moscou são diversas, mas sem dúvida podemos afirmar que os Corredores I e II simbolizam a aliança do maior casamento geopolítico deste século. Dada esta importância, nos aprofundemos nesta questão.

Não há razão para fugir da base que já racionalizamos: a união entre Pequim e Moscou é pautada pela já desenvolvida *win-win diplomacy*. Possivelmente este seja o maior exemplo desta política, ainda com este horizonte à vista, outros pontos se ressaltam nesta parceria. São eles: segurança energética, política e econômica. Estes três pilares definem a relação dos países, e neste capítulo vamos analisar os motivos para tal.

##### 2.5.2.1.1 Do que é feita a aliança entre China e Rússia: temor, energia, Europa, Ásia Central, tecnologia, investimento, segurança militar e Nova Ordem Mundial

Poderíamos elevar diversos motivos para construir as razões estratégicas que justificaram a aproximação histórica entre Pequim e Moscou; porém, nenhuma delas seria maior que o **temor** e receio da pressão exercida por Washington. Kissinger (2014) e Bandeira (2006), por caminhos opostos, explicam o mesmo cenário percebido pela Rússia e China: os Estados Unidos não medem esforços para suprimir a oposição à sua ordem global. China e Rússia, por outro lado, possuem um sem-número de querelas não resolvidas. Essas fissuras vão



desde conflitos históricos<sup>108</sup>, passando por territórios anexados<sup>109</sup> e até zonas de influências sobrepostas.<sup>110</sup> Estes problemas não foram esquecidos, mas pragmaticamente secundarizados. Por outro lado, os Estados Unidos ofertaram uma aproximação com estes países, porém os termos não os convenceram, como, por exemplo, o desejo de Brzezinski (2016) de transformar a China em um “leal parceiro” como o Japão.

Não é só de temor que se forma uma aliança. Na verdade, no casamento entre China e Rússia, um dos principais atrativos é a **energia**. Os hidrocarbonetos são uma constante na relação destes dois países e não é para menos: os produtos que a China mais importa são hidrocarbonetos<sup>90</sup>; o produto que a Rússia mais exporta, também.<sup>111</sup> Logo, fazia todo sentido que a “aliança” desse casamento fosse “banhada a *pipelines*” e assim foi, obviamente, tendo essas infraestruturas amarradas por longos acordos de fornecimento.<sup>112</sup>

O resultado dessa expansão de infraestrutura pode ser observado de forma prática. Antes, Moscou era extremamente dependente do mercado europeu, assim como a recíproca era verdadeira. Em outras palavras, a Rússia tinha energia para vender e a Europa (especialmente a Alemanha) possuía a fome e os euros necessários para compra-la. Com a entrada da China, essa equilibrada relação simbiótica começou a se modificar. A infraestrutura começou a permitir à Rússia dizer “não” para a Europa e abrir um novo mercado para suas *commodities*. Essa expansão contínua de possibilidade econômica resultou em uma maior flexibilidade geopolítica, visto que a Europa não conseguiu uma “nova Rússia” na mesma velocidade que Moscou conseguiu uma “nova Europa”, aumentando rapidamente o poder de barganha do Kremlin e expandindo o horizonte de eventos possíveis do país.

Se Pequim ofertou um novo mercado para a Rússia em troca das suas *commodities*, na **Ásia Central** a relação foi de divisão pragmática. A presença russa na região é marcante desde o início da expansão do Império Russo, e profundamente ampliada com a integração do local na estrutura da URSS. Após a desagregação do bloco, Moscou muito tentou manter parte dessa influência, e de certa forma conseguiu. Com a “chegada” chinesa, regras não escritas parecem estarem se constituindo.

---

<sup>108</sup> Rivalidade dos impérios czarista e chinês até o mais recente atrito Sino-Soviético.

<sup>109</sup> Especialmente a Manchúria.

<sup>110</sup> Com destaque para a Ásia Central.

<sup>111</sup> RÚSSIA. OEC. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/rus>.

<sup>112</sup> AIZHU, Chen. “Russia, China agree 30-year gas deal via new pipeline, to settle in euros”. **Reuters**, 04 fev. 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/exclusive-russia-china-agree-30-year-gas-deal-using-new-pipeline-source-2022-02-04/>.

Moscou teve de aceitar - e possivelmente não conseguiria evitar - uma ingerência chinesa na região, assim como uma substantiva participação na economia desses países. Por outro lado, se a influência chinesa é relevante, o poder político russo também, e possivelmente maior. Culturalmente e politicamente, o centro gravitacional da região ainda é Moscou; economicamente, Pequim tem esse posto. Hoje, parece que ambas as potências estão conservando essa estrutura em pró da necessidade de evitar conflitos entre o Urso e o Dragão.

Quando crises eclodem, são os russos que chegam primeiro e colocam o grau aceitável de interferência chinesa. Um exemplo dessa lógica é a crise de 2021-22 no Cazaquistão<sup>113</sup>, onde movimentos de massa tentaram derrubar o governo. Moscou e Nursultan acusaram guerra híbrida e com a ativação do pacto de defesa, a Rússia enviou “tropas de pacificação”<sup>114</sup> para auxiliar no controle dos “rebeldes extremistas islâmicos infiltrados pelas potências ocidentais imperialistas”. Não cabe aqui avaliar se de fato as falas convenientes do governo russo e cazaquê são verdadeiras, mas o que é realmente fundamental é a atuação de “bastidor” da China, apoiando totalmente a ação russa, financiando economicamente e diplomaticamente a “defesa da estabilidade da eurásia”.<sup>115</sup>

Esse exemplo, onde houve intervenção bélica de Moscou, demonstrou bem “quem faz o serviço sujo” e em nenhum momento dessa e de outras crises relevantes, Moscou e Pequim estiveram dessincronizadas em suas falas ou posições. Esse nível de sincronia, para nós, foi surpreendente, pois ambos os países possuem graves divergências. Todavia, não permitem que tais desacordos fujam das salas onde essas querelas ocorrem.

O que garante essa sincronia é a *Belt and Road* aplicada no sentido em que racionalizamos aqui: como uma doutrina de atuação geopolítica. Dentro dela, a diplomacia de longa duração fala mais alto, visto que Moscou e Pequim desenvolveram uma série de “rotas” que servem como um “cinturão” de desenvolvimento conjunto em áreas sensíveis. Em outras palavras, a Europa se uniu e encerrou milênios de atrito dividindo seu carvão e ferro; Moscou e Pequim estão encerrando seus atritos dividindo seu gás e petróleo, mas também, e principalmente, sua **tecnologia**.

A integração tecnológica e a comunhão destas pesquisas é uma das características mais fundamentais em uma relação (KOROLEV; PORTYAKOV, 2018). Em um mundo onde a

---

<sup>113</sup> STRONSKI, Paul. “Lessons Learned from the Kazakhstan Crisis”. *Carnegie*, 04 fev. 2022. Disponível em: <https://carnegiemoscow.org/commentary/86450>.

<sup>114</sup> HESS, Maximilian. “The meaning of Russian troops in Kazakhstan”. *Riddle*, 12 jan. 2022. Disponível em: <https://ridl.io/the-meaning-of-russian-troops-in-kazakhstan>.

<sup>115</sup> STANDISH, Reid. “Crisis In Kazakhstan Pushes China, Russia Closer Together”. *RFE/RL*, 18 jan. 2022. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/kazakhstan-crisis-russia-china/31659765.html>.

disputa se dá em diversas camadas, compartilhar avanços na fronteira do conhecimento acumula um duplo caráter: primeiro, como sintoma de uma união estratégica bem estruturada; segundo, como uma união que segue se reforçando. Neste sentido, podemos dizer que o desenvolvimento conjunto e as trocas de tecnologia só são possíveis pois a aliança está saudável. E saudável sendo, se torna mais resiliente como o avanço conjunto da fronteira do conhecimento.

Se o futuro está amarrado por meio dos avanços conjuntos em campos sensíveis da tecnologia, o presente é aproximado com investimentos contínuos da China na Rússia. A dimensão do fluxo é incomparável. Rodovias, ferrovias, gasodutos, oleodutos, pontes e portos são alguns dos setores mais divulgados, mas não somente. Plantas industriais e vultuosos empréstimos também estão no “dote” do casamento. Parte desses investimentos são estratégicos para a China (gasodutos e oleodutos), outros “apenas” fornecem margem de manobra para Moscou, como os empréstimos e plantas industriais (OECD, 2018).

Por esse prisma, fica evidente a capacidade russa de “barganhar”, e uma das constantes levadas em consideração por esse cálculo político é a teórica superioridade bélica da Rússia. Com exceção das águas, em terra e no ar, a superioridade de projeção e defesa russas são da primeira prateleira global. O ponto que equilibra a balança é que o sangue de uma máquina de guerra potente é capital, e, neste setor, Pequim consegue acelerar seu desenvolvimento em uma magnitude que a Rússia não conseguiria acompanhar. Por esse ângulo, há um equilíbrio de forças, o que favorece os vários avanços técnicos-militares conjuntos. Isso se acentua pois ambos possuem um desenho de investimento militar direcionado a uma maior eficiência contra um agressor de um perfil como o dos Estados Unidos. Neste sentido, a Rússia auxilia o desenvolvimento e treinamento chinês com sua *expertise* no tema, e juntos avançam no reconhecimento de suas desvantagens e elevação de suas qualidades.

Como já dissemos, muitos cenários dividem e afastam China e Rússia; por sua vez, a *Belt and Road* é uma proposta que tem como objetivo suplantar essas dificuldades. Mas, antes de avançar no objetivo máximo da BRI, listemos as razões estratégicas que **afastam** o Urso e o Dragão. A história conflituosa dos dois países não pode ser facilmente apagada, mesmo que a China “esqueça” de citar constantemente o Império Russo como uma das potências que a violou durante o “Século da Humilhação”. Tal conhecimento é amplamente sabido pelos Chineses. Além desse fato, China e Rússia possuem grandes disputas territoriais, principalmente na Manchúria. Soma-se a isso as zonas de influência sobrepostas, como no caso já explicado da Ásia Central. Além disso, há parceiros onde há contrastes diplomáticos, como é o exemplo da Índia, que no último caso é rival da China e parceira da Rússia. Há também um

debate dentro dos ciclos acadêmicos da China de que a Rússia seria um parceiro “sem paciência”, podendo não se manter dentro da estratégia chinesa de longo prazo. Não podemos nos esquecer, também, que cada ano que passa, expande a influência econômica da China para dentro da Rússia, caráter esse que não tende a deixar as elites de Moscou satisfeitas.

Com a soma de todos esses fatores, qual é o resultado prático da atuação da primeira e da segunda artéria da *Belt and Road*? O objetivo máximo das duas artérias, é solidificar os pilares de uma nova organização internacional, que pelo ângulo da China tem na Rússia um protagonista nesta construção. Ainda mantendo a busca por essa longa constituição, as outras artérias trabalham com o mesmo fim, porém com objetivos táticos distintos. Dado este entendimento, racionalizemos a função das próximas artérias.

#### 2.5.2.2 A Conquista do Oriente Médio - Corredor III

As nações do “Grande Oriente Médio”, principalmente aquelas ricas em recursos naturais, tiveram um último século de elevado desafio. Incentivadas pelas potências Atlânticas (Europa Ocidental e Estados Unidos) e URSS, as destabilizações foram constantes. Não é necessário listar o número de intervenções; o que é importante destacar, é que o Ocidente, em especial os Estados Unidos, não pouparam agressividade para moldar a região à sua vontade. O custo dessas inúmeras intervenções foi muito bem equacionado por Chalmers Johnson (2000), que avaliou que a expansão agressiva do Império Americano geraria, agora em nossas palavras, “dissidentes descontentes e agressivos”. Johnson ainda destaca que a manutenção do império americano se tornava perigosa e ineficiente com essas ações. Para nós, este é o ponto fundamental: Chalmers Johnson foi profundamente criticado pelo seu “anti-patriotismo”, ou por “mudar de lado”, visto que em outro momento ele encontrava boas justificativas para essas ações, porém, após os ataques de 11 de setembro de 2001, o autor se tornou intocável pela crítica.

A importância do argumento de Johnson (2000) fortalece uma das maiores contribuições desta pesquisa. A China está vencendo e se expandindo tão rápido, pois sua governança internacional está pautada, ao menos por enquanto, em uma diplomacia estabilizadora, enquanto Washington pautou a expansão e manutenção do seu império em ferramentas agressivas de controle. Intervenções, golpes, guerras, financiamento de grupos armados e sanções econômicas foram a regra da expansão e manutenção do poder americano como descreveu Bandeira (2006), porém é necessário destacar que tal tática não foi uma

singularidade americana, sendo constante em diversos outros impérios ocidentais, como muito bem organizou Bertonha (2017).

Pequim faz questão de enaltecer essas diferenças em suas relações e acordos. No Oriente Médio, todo ano os Estados Unidos perdem capacidade de gerenciar o tabuleiro local; por outro lado, a China vem se tornando força fundamental para as elites e governos nacionais. Isso ocorre por um duplo motivo. O desleixo com a região por parte dos Estados Unidos, que vem diminuindo sua necessidade de petróleo e interferência na região, uma vez que a extração de xisto e novos recursos energéticos ascendem; além disso, uma realocação para a China, com um claro reequilíbrio de presença desde a *pivot to asia* de Obama e sua aceleração com as querelas trumpistas contra Pequim, que foram “reeducadas” com Biden. Além de uma “saída relativa” dos Estados Unidos, existe também o desinteresse (também relativo) desses países na relação a Washington, pois, se antes este era o “único” grande comprador os hidrocarbonetos da região, capaz de fornecer volume monetário necessário para a manutenção mínima das elites governantes e estabilidade social, agora um novo *player* surgiu.

A China, se aproveitando deste cenário, atuou por meio da sua já citada “doutrina geopolítica”: investimentos volumosos em setores estratégicos, empréstimos menos autoritários que o FMI e Banco Mundial e uma relação diplomática que não busca delimitar quem, ou como, o governo cuida de seu país. Há também o campo do subjetivo, pois as lideranças chinesas são vistas como fortes quando recebem ou visitam líderes de outras nações; nos Estados Unidos, a relação é outra, pois depende de quem é o governante: se ele for israelense, muito bom, se ele for o estereótipo de terrorista construído pelos Estados Unidos, algumas explicações terão que ser dadas.

Isso é potencializado devido ao fator propagandístico do liberalismo político dos Estados Unidos, somado à atualização da “Missão Civilizatória”, onde a democracia liberal deveria ser apresentada, levada e imposta aos “bárbaros” atrasados. A título de comparação, os chineses não estão longe dessa perspectiva civilizatória: a China se vê como centro/auge da civilização, e certamente olha para outros povos com uma perspectiva de superioridade, mas, ao contrário dos Estados Unidos, a China vê esses “bárbaros” como responsáveis por buscar o “tutor” chinês, e mesmo que se esforcem em alcançar o “grande sol”, jamais serão iguais e jamais conseguirão ter o mesmo nível de “civilidade”. Em outras palavras, o preconceito e o racismo chinês fazem com que a China não veja seu método possível de ser replicado, algo próximo de “como os ‘bárbaros’ poderão ter um governo tão eficiente quanto o nosso se não são nós”. Sem contar que a perspectiva histórica da diplomacia chinesa faz com que os

“bárbaros” sejam tratados de forma elevada, pois o bom tratamento deve representar a diferença de grandeza entre eles.

Retomando o ângulo americano, quando o pragmatismo se sobrepõe à narrativa - em outras palavras, quando o presidente Joe Biden precisa se reunir com o príncipe saudita, Mohammed Bin Salman, para solicitar ajuda na contenção da inflação americana e expansão da China sobre o Oriente Médio - o chefe máximo da nação é criticado<sup>116</sup>, pois são recuperadas falas onde ele diz ser inaceitável tolerar “esses líderes autocráticos”. Por pressão, ele quase desmarcou uma reunião que, para o império americano, era fundamental. Este exemplo, ocorrido no ano de 2022, ilustra bem a necessidade de manter a aparência liberal, o que atrapalha uma postura que evidentemente não é.

Esse descolamento entre uma narrativa que se diz liberal e defensora de valores democráticos, e a constante quebra desses valores e ações pragmáticas, geram um desentrosamento na diplomacia estadunidense. Essa falha abriu e ainda abre espaço para a diplomacia Chinesa. Pequim cuida de seus parceiros, os enche de honrarias, presentes e relações estáveis, independentemente se o país massacra e tortura uma oposição que antes era sua aliada.<sup>117</sup> A equação da China é simples: os países do Oriente Médio (assim como quaisquer outros) podem ter, crer e atuar como quiserem; desde que mantenham os acordos assinados, não existirá problemas, ao menos enquanto o Estados Unidos estiverem no horizonte chinês.

Esta “indiferença chinesa”, junto com o volume de investimento, são as principais forças que fizeram com que a China conseguisse se conectar ao Oriente Médio de uma maneira tão rápida. A elite político-econômica sabe que é vista com desdém pelas potências atlânticas; sabe que, independentemente do que faça, como se porte, ainda será vista como “terrorista”. Enquanto isso, o empresário-diplomata chinês trata essa elite como se fosse um reduto de “príncipes”, com máximas honrarias. Esse poder do subjetivo é mais eficiente do que à primeira vista possa parecer. Daniel Kahneman (2002), psicólogo e Nobel de economia, concluiu por meio de vastos estudos que o *homo sapiens* toma grande parte de suas decisões com o “sistema rápido” de resposta, e depois que toma a decisão usa o “sistema lento/racional” para justificar a mesma. O que queremos dizer aqui é que, depois que China faz/fez a elite dessa região se sentir valorizada, o acordo já está fechado; o que resta é não fornecer motivos para o seu rompimento no momento da proposta. Não vamos diminuir o poder dessa cultura diplomática,

---

<sup>116</sup> BERG, Raffi. “Saudi Arabia: Biden meets crown prince amid criticism”. **BCC**, 15 jul. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-62173934>.

<sup>117</sup> KURLANTIZICK, Joshua. “China's Support for Myanmar Further Shows the World Dividing into Autocracy versus Democracy”. **CFR**, 04 abr. 2022. Disponível em: <https://www.cfr.org/blog/chinas-support-myanmar-further-shows-world-dividing-autocracy-versus-democracy>.

pois ela é aplicada desde que o império chinês se formou. Kissinger destacou essa postura diversas vezes em sua obra *On China* (1971) e ela ainda se mantém atuante. E se mantém, pois faz parte de uma cultura política que consegue fornecer respostas eficientes para um povo; na mesma medida, a postura mais belicista das potências ocidentais, nos últimos 500 anos, foi a mais eficiente do globo. A questão que ressaltamos é que o Ocidente (Europa Ocidental e Estados Unidos) são potências há 500 anos; a China, há 5.000. Suas ferramentas estão voltadas para um outro nível de cálculo temporal e se ações de soma-zero trouxeram inúmeras vitórias com o advento da superioridade oriunda revolução industrial, a *win-win* tende a ser a melhor qualificada para cenários com tendência ao equilíbrio.

Com toda essa construção material e subjetiva, o desenvolvimento das artérias, que antes era mantido por relações diplomáticas e monetárias, serão amarrados a uma profunda infraestrutura que irá baratear as relações econômicas e expandir a influência política. Alguns desses efeitos já são sentidos, como o encaminhamento de um acordo onde Pequim e Riad farão comércio em suas moedas nacionais.<sup>118</sup> Essa é uma conquista de calibre estrutural; infelizmente, não temos o tempo a nosso favor para analisar todas as consequências, mas uma questão pode abrir toda uma infinidade de conjecturas valiosas: se o principal produtor de petróleo, aliado histórico dos Estados Unidos, está aceitando comercializar petróleo em uma moeda chinesa, quanto tempo irá tardar para que países mais periféricos do Império façam o mesmo?

#### 2.5.2.3. A segurança do Índico e a fuga de Malaca - Corredores IV e V

Da mesma forma que um sistema nervoso trabalha em sinergia com diversos neurotransmissores, as artérias da BRI também. Se as artérias I e II alimentam a relação Moscou-Pequim, as artérias IV e V trabalham em conjunto com dois objetivos complementares. Será na busca por entender essa atuação que vamos nos aprofundar no tabuleiro no qual a China se encontra no Índico e em Malaca.

O estreito de Malaca já possui explicação suficiente nesta dissertação. Para evitarmos grandes retornos, lembremos que parte significativa do comércio chinês passa por essa localidade que é profundamente frágil no quesito segurança. Levantamos também que “segurança” é a palavra de ordem da estratégica chinesa. A insegurança de Malaca se dá por reflexo da capacidade e estratégia estadunidense de projeção de poder.

---

<sup>118</sup> RIYADH. “Beijing mull using yuan instead of dollar for oil trade”. **Tribune**, 15 mar. 2022. Disponível em: <https://tribune.com.pk/story/2348098/riyadh-beijing-mull-using-yuan-instead-of-dollar-for-oil-trade>.

Desde que Mahan influencia West Point e o executivo dos Estados Unidos com suas obras, cartas e aulas, Washington adotou as bases estratégicas do almirante e teórico geopolítico. Uma das principais, é a capacidade de influenciar e intervir em zonas de alta densidade comercial. Segundo Mahan, essa capacidade de intervir gera enorme poder para a potência naval, tanto é que o Reino Unido e seu sucessor, Estados Unidos, já possuíram ou possuem bases e frotas posicionadas próximas aos principais gargalos comerciais do mundo. Pequim estudou Mahan (HOLMES, 2009), sabe que em Malaca se encontra sua maior vulnerabilidade nas rotas comerciais e que essa vulnerabilidade gera um nível de insegurança intolerável para a geopolítica chinesa.<sup>119</sup>

Com essa realidade em mente, somada ao nosso nível de entendimento estratégico da China no trato da segurança, torna-se racional a utilização de duas artérias para aumentar sua capacidade de estabilidade no Índico e em Malaca. Nosso próximo passo é entender como esses objetivos estão sendo estruturados para sua efetivação.

Para fugir de Malaca, Pequim está estruturando duas novas rotas. A primeira e mais importante, localizada no Paquistão, e a segunda, direcionada ao Mianmar. Após todas essas estruturas que apresentamos, fica evidente que ambas, após concluídas, possuem o papel de diluir a necessidade, importância e insegurança que o estreito de Malaca representa.

Para além da evidente importância, há uma não tão explícita. Se dissemos que Pequim desenha sua estrutura bélica para se tornar capaz de elevar o custo de uma intervenção militar estadunidense, também temos que destacar que esse é apenas o primeiro capítulo. A China também estrutura os próximos passos da sua expansão de influência, e eles estão diretamente ligados com a capacidade de projetar poder. Por esse prisma, o passo dois dessa projeção está no alcance de navegação de sua frota; para isso ocorrer, ela precisa aumentar sua densidade bélica e alcance de navegação. Para poder confirmar essa tese, teríamos que identificar a China avançando a configuração da sua produção naval para navios de projeção de poder e aumentando a semeadura de portos “aliados” em mares internacionais.

Sem coincidências, Pequim recém inaugurou sua nova classe de porta-aviões<sup>120</sup>, que, por natureza da sua função, é uma ferramenta de projeção de poder. Assim como a inauguração desses navios, temos a China fechando acordos de segurança com outros países, como no

---

<sup>119</sup> MAHAN, A.T. Op. cit., 1890.

<sup>120</sup> CENTENO, Gabriel. “Imagens: novo porta-aviões chinês é lançado ao mar”. **AEROFLAP**, 17 jun. 2022. Disponível em: <https://www.aeroflap.com.br/imagens-novo-porta-avioes-chines-e-lancado-ao-mar>.



exemplo das Ilhas Salomão<sup>121</sup>, reformando/construindo<sup>122</sup> portos de países parceiros em posições estratégicas. Para que não sobre dúvida de que Pequim está encaminhando sua Segunda Zona de Influência, o braço marítimo da BRI, no Índico, se destaca pela construção ou reforma de portos em uma grandeza que poderiam, vide a necessidade, serem “rapidamente” reconfigurados para apoiar frotas chinesas. Quem melhor identifica essa pressão chinesa é a Índia, que vê em torno de si a construção de um “colar de pérolas” com portos profundamente influenciados pela China.

O que precisamos destacar é que esses portos são estruturados pelas artérias que sublinhamos. A prioridade é o Paquistão; depois, Mianmar. O problema chinês se encontra na dificuldade e tempo que o porto do Paquistão irá ser conectado com a China pelo seu sistema rodoviário/ferroviário, pois, quando essa conexão estiver realizada, Pequim terá acumulado uma grande vitória; mas, enquanto o projeto não se conclui, podemos apenas destacar sua importância estratégica em fornecer projeção de poder para o futuro da frota chinesa, segurança para as rotas comerciais com uma passagem secundária a Malaca e pressionar o rival indiano estando mais presente no oceano que tem seu nome.

#### 2.5.2.4 O preço pela lealdade - Corredores V e VI

Vale a pena lembrar, neste ponto, uma prática diplomática chinesa fundadora da sua cultura política: o trato com os “vassalos”. Um império que já era gigantesco há dois mil anos “sempre” teve que lidar com Estados tributários, ou, se preferir, vassalos. A organização desses países, nações, tribos ou povos hierarquicamente submetidos aos *hans* do Estado chinês, certamente deve ser enquadrada em uma relação de dominante e dominado.

Os “vassalos”, como regra, possuíam enormes obrigações com o Imperador chinês, e o não cumprimento dessas regras acarretava punições. Dentre essas punições, a mais grave era o “fim da tutela do imperador”, que, buscando um caminho didático, tinha resultado prático próximo à excomunhão do Papa no período medieval europeu. Essa punição significava que o atual governo/governante não tinha mais a proteção do Imperador chinês, o que, em outros termos, significava que os vizinhos tinham total liberdade (incentivo) para avançar e dominar

---

<sup>121</sup> WILSON, Catherine. “China-Solomon Islands pact: Reading between the lines”. **The Interpreter**, 08 jun. 2022. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/china-solomon-islands-pact-reading-between-lines>.

<sup>122</sup> XIE, John. “China's Global Network of Shipping Ports Reveal Beijing's Strategy”. **Voa News**, 03 set. 2021. Disponível em: <https://www.voanews.com/a/6224958.html>.

o território desse Estado. Evidente que quando problemas maiores surgiam nesse cenário, o próprio exército da China participava, mas, via de regra, essa prática não foi frequentemente necessária.

Por outro lado, cumpridas as obrigações com a China, vinham os benefícios, privilégios e “enorme generosidade do Imperador com seus súditos”. Além da “proteção”, os vassallos também tinham acesso ao mercado chinês, à literatura, aos professores/tutores, obras de infraestrutura e, em alguns casos, auxílio para a “pacificação” de rebeliões. Para as elites governantes, se tornar um Estado tributário do Imperador era a garantia de estabilidade econômica, política e social. Evidentemente, nem sempre isso foi uma verdade, mas a regra desses Estados ao se relacionar com a China era aumentar suas garantias de estabilidade, vide o ambiente hostil em que a geopolítica pode estar inserida (WOHLFORTH; KAUFMAN; LITTLE, 2007).

A estabilidade era o objetivo primeiro do Imperador: ser protegido do Império chinês era a garantia de recursos volumosos para vencer uma guerra ou crise, e aqui precisamos reforçar que essa “ajuda” chinesa não era a benevolência de um “sacro” imperador. Este auxílio era obrigação do “Mandato do Céu”, o “cosmos em ordem” era sinônimo de governança legítima. Em outras palavras, se as fronteiras estivessem estáveis, se os vassallos não estivessem revoltosos, era um sinal “divino” de que o Imperador é realmente legítimo; porém, se esses mesmos vassallos negassem a hierarquia, era dever primário desse imperador reestabelecer a ordem com uma força que poderia passar das centenas de milhares de soldados (WOHLFORTH; KAUFMAN; LITTLE, 2007).

Quando se trata do Sudeste Asiático, toda essa história são fatores fundamentais na análise da região. A China, para esses países, é uma “Roma que nunca caiu”. Sua influência cultural, política e econômica é presente, constante e profunda. Sua contribuição para a formação dessas nações também, assim como suas intervenções contemporâneas e históricas. O que queremos destacar nessa construção de conjuntura, é a proximidade que esses países possuem com a China, seja por uma relação positiva ou uma relação de “colonização intelectual”. As elites desses países, a cada ano, olham com mais atenção para as oportunidades chinesas e tudo indica que essa força gravitacional tenda a se acentuar.

Mesmo com um inegável passado de aproximação (e também violência) entre o Sudeste Asiático e a China, não é a história a principal força motriz dessa atração. O que queremos dizer é que a história dessas relações fertilizou o solo que facilita as conexões contemporâneas. Outro fator importante é a comparação. Nos últimos séculos, não foi apenas a China que passou por uma dominação/humilhação pelas potências ocidentais; logo, se Pequim ainda hoje mantém

essa chama nacionalista acesa, devemos lembrar que os outros países do Sudeste Asiático também. Um bom exemplo foi como a mídia (fortemente influenciada pelo governo) do Vietnã noticiou a chegada do Secretário de Defesa dos Estados Unidos ao país, quase implorando para a população não achar que a vinda dele significava uma aproximação com Washington.<sup>123</sup>

Estabelecidas as bases, olhemos para a construção. Se os corredores I e II são o “presente de casamento” com a Rússia, os corredores V e VI são o pagamento do “Imperador” pela lealdade dos seus “Estados tributários”. Pequim precisa dessa região estável; por isso, não poupa recursos no auxílio do desenvolvimento desses países. Com exceção do Vietnã, todos os países do Sudeste Asiático podem ser enquadrados como parceiros leais à China. Evidentemente que o custo financeiro para Pequim não é baixo, mas, como já dissemos aqui, a China prefere o poder ao dinheiro, visto que a burguesia nacional, ao menos ainda, não é tomadora de decisões estratégicas do país.

O caráter dos investimentos chineses não foge à regra que vimos até agora: empréstimos, investimento direto, transferência de plantas industriais, construção de infraestrutura são a base dessas relações. Mesmo não tendo novidades nesse fluxo de recursos, Pequim faz o “básico bem feito”, permitindo ampliar sua presença política, econômica e cultural, amarrando, assim, o futuro desses países ao seu.

No campo estratégico, ações mais pragmáticas são visualizadas. Ainda com a presente ameaça de Malaca e o Mar do Sul da China, Pequim está encaminhando uma outra nova rota que possa diluir o perigo já citado presente nessas duas localidades. No Mianmar, a China está construindo um corredor de infraestrutura que conecta o seu território diretamente à Baía de Bengala. Ainda sobre essa relação, um bom exemplo de como funciona a diplomacia chinesa pode ser levantado.<sup>124</sup>

No Mianmar, um governo democrático começava a se organizar e aumentar sua legitimidade, legalidade e governança. Muitos desses avanços vieram de uma boa gerência dos enormes investimentos chineses ligados à BRI. Percebendo esse fortalecimento da “facção democrática”, a “facção militar” dá um golpe<sup>125</sup> e assume o poder através de uma junta militar. Com uma repressão brutal à oposição, e diversas sanções ocidentais, antes que a economia sentisse o peso dessas ações a junta, a despeito do seu histórico anti-comunista, aumenta ainda

<sup>123</sup> THUY, Hoang. “Vietnam, US military medics to cooperate in Covid-19 prevention”. **Vnexpress**, 29 jul. 2021. Disponível em: <https://e.vnexpress.net/news/news/vietnam-us-military-medics-to-cooperate-in-covid-19-prevention-4332493.html>.

<sup>124</sup> XINHUA. “Myanmar agree to further build community with shared future”. **Xinhuanet**, 03 jul. 2022. Disponível em: <http://english.news.cn/20220703/584ffcd372c44ec786e8d9947a4c4ef0/c.html>.

<sup>125</sup> G1. “Entenda o golpe militar em Mianmar”. **G1**, 01 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/02/01/entenda-o-golpe-militar-em-mianmar.ghtml>. 01 fev. 2021.

mais a ligação com a China, solicitando a transferência de plantas industriais para regiões estratégicas e aumento de investimentos e empréstimos, algo além da “normalidade” para a conclusão da artéria que ali passava.<sup>126</sup> Pequim, mantendo a sua “indiferença”, acatou as solicitações como se o grupo presente no governo não fosse o mesmo que antes dizia algo próximo de “estão vendendo o Mianmar para a China”.

Neste cenário, vemos os dois lados da indiferença chinesa: se por um lado ela não tem “vocação” para desestabilizar regimes democráticos, por outro ela também não vê necessidade de se opor a regimes ditatoriais. Logo, aqui precisamos rememorar as relações diplomáticas imperiais, pois o mandato dos céus não se importa com quem está na cadeira de rei do Estado tributário, desde que ele mantenha os acordos e seja diligente quanto à sua posição hierárquica. Deve, também, fazer o *knotow* e, se isso ocorrer, a “benevolência do imperador” não vai mudar.

Por fim, queremos finalizar a análise dos corredores V e VI, com uma máxima da geopolítica chinesa. O imperador trabalha para a estabilidade das fronteiras, pois essa estabilidade demonstraria que o “mandato do céu” ainda é presente e legítimo nas mãos da facção dominante. No Sudeste Asiático, essa é a regra; Pequim quer, acima de tudo, um local estável, que não a faça despender energia em busca de segurança em uma região tão sensível. Para esse fim, a China está disposta a fornecer “generosos presentes”, o que, para esses países, se torna uma grande oportunidade de desenvolvimento desde que eles não sejam desafiadores da “Grande Estratégia Chinesa”. Em outras palavras, no mundo sinocêntrico o Sudeste Asiático possui grandes vantagens, mas só se eles se mantiverem dentro da hierarquia que a China desenhou de forma “contente” e “leal”.

## 2.6 *Belt and Road*: África , Europa e América Latina

Como apresentamos múltiplas vezes, a *Belt and Road Initiative* já está além do projeto original. Com o fortalecimento de Xi Jinping e suas vitórias políticas, a BRI se tornou uma doutrina geopolítica. Essa doutrina ganha eficiência, uma vez que é construída a partir da história, da diplomacia e da cultura política chinesas. Esses fatores aumentam a eficiência da “Grande Estratégia Chinesa”, pois os tomadores de decisões não tiveram um rompimento dos valores e práticas para os quais eles foram “treinados”.

---

<sup>126</sup> FAWTHROP, Tom. “Shan State Exemplifies China’s Tangled Myanmar Ties”. *The Diplomat*, 04 mai. 2022. Disponível em: <https://thediplomat.com/2022/05/shan-state-exemplifies-chinas-tangled-myanmar-ties/>.

Um ponto que se destaca são os diferentes objetivos e práticas que a China tem para com a África, América Latina e Europa. Nos próximos parágrafos, buscaremos apresentar os caminhos e destinos buscados pela China nesses locais de alta importância estratégica.

**Na África**, a China encontra a menor resistência em comparação às outras regiões. Os motivos são vastos. O primeiro, é a profunda necessidade de investimento externo nas economias de nações que foram exploradas. Além disso, Pequim avançou de forma muito eficiente em seu *soft power*, tanto cultural<sup>127</sup> quanto diplomático. Filmes, séries e a educação<sup>128</sup> chinesa crescem rapidamente em popularidade/aceitação no continente. Xi Jinping, mas também parte considerável do corpo diplomático chinês, ao se reunir com lideranças africanas, fazem questão de preparar uma enorme recepção, passando a sensação de que “os países da África são importantes”; fazem o que o norte global raramente fez: tratar esses representantes dos países africanos como iguais. Esse trato como “iguais” é falso, como já mencionamos, pois a China tem na sua gênese cultural o sentimento de superioridade, mas essa superioridade não deve ser explícita nas relações com seus “inferiores”. Pelo contrário: para a cultura política chinesa dominante nas relações diplomáticas, “ser superior” é agir com “benevolência” e “generosidade” na medida da distância de poderes entre os “estados tributários” e “Império chinês”.

Demonstrado o caminho diplomático chinês, vamos entender o destino dessa rota. Não é novidade falar dos vastos recursos naturais do continente, recursos esses que Pequim está fazendo questão de conectar com suas rotas de ferrovias/rodovias e portos. Porém, para Pequim o continente é muito mais que um “reservatório de *commodities*”: lá está o primeiro local no qual existe o desejo claro de expandir a governança chinesa aos moldes da “Nova Era Internacional”. Pequim deseja fornecer uma rota do desenvolvimento desses países amarrado ao seu; gerar estabilidade, para que, estáveis, esses países possam se manter “perpetuamente” fieis ao Império do Meio.

O alcance da “lealdade” foi facilitado por séculos de imperialismo ocidental, o que faz com que relações extremamente vantajosas para a China aparentem “benevolência”. Evidentemente, as elites governantes sabem que as propostas chinesas são vultuosas e cheia de interesses, mas também que não há concorrente que esteja disposto a assumir o risco dessas

---

<sup>127</sup> KARIKARI, Timothy Kwakye. “Cultural exchanges boost China-Africa ties”. **China Daily**, 29 nov. 2019. Disponível em: [http://www.chinadaily.com.cn/global/2019-11/29/content\\_37526480.htm](http://www.chinadaily.com.cn/global/2019-11/29/content_37526480.htm).

<sup>128</sup> TOBENKIN, David. “China’s Influence in Africa: A Rising Tide”. **NAFSA**, 01 mai. 2022. Disponível em: <https://www.nafsa.org/ie-magazine/2019/5/1/chinas-influence-africa-rising-tide>.

parcerias. De sistema de vigilância<sup>129</sup>, passando por infraestrutura, até presentes<sup>130</sup> e investimentos estratégicos, a China é assertiva e subjetiva no objetivo de trazer e manter os países africanos para a sua zona de influência. Com esses laços, precisamos lembrar, como diria Bertonha (2011), que os limites da cooperação e do imperialismo são fluídos, e que nenhuma relação desequilibrada em ganhos é livre de contradições.

Por outro lado, Pequim tem projeção de uma África mais estável, econômica e politicamente, com avanços em seu nível de capacidade de consumo, onde a China tende a ter a sua “generosidade” atendida por lucrativos acordos comerciais. A análise desse cenário para a China é simples: o continente tem a maior taxa de natalidade do mundo; essas pessoas, independentemente do nível de acesso ao mercado, certamente consumirão e/ou serão mão de obra com alto nível de lucratividade, levando em conta o grau de eficiência produtiva que Pequim acumulou nas últimas décadas. Logo, as variáveis são facilmente equacionadas e fornecem um resultado claro para a China: África = baixo investimento e alta possibilidade de retorno.

**Já na Europa**, Pequim tende a encontrar maiores desafios. Aliado importante dos Estados Unidos, o bloco europeu tem como força política significativa uma oposição importante à China. A oposição se dá por diversos ângulos, e esse é o problema sínico. A política eleitoral, mas também a propaganda dos Estados Unidos, coloca a China no grupo dos “violadores constantes de Direitos Humanos”; logo, o custo político para Pequim influenciar a Europa a fechar acordos com ela tende a aumentar. Soma-se a isso a pressão constante que os países europeus sofrem de Washington. Alemanha e França, não raras as vezes, são forçadas a sair ou recusar acordos claramente vantajosos a eles, pois essas assinaturas seriam prejudiciais à geopolítica estadunidense.<sup>131</sup>

Rapidamente notamos as dificuldades que a China tem para se conectar com a Europa. É pensando nisso que o Corredor II da BRI foi/está sendo utilizado. A China está criando rotas rápidas entre ela e o “velho continente” para que os acordos assinados sejam o resultado de um fluxo comercial já existente. Em outras palavras, com a infraestrutura construída a tendência é

---

<sup>129</sup> BERNOT, Ausma. “China is accused of exporting authoritarian technology. But the west has done so, too, more covertly”. **The Conversation**, 25 out. 2021. Disponível em: <https://theconversation.com/china-is-accused-of-exporting-authoritarian-technology-but-the-west-has-done-so-too-more-covertly-168190>.

<sup>130</sup> NYATHI, Kistsepile. “China gifts Zimbabwe a modern Parliament”. **The East African**, 01 jul. 2022. Disponível em: <https://www.theeastafrican.co.ke/tea/rest-of-africa/china-gifts-zimbabwe-with-modern-parliament-3865962>.

<sup>131</sup> WILKIE, Christina; MACIAS, Amanda. “Biden says Nord Stream 2 won’t go forward if Russia invades Ukraine, but German Chancellor demurs”. **CNBC**, 07 fev. 2022. Disponível em: <https://www.cnn.com/2022/02/07/biden-says-nord-stream-2-wont-go-forward-if-russia-invades-ukraine-.html>.

que o comércio aumente, vide o barateamento dos custos; com o aumento desse fluxo, os acordos não precisam, necessariamente, serem enormes ou longos, diminuindo assim o custo político europeu ao assiná-los.

É necessário equacionar o tempo, pois a China tende a assinar longos acordos, mas no caso Europeu nos parece que está inclinada a diminuir essa constante diplomática. Ainda na busca pela atração da Europa, a estratégia chinesa também vem acumulando resultados interessantes. A prática chinesa consiste em selecionar os “patinhos feios” do bloco e firmar com eles acordos *win-win*. Com isso, força o bloco a se mover em sua direção, uma vez que a inação significaria para Pequim fagocitar economicamente um a um da esfera de influência europeia.

Até agora, falamos dos caminhos chineses para chegar à União Europeia, mas falta dizermos qual o interesse neste contato. Para a China, a UE é o mercado para a venda de produtos/serviços de alta complexidade produtiva, onde existe uma população com alta capacidade de consumo, o que significaria uma elevada taxa de lucro, uma vez que a China estiver monetizando a sua liderança tecnológica em setores estratégicos. Para isso ocorrer, Pequim precisa manter sua vanguarda nas áreas de inteligência artificial e 5G. Não cabe aqui nos aprofundarmos em toda a complexa teia de variáveis, mas algumas constantes possuem peso tal que, ao observá-las, já conseguimos enxergar melhor o horizonte estratégico chinês nestes setores.

Pequim lidera e liderará a pesquisa/avanço em inteligência artificial por dois fatores primordiais: 1) ele é estratégico, pois desde a criação da internet as empresas que mais poder e valor acumularam foram as que se mostraram focadas nessas áreas; por isso, a já qualificada rede de pesquisadores que a China aloca conta com “recursos infinitos” para garantir a sua manutenção nessa liderança. Os “recursos infinitos” conseguem aglutinar os profissionais mais capazes para trabalhar nesse avanço, mas, além disso, a China tem uma vantagem decisiva, que é o “livre acesso” a quase 1,4 bilhões de pessoas para essas I.A se aperfeiçoarem. A constante mais importante para o avanço de uma I.A, depois de sua programação, é a quantidade de “experiências” que ela consegue ter. Em outras palavras, enquanto as I.A’s americanas e europeias sofrem com a resistência popular da defesa de suas privacidades, na China o número de variáveis é algumas vezes maior, pois sua população possui uma cultura que não vê a privacidade como um valor fundamental, principalmente quando falamos do Estado. Isso resulta em um maior acesso às informações, que por sua vez gera uma maior eficiência e velocidade na evolução deste setor. É fato, também, que há alguns pontos de atrito no que tange

a defesa dessa privacidade, mas os casos são pontuais e estão relacionados mais a empresas do que ao Estado.

No campo do 5G, a China não encontra concorrência americana e não pode ser comparada com a capacidade de investimento da empresa concorrente escandinava. Em outros termos, a vantagem acumulada de mais de uma década de “recursos infinitos” e direcionamento estratégico colocaram a China em uma posição confortável. Soma-se a isso que o **5G** Chinês já lidera na Ásia, África e América Latina, ou seja, já possui uma liderança que não foi abalada pela pressão americana. O maior problema chinês são as barreiras que Washington busca impor ao acesso a mercados ou componentes para a aplicação dessa tecnologia.

Elevamos esses dois fatores pois a Europa que hoje tem nos Estados Unidos o principal fornecedor desses produtos/serviços, derivados da vanguarda da internet, terá, nas próximas décadas, a China como seu fornecedor, pois se o primeiro estágio da internet gerou fertilidade para o florescimento de *Google, Facebook (Meta), Amazon, Ifood, Apple, Microsoft, Intel*, entre outras marcas, na China esse resultado deve ser ainda maior, visto que, nesse setor, os avanços são exponenciais, principalmente quando colocamos o 5G e as IA's na equação.

Expostas estas perspectivas, queremos ressaltar que o que temos é a “foto do momento”: enquanto a política, a estratégia e a geopolítica ocorrem em “filme”, em outras palavras, queremos deixar claro que o cenário na Europa é desafiador e a China não deve encontrar facilidades para atrair ou tirar grandes vantagens do bloco e dos países dentro de sua zona de influência. Por outro lado, esses mesmos países não possuem muitas outras escolhas, visto que a estabilidade econômica que a China oferece não é encontrada em muitos outros países. De toda forma, maiores racionalizações podem e devem ser feitas para termos a manufatura de um qualitativo entendimento do desafio que a expansão de influência chinesa gera na Europa; porém, para o entendimento da macroestratégia chinesa, dispomos do necessário.

Na **América Latina**, nossa percepção é que a China tem a região como mínima prioridade. Na visão estratégica chinesa, o Atlântico/Pacífico Ocidental ocupa o terceiro estágio de expansão de influência, que ganharia tração quando ela tivesse vencido o desafio do Escudo do Atlântico e consolidando sua presença no Índico e na Eurásia. Como esses estágios ainda estão em franco desenvolvimento, observamos que as ações de Pequim na América Latina possuem pouco engajamento energético, o que é indício de baixa prioridade, o que por sua vez justifica nossa afirmação inicial. Tendo esse cenário posto, as poucas ações chinesas no continente, ainda assim, geram grande impacto, vide a histórica supremacia estadunidense.

Por isso, a América Latina deve passar por instabilidades uma vez que a gravidade econômica de Pequim deve manter sua atração política, que encontra em Washington “alguém”



que historicamente não se mostrou disposto a perder o posto de *dominus* da região. (BERTONHA, 2017) O que queremos dizer é que a política na América Latina deve permanecer sendo seduzida pela influência econômica chinesa, que tende a ser contraposta pelas ações e ferramentas de controle e intervenção dos Estados Unidos, o que explica a nossa afirmação.

Se dissemos que para a China a América Latina não é sua prioridade, isso não é verdade para o país mais importante da região, o Brasil. Em Pequim, Brasília possui duas *tags* que elevam sua relevância. A primeira é a **segurança alimentar** com o fornecimento constante e barato de *commodities* alimentares para a China. A segunda, **segurança econômica**, mostra o Brasil como um grande fornecedor de materiais baratos/primários para uma transformação qualitativa na economia chinesa. Soma-se a isso a liderança natural e histórica que o Brasil tem na região, o que certamente o favorece, vide o BRICS. Porém, no outro lado da moeda, temos um país que abandonou a aparente (curta) estabilidade, que é facilmente influenciado pelas estruturas de manipulação de Washington e não se mostrou à China respeitoso em relação à sua posição na hierarquia definida por Pequim. Em outras palavras, o Brasil é visto pela China como um parceiro importante, mas desleal e instável, o que incentiva o país a diluir a importância brasileira em locais mais leais, como em África e Rússia.

## 2.7. O problema da Grande Estratégia Chinesa

“Falta combinar com os russos” é uma das frases mais icônicas da cultura popular, é uma supostamente dita por Garrincha a seu técnico quando teria escutado os planos táticos para enfrentar a URSS na Copa de 1958. Começamos a racionalização final do capítulo, para evidenciar o óbvio, os planos chineses não estão sendo aplicados no vácuo, os Estados Unidos acompanham cada passo e fazem o possível para diminuir a eficácia.

Tal qual um átomo que se choca com outro e gera enorme profusão de energia no processo, o atrito de interesses entre China e Estados Unidos também. Ambos os *players* possuem enorme singularidades históricas: a China, como a potência “permanente” que busca sua nova ascensão; os Estados Unidos, como a jovem potência que acumula um poder bélico e imperial que nenhuma outra obteve. Washington e Pequim, dois grandes polos de poder, que durante a maior parte das últimas décadas estiveram entrelaçados, mas que agora veem a necessidade do afastamento e da contenção um do outro. Logo, agora que entendemos uma

parte considerável dos planos chineses, nos cabe analisar, no último capítulo dessa dissertação, como a Grande Estratégia Chinesa interage com a Ordem Americana.

## CAPÍTULO 3 - O COSMOS CHINÊS

Essa dissertação foi dividida em três partes. A primeira, voltada a apresentar o objeto de pesquisa, visto que a China, para muitos, ocupa uma posição exótica e desconhecida; a segunda parte foi o desenvolvimento e a racionalização da nossa proposta, onde buscamos entender como a Grande Estratégia Chinesa vem sendo aplicada e quais seus fundamentos histórico-geopolíticos. Ali desenvolvemos o coração da nossa pesquisa, onde buscamos apresentar colaborações e, na medida do possível, avançar a fronteira do conhecimento; e por fim, temos a terceira parte, onde buscaremos apresentar possíveis respostas a questões que se revelaram durante a pesquisa, além de propor um caminho possível a novas pesquisas e pesquisadores

### 3.1. Águia vs. Dragão - Um sobrevoo pelas disputas geopolíticas

Allison (2017), em sua obra *Destined for War*, defende que o conflito bélico entre potências dominantes e potências em ascensão é a regra da disputa geopolítica através da história. O autor, para reforçar sua tese, lista as últimas 16 grandes disputas (na sua visão) entre potências dominantes contra potências em ascensão; dessas, apenas quatro não foram “solucionadas” por conflitos belicosos. Porém, ao analisar a obra percebemos que Graham não entendeu as críticas feitas a ele por Lee Kuan Yew (ALLISON; BLACKWILL, 2013).

Graham Alisson segue sem entender a China, pois busca fazer análise de projeção sem equacionar uma visão que não seja ocidental. Se destaca na perspectiva do *Destined for War* (2017), que, em todos os exemplos, apresenta as potências ocidentais como as potências dominantes. Ainda sob o filtro da obra, todas as potências em ascensão, com a exceção do Japão, também são ocidentais. A crítica que queremos fazer a esse “destino” é que um dos maiores e mais respeitados analistas geopolíticos dos Estados Unidos, pensa a China como se fosse uma URSS 2.0 ou uma Alemanha prussiana sediada em Pequim.

O restante da bela obra, em resumo, se dedica a mostrar o quanto forças dominantes entram em choque com forças em ascensão, e, nesse ponto, o trabalho é singular. Ainda assim, ele não se dedica de forma exemplar ao caráter *sui generis* do pensamento estratégico chinês, comparado ao modo de agir da potência estadunidense.

Ao não analisar a forma como a China pensa sua estratégia, a visão fica míope, nos tornamos incapazes de racionalizar a disputa presente que gera e ainda gerará grandes

modificações na ordem internacional. Nesse sentido, esse trabalho se mostra capaz de contribuir com esse debate, pois além de destacarmos os atritos, apresentamos qual a atuação chinesa sobre esses tabuleiros. Para esse contraste, torna-se importante visitar tais questões.

A **Muralha do Pacífico**, para os Estados Unidos, é a garantia da presença ameaçadora. Essa presença não apenas faz parte da doutrina estadunidense, como também impõe um gasto de energia econômica, política e militar elevada para a China. Os países que englobam esse espaço de poder, fornecem cobertura logística e tática para a **7º Frota**, o que, do ponto de vista do tabuleiro de guerra, seria, em um cenário belicoso, uma vantagem significativa.

Com o crescimento da ameaça chinesa a Taiwan, a 7º Frota tem que estar apta a intervir. Essa prontidão se dá pela necessidade de gerar “a dúvida” em Pequim, e com isso diminuir a chance de que a frota americana sequer seja posta no cenário de escolher ou não auxiliar Taiwan. Por isso, não estamos e não devemos assistir uma diminuição da importância dessa frota, pelo contrário. O que corrobora essa conjectura é a fala histórica do presidente Biden, ao afirmar, categoricamente, que “tropas americanas vão defender Taiwan em caso de intervenção chinesa”<sup>132</sup>. Há que se destacar que o presidente dos Estados Unidos fez o adendo em referência ao rompimento da política de “uma só China”; porém, mesmo com esse adendo, fica claro o tensionamento para o fim da política de dubiedade em relação a Taiwan.

A importância da questão de Taiwan se acentua com a nova era de navios chineses, uma vez que, no ano de 2022, a marinha sínica adicionou seu primeiro grande porta-aviões com rampa propulsora ao seu aparato militar.<sup>133</sup> Porta-aviões, pela natureza de seu desenho tático, tem a função de projetar poder, e qual outro local de interesse prioritário de projeção de poder bélico chinês se não Taiwan? Com esse cenário, quanto mais capazes estiverem os Estados Unidos nessa região, mais tempo a China precisará para estar capaz de atuar de forma belicosa.

Outro ponto de destaque é a necessidade estadunidense de manter as Filipinas como parceiro leal, interferindo na relação da China com o Sudeste Asiático. Fato é que o primeiro é mais realizável do que o segundo; todavia, ambos se mostram possíveis e necessários para a contenção da China, que, por outro lado, vem acelerando seus investimentos para aumentar a conexão dela com esses atores.

---

<sup>132</sup> OYEN, Meredith. “Biden again indicates that US will defend Taiwan ‘militarily’ – does this constitute a change in policy?”. **The Conversation**, 19 set. 2022 Disponível em: <https://theconversation.com/biden-again-indicates-that-us-will-defend-taiwan-militarily-does-this-constitute-a-change-in-policy-190946>.

<sup>133</sup> SUTTON. H I. “China Launches First Aircraft Carrier Which Rivals U.S. Navy’s”. **USNI**, 17 jun. 2022. Disponível em: <https://www.navalnews.com/naval-news/2022/06/china-launches-first-aircraft-carrier-which-rivals-u-s-navys>.

Ainda na região, mas no campo econômico, Washington busca limitar o acesso chinês a supercondutores/microchips vindo da Coreia do Sul e Taiwan. Ambos países são incapazes de acatar essas exigências na totalidade, não por amor à China, mas por inviabilidade econômica, visto que esse parceiro não pode ser facilmente substituído. Por outro lado, não seria estranho ver a China acelerando seu desenvolvimento nacional nesse setor.

**Na Índia**, apesar de muito esforço político e econômico, os Estados Unidos foram incapazes de moldar a disputa entre Nova Deli e Pequim aos seus interesses, ao menos por enquanto. As declarações do chanceler indiano fizeram parecer que o projeto nacional da Índia não passa por uma “vassalização” de seus interesses aos de Washington.<sup>134</sup> Isso não significa que as querelas entre China e Índia desapareceram, apenas demonstra que os problemas fronteiriços e estratégicos são existentes com ou sem a variável potencializadora de Washington.

Já **na Europa**, o discurso liberal gera uma enorme eficiência. O poder se concentra nas eleições, onde o legislativo não quer ser associado com uma “ditadura sanguinária violadora de direitos humanos”, por isso defender ou buscar uma aproximação com a China não é algo que gere dividendos políticos para seus fazedores. Não cabe aqui verificar a veracidade das acusações, pois sua influência está relacionada com a crença na narrativa e não na verdade sobre ela. Soma-se a isso a profunda influência institucional que os Estados Unidos têm na Europa desde a Segunda Guerra Mundial, cooptando, em alguns cenários, partes significativas da burocracia nacional dos países Europeus.<sup>135</sup>

Enquanto em África e Europa os EUA possuem cenários contrastantes, **na América Latina** as dificuldades ficam no “meio do caminho”. A elite dos países da região estão há quase um século voltadas para Washington e certamente só olharam para Pequim há duas décadas. Isso dá uma vantagem para os Estados Unidos, que possui a “história a seu favor”.

Os filhos dessas elites vão estudar/viajar nos Estados Unidos; querem conhecer Nova York, querem assistir jogos dos *Los Angeles Lakers* e se divertirem na Disney enquanto tomam seu *Stark Bucks*. Esses mesmos “filhos das elites” não estão ansiosos para chegar a Shanghai, visitar a Cidade Proibida e assistir um jogo do *Ghazou Evergrande*. Destaco esses exemplos

---

<sup>134</sup> WATCH. “EAM S Jaishankar on why Europe’s perspective of world’s problems is flawed”. **The Economic Times**, 03 jun. 2022. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/india/watch-eam-s-jaishankar-on-why-europes-perspective-of-worlds-problems-is-flawed/videoshow/91986100.cms>.

<sup>135</sup> GRONHOLT-PEDERSEN, Jacob. “U.S. spied on Merkel and other Europeans through Danish cables - broadcaster DR”. **Reuters**, 31 mai. 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/us-security-agency-spied-merkel-other-top-european-officials-through-danish-2021-05-30/>.

pois essas aproximações afetam o jogo de atração que a China busca disputar, e que, nesse momento, na América Latina ela está longe de ter a vantagem.

Por outro lado, economicamente falando, a elite agrária, latifundiária e extrativista da região tem na China sua principal fonte de renda, o que equilibra a disputa e estabelece uma leve vantagem para Pequim nesse setor para o futuro. Como essas elites, em regra, governam os direcionamentos estratégicos da política de seus países, podemos esperar a mesma tendência na política. Isso não significa que a China “vencerá” a disputa pela influência na América Latina, mas sim que ela tende a ter maior gerência na região, comparado a seu status atual.

Observadas as disputas nas principais zonas de influência continentais, façamos um breve prognóstico das disputas oceânicas. O Atlântico Norte e o Pacífico Ocidental devem se manter, por algum tempo, como regiões sem a mínima contestação ou presença chinesa, assim como o Golfo do México, o Mar do Caribe e o Canal do Panamá. No Mediterrâneo, a 6ª Frota estadunidense tende a permanecer incontestada, porém vendo um aumento significativo do fluxo de navios mercantis chineses em portos parceiros, como na Itália e Grécia, membros da OTAN que vêm recebendo de bom grado o aumento da influência chinesa em seu comércio marítimo. Ainda assim, essas regiões não devem ganhar excessiva atenção, vide a supremacia estadunidense.

Já a 5ª Frota, possivelmente, encontrará uma expansão significativa do desafio chinês. A expansão chinesa no Irã, Paquistão e Dibatji deve fazer com que a necessidade energética dessa frota aumente. Em outras palavras, Pequim deve fortalecer seus portos na região e, a depender da instabilidade institucional, com equipamentos e tecnologia para esses parceiros; em alguns cenários, até com a principal delas, o que chineses chamam de “Assassino de Porta-Aviões”. Também não seria surpreendente o início de treinamento militar marítimo nessas regiões por parte da China. Ainda sobre o sistema de defesa, ela trabalha com mísseis hipersônicos que mudam sua trajetória durante o percurso, sendo considerados, até por especialistas estadunidenses, um enorme *gap* defensivo.<sup>136</sup> Soma-se a isso a importância estratégica dessas regiões. Os estreitos de Ormuz e de Eden são vitais para a economia global, visto que são as rotas mercantis que mais concentram petróleo. O Índico também deve ganhar em desafio para Washington, vide a importância já ressaltada somada à acelerada expansão da presença chinesa na Costa africana e países insulares desse Oceano.

---

<sup>136</sup> LEWIS, Jeffrey. “China’s Orbital Bombardment System Is Big, Bad News—but Not a Breakthrough”. **Foreign Policy**, 18 out. 2021. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2021/10/18/hypersonic-china-missile-nuclear-fobs/>.

Se nos cenários estabelecidos destacamos uma vasta superioridade estadunidense, que deve diminuir, mas não desaparecer, a 7ª Frota encontra o tabuleiro mais problemático para Washington. Coberto pelos sistemas de defesa chineses, o único cenário onde os Estados Unidos podem ser derrotados em água é no Mar do Sul da China, e, talvez, no Estreito de Taiwan.

Se no Índico existe a possibilidade de a China estabelecer os seus “Matadores de Porta-Aviões”, na sua própria costa eles já estão lá. Para que o recado fosse claro, Pequim não fez nenhuma questão de esconder que os testes realizados foram em modelos que emulavam os porta-aviões americanos.<sup>137</sup> Além disso, Pequim “infestou”<sup>138</sup> essa região de submarinos, o que seria um enorme problema em um cenário bélico para os Estados Unidos.

Com a cobertura por “todo” o sistema de defesa aéreo e marítimo da China, a 7ª Frota encontraria o pior dos cenários, uma vez que as Forças Armadas chinesas teriam essas vantagens do seu lado. Para finalizar essa abordagem, o problema da 7ª frota se remeteria ao ditado que diz que “a raposa que luta por mais uma refeição, não terá a mesma disposição do coelho que luta pela vida”. Em outras palavras, um conflito no Mar do Sul da China ou no Estreito de Taiwan seria uma “luta pela vida”, onde Pequim estaria usando tudo aquilo que dispõe, enquanto para os Estados Unidos seria mais uma grande batalha, fundamental para seu governo dos mares, mas não uma disputa de “vida ou morte”.

É ausente na nossa análise uma profunda comparação numérica das forças militares dos países. Isto se deu por alguns motivos. A disputa entre China e Estados Unidos está se desenvolvendo há anos e permanecerá por décadas, tal qual a discrepância entre essas duas musculaturas. Ainda no campo militar, a *Belt and Road*, tal qual a “Grande Estratégia Chinesa”, não vê na belicosidade sua rota primária. Constatamos isso ao verificarmos a estabilidade dos gastos militares chineses em relação ao PIB<sup>139</sup>, indicando a manutenção da importância que é ainda menor que o mínimo acordado pelos membros da OTAN, a título de comparação. Nossa escolha foi analisar a estrutura histórica das tomadas de decisões da China, buscando entender o que funda e fundamenta seu modo de racionalizar e agir, e não observar pela sombra numérica do poder bélico presente dos Estados Unidos.

---

<sup>137</sup> SUTTON, HI; LAGRONE, Sam. “China Builds Missile Targets Shaped Like U.S. Aircraft Carrier, Destroyers in Remote Desert”. *USNI News*, 07 nov. 2021. Disponível em: <https://news.usni.org/2021/11/07/china-builds-missile-targets-shaped-like-u-s-aircraft-carrier-destroyers-in-remote-desert>.

<sup>138</sup> VALENCIA, Mark. “Submarine sparring in the South China Sea”. *Asian Times*, 21 jan. 2022. Disponível em: <https://asiatimes.com/2022/01/submarine-sparring-in-the-south-china-sea/>.

<sup>139</sup> MILITARY expenditure (% of GDP) – China. *The World Bank*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS?locations=CN>.

Faz-se necessário notar que a China atua sabendo que o único cenário em que tem desvantagem profunda é no conflito bélico; em todos os outros, ela está rapidamente chegando, ultrapassando ou liderando a disputa. Isso faz com que Pequim use a desacoplagem para ganhar tempo e aumentar o custo de intervenção bélica de Washington desenvolvendo suas próprias capacidades militares.

### 3.2. Consenso de Washington vs. Consenso de Pequim: livre comércio vs comércio desimpedido

O primeiro fator com o qual nos deparamos, ao observarmos os documentos oficiais em inglês do governo chinês, é a substituição do termo livre comércio por *unimpeded trade* (comércio desimpedido) (NDRC, 2015). À primeira vista, pode parecer um detalhe desimportante; porém, com o avançar da pesquisa começamos identificar um certo padrão.

Quando os pronunciamentos são destinados a parceiros enquadrados na *Belt and Road*, ou quando a fala é voltada aos planos chineses, se usa comércio desimpedido; quando a declaração está mais próxima de uma “relações públicas” com o Ocidente, livre comércio é o termo. Esse uso gera ganhos à China, pois, ao defender o livre comércio, os jornais noticiam, as revistas comentam e a população lê como uma vitória Ocidental que teria dobrado o dragão chinês à sua própria vontade. Entendido o uso, qual a distinção entre os termos?

Livre comércio é um conceito já consagrado na academia, o que nos poupa energia de apresentá-lo. Por isso, cabe-nos apenas lembrar que o livre comércio está diretamente associado com o liberalismo econômico e com o Consenso de Washington. Enquanto isso, o comércio desimpedido é o condensado de ideias comerciais que visam propor (e substituir) o projeto americano de ordem econômica. Avancemos nessa questão.

Em ordem prática, o livre comércio impulsionado pelo FMI e pelo Banco Mundial tem, no coração de sua proposta, a expansão dos entes privados para o que antes era público, com forte fator financista. Logo, a estatal deve ser privatizada e o mercado deve ser desregulado, principalmente o que tange os direitos trabalhistas, só para, no final do dia, as empresas do norte global ocuparem o que antes era nacional. Não é preciso longa reflexão para entender que as vantagens se acumulam mais ao “norte” do que ao “sul”, o que é prático, uma vez que seria estranho ver as potências ocidentais apresentarem um modelo comercial e de gestão econômica que visasse seu próprio desprestígio. Soma-se a isso a facilitação das trocas por meio da diminuição/anulação das barreiras tarifárias, o que acelera o congelamento da correlação de força/produzividade econômica, sendo então favorável para o país já desenvolvido.



Do outro lado, temos o comércio desimpedido chinês, que pode ser associado com um “Consenso de Pequim”, que conecta alguns pilares em sua proposta. O primeiro deles é a facilitação do comércio pelo desenvolvimento patrocinado por infraestrutura; ou seja, se investe na melhoria do transporte de bens/serviços para que estes ganhem no seu barateamento e assim as taxas de lucro aumentem. Outro pilar é o desenvolvimento de plantas industriais no país exportador, fazendo com que setores de menor complexidade produtiva sejam alocados estrategicamente em parceiros leais, diminuindo as chances de rivalidade entre os *players*. Sem contar que essa prática tende a incentivar ainda mais as relações comerciais, pois o “país A” exportaria uma fração menos lucrativa da sua cadeia produtiva em troca da lealdade e de produtos mais baratos, enquanto o país receptor avançaria na sua industrialização, assimilando *know-how* e capacidade industrial. O pilar último está na oposição ao liberalismo, pois no comércio desimpedido os Estados que se relacionam vão eleger setores estratégicos que serão desenvolvidos, setores esses que integrem e tragam sinergia produtiva entre os países envolvidos.

O objetivo dessa proposta é amarrar o futuro político e econômico desses países com a China e do domínio deste sem ter que necessariamente coagi-los através das armas. Como já dissemos anteriormente, seria vencer a batalha sem mesmo ter que travá-la, nas palavras de Sun Tzu. Isso ocorre pois a batalha chinesa está em trazer para sua zona de influência países já inseridos em uma lógica econômica distinta; neste sentido, para “cobrir a oferta”, algumas vantagens inexistentes na prática americana foram inclusas.

### 3.3. A China será uma potência interventora?

Um pensamento constante, ao observar a ascensão chinesa, é compará-la com o modo de governo estadunidense. Não é necessário remontar as centenas de intervenções que Washington operou para temer que a China governe com o mesmo *modus operandi*. Já desenvolvemos nessa dissertação, os motivos para acreditarmos que a cultura política chinesa desprivilegia tais prática agressivas, porém como toda regra, há exceções.

Fato é que o Império do Meio, sendo a grande potência durante a maior parte de sua existência, teve uma menor tendência de realizar intervenções externas ao seu território. Os motivos para tal está mais no pragmatismo temporal, do que em uma “benevolência”; todavia, quais foram os motivos que levaram esse Estado a agir contra países terceiros?

A regra dessas intervenções é o desarranjo hierárquico desses Estados tributários, que, por se fortalecerem ou se aproveitarem de um enfraquecimento da China, foram considerados deturpadores do “cosmos chinês”. O “cosmos chinês” é pautado em “ordem e harmonia”, e mesmo que essas palavras possam parecer sinônimos, na estrutura de governança da China elas não são. Ordem, para Pequim, é estabilidade; estabilidade vem através das relações harmoniosas com a China. Uma punição chinesa, aos deturpadores da harmonia, seria a diminuição da prioridade nas relações desse Estado tributário com o Império. Em outras palavras, para “punir” vassalos, o Império afasta a benevolência de seu contato.

Para sairmos dos conceitos, observemos uma “punição clássica”. O Brasil possuía alta prioridade para a China, vide sua posição estratégica no campo alimentar e econômico. Com as rusgas diplomáticas que permearam a relação por volta dos anos 2020, Pequim não deu nenhuma réplica verbal: sua punição a esse “Estado tributário desrespeitoso” foi, em alguns anos, tomar a posição de Brasília como principal parceiro da Argentina<sup>140</sup>, buscar e incentivar “vassalos” concorrentes aos produtos brasileiros em África e Rússia (principalmente no agro)<sup>141</sup> e incentivar direcionamento de “benevolências” (investimentos, vacinas e acordos) para “facções” rivais<sup>142</sup> do governo que gerou esses atritos. Todas essas ações vieram sem nenhuma nota de retaliação, ameaça ou alarde. Apenas foi feito, pois “bárbaros que não sabem seu lugar, não merecem o tempo de uma nota do imperador”.

Como já afirmamos, a China se coloca em um status de “tutor”, de “Grande Sol”, e com esse nível hierárquico inalcançável os Estados tributários são substituíveis, apenas a China que não. Tal como esse caso brasileiro, há outros mais ou menos “agressivos” por parte da China; porém, o que é impensável é crer que Pequim não vai intervir nestes países. Por outro lado, crer no extremo oposto também é irracional. Logo, a China tende a ficar no meio do caminho, navegando constantemente em intervenções econômicas e políticas “sutis”, mas também flertando com ações de maior dano em soberanias, afinal, quando se trata de sua Zona Primária de Segurança e do desenvolvimento bélico de suas forças de projeção de poder, não há indícios de que a China será um Império pacifista.

---

<sup>140</sup> CARMO, Marcia. “‘ArgenChina’: por que a China desbancou Brasil como maior parceiro comercial da Argentina.” **BBC**, 25 ago. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53862542>.

<sup>141</sup> INOHORA, Andre. “China foca em parcerias agrícolas na África e atinge relação com Brasil”. **Gazeta do Povo**, 04 nov. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/missao-china/china-foca-em-parcerias-agricolas-na-africa-e-atinge-relacao-com-brasil/>.

<sup>142</sup> G1. “Governador Rui Costa anuncia acordo com empresa chinesa para testagem de vacina contra Covid-19 na Bahia”. **G1**, 07 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/08/07/governador-rui-costa-anuncia-acordo-com-empresa-chinesa-para-testagem-de-vacina-contra-covid-19-na-bahia.ghtml>.

### 3.4. Por que a China está vencendo? Sun Tzu x Von Clausewitz

É fácil perceber que a China está vencendo. A cada ano, Pequim se torna mais relevante econômica, política e culturalmente. Já é o país que mais comercializa e é o principal parceiro econômico da maioria dos países. Sua influência diplomática já se consolidou no Sudeste Asiático, na Ásia Central e está rapidamente crescendo no Oriente Médio, África e América Latina. Evidenciado o crescimento chinês, se faz necessário concentrar as razões deste fato.

As ações práticas e a grande estratégia foram, em grande parte, apresentadas e aprofundadas nesta dissertação, mas há algo mais que gostaríamos de racionalizar. O conceito de estratégia vem do grego *strateegia*, e é a origem ocidental da capacidade de antecipação dos movimentos do inimigo e a preparação para tais ações. Dentro deste conceito, é lícito afirmar que a Europa e os Estados Unidos bebem das mesmas fontes culturais e históricas na tomada de decisões. Daniel Khaneman, Nobel de Economia e psicólogo, demonstrou que o *homo sapiens*, que tanto se considera racional, toma a esmagadora das suas decisões de forma impulsiva, mesmo que seja solicitada uma racionalização. O trabalho do psicólogo prova que os fatores de tomada de decisão são muito mais obtusos do que evidentes; com essa relação em mente, façamos a provocação. Uma das razões centrais para a ascensão chinesa não poderia estar associada à cultura burocrática desenvolvida no império que testou durante milênios métodos de dominação capazes de sobreviver ao tempo? Pensamos que sim.

A hipótese é a de que a formulação de um corpo de funcionários, altamente instruídos, responsáveis “apenas” por gerir o Estado, selecionados por meio de processos qualitativos de avaliação, forneceram à China inúmeras vantagens estratégicas, que possibilitaram sua supremacia geopolítica durante a maior parte dos últimos milhares de anos. Uma das principais, foi o desenvolvimento de uma série de filtros metodológicos que vão racionalizando e qualificando as decisões estratégicas do país.

Racionalização tem sua materialização através da burocracia eficiente, e essa burocracia eficiente é uma das estruturas históricas que fundamentam civilização chinesa, seja com o nome de mandarinato, seja como a alcunha atual de Partido Comunista Chinês. Sua sinergia é, na nossa visão, uma das razões fundamentais que explicam a singularidade do “sucesso chinês”, que dura mais de dois mil anos. O que ressalta essa possibilidade é que, nos breves períodos em que a China foi conquistada por outros povos, esses se utilizaram dessa burocracia; porém, esse corpo intelectual foi rebelde à dominação e, mesmo existindo, a sinergia não era presente,

resultando em atuações geopolíticas “fora do padrão”, e que geraram diversas consequências para o Império.

A maior das dissincronias entre a burocracia e o governo ocorreu em um dos períodos mais importantes da história, exatamente com o processo da revolução industrial, que impulsionou as potências europeias a níveis de poder político e econômico que romperam com o “equilíbrio” de poder existente. Impossível saber se essa burocracia, que provou sua eficiência através dos séculos, seria capaz de mitigar os danos se não estivesse sob o domínio de um povo invasor (manchu); porém, o que é fato é que, inserida em um governo de uma cultura que não a criou, a desorganização acelerou a capacidade de responder eficientemente a essa problemática.

Queremos dizer que a burocracia chinesa se desenvolveu como um cérebro para a sua civilização, que racionaliza as problemáticas e não teme “relembrar” períodos similares dentro de sua vivência para ajudar na formulação da resposta. Desta singularidade surge a comparação entre Von Clausewitz (2007) e Sun Tzu (2007). Enquanto o primeiro entende que conflitos são a continuação da política por outros meios, Sun Tzu diz que a guerra é a própria política, não acumulando distinção entre as duas e até sugere que, em alguns casos, não vencer uma batalha, não conquistar uma cidade, pode ser mais benéfico do que o contrário. Esta distância de racionalização só é possível pois a gerência do espaço ao longo do tempo é filtro primário da tomada de decisão na cultura chinesa, cultura essa que fez a burocracia, e que fez o *wei qi*; que, ao contrário do xadrez, não visa o atrito entre as peças, e sim a governança eficiente das áreas de influência no tabuleiro ao longo do tempo. Ao dizer isso, queremos afirmar que uma das razões que fazem a China estar vencendo os Estados Unidos, é que a China busca a melhor governança das áreas de influência no tabuleiro geopolítico na perspectiva de longa duração. Em outras palavras, queremos dizer que a China está vencendo pois Sun Tzu está jogando *wei qi* em Pequim, enquanto em Washington Von Clausewitz está tentando contra-atacar usando o xadrez.

### 3.5. As guerras e a Grande Estratégia: Ucrânia e Taiwan

Muito questionamento foi levantado com a *proxy war* que se desenvolve na Ucrânia e o quanto ela abalará a Ordem Internacional. Os cálculos das consequências de tal evento são impossíveis de serem avaliados em sua completude, e o mesmo pode se dizer caso um conflito

similar ocorra em Taiwan. Destacado o limite interpretativo, o que é possível de se analisar quanto à interferência desses cenários nos planos chineses?

Para manter a coerência, precisamos estruturar nosso argumento com a base já estabelecida nessa dissertação. A *Belt and Road Initiative* já não é apenas uma “iniciativa”, ela é uma doutrina de ação, faz parte da Constituição chinesa e molda todo plano, tática ou estratégia chinesa voltada à atuação internacional. A BRI nada mais é do que a materialização da Grande Estratégia Chinesa; logo, se as ferrovias já construídas na Rússia, dentro da lógica da BRI, forem destruídas pela artilharia ucraniana, a iniciativa sofrerá danos materiais, mas não estruturais.

O que queremos dizer é que a Estratégia Chinesa não vê o conflito na Ucrânia como uma catástrofe, pelo contrário: a guerra acelerou a dependência russa da China, fazendo com que o casamento que antes se aproximava de um *win-win*, se tornasse um *WIN-win*, favorecendo assim a própria iniciativa. A guerra feriu os laços econômicos da Rússia com a Europa, fazendo da China o principal fiador de Moscou. E, junto da OTAN e em proporções diferentes, o principal fiador do conflito. Por isso, podemos dizer que a guerra na Ucrânia é um bom exemplo de como opera a “generosidade imperial”. Precisamos destacar, também, que um dos causadores do conflito foi a própria flexibilidade geopolítica fornecida pela China a Moscou. Sem ela, a Rússia teria um dano econômica muito maior do que está tendo e não possuiria as garantias financeiras da China para manter sua economia viva.

Seria estranho também pensar que a China não teria sido consultada, ou no mínimo avisada. Como mencionamos, a integração informacional e militar dos dois países alcançou níveis históricos e a diplomacia chinesa reflete essa parceria, tratando com indiferença o conflito, como se isso fosse “um problema da área de influência do vassalo”. Porém, nem tudo correu bem para a China com o conflito. A OTAN, que estava com “morte cerebral”<sup>143</sup>, está mais unida do que nunca, pois recuperou uma razão plausível de existir. Este é um problema chinês pois a OTAN não respeita sua delimitação geográfica (Atlântico Norte), conseguindo projetar poder em qualquer centímetro do globo, principalmente nos quilômetros que separam a China de **Taiwan**.

Se dissemos que a guerra na Ucrânia facilitou a atuação da estratégia chinesa em alguns pontos (atração da Rússia), mas prejudicou em outros (renascimento da OTAN), o caso de Taiwan é um pouco mais complexo. Taiwan não é a Ucrânia, seja pelo reconhecimento

---

<sup>143</sup> EXAME. “Macron diz que Otan está em estado de ‘morte cerebral’”. **Exame**, 07 nov. 2019. Disponível em: <https://exame.com/mundo/macron-diz-que-otan-esta-em-estado-de-morte-cerebral/>.

internacional, seja pela importância econômica. A ilha não é reconhecida (oficialmente) com Estado soberano pela esmagadora maioria dos países; contudo, essa mesma maioria é profundamente “dependente” de componentes tecnológicos produzidos lá. Outro agravante é que, se existe um mar que separa esses dois territórios, como já mencionamos, Washington é um desafio em que a vitória não é certa.

Todos esses ingredientes são contrapostos à vitória chinesa na fagocitose dos parceiros de Taipei, tal qual seu crescimento em relevância econômica para Taipei. Soma-se a isto o fato de que, a cada ano, maior é a expansão chinesa em cenários belicosos, econômicos ou políticos, favorecendo, assim, uma lógica que incentiva a não invasão, pois “se ela ocorrer amanhã, a vantagem será maior”. O que queremos dizer é que, em todos os cenários, uma conquista de Taiwan por vias bélicas não parece ser o caminho principal, mas ainda assim pode ser o caminho escolhido.

Quando Taiwan não for reconhecida por mais nenhum país, a China terá o menor custo político da sua história recente para impor um ultimato a Taipei. Quando vamos assistir isso? Não sabemos, mas duvidamos que a escolha do “Dia D” não será feita pelos motivos chineses. A China é um animal geopolítico diferente: sua atuação temporal está fora dos padrões ocidentais, sua retaliação – embora não seja “menos vingativa” - está completamente distante dos Códigos de Hamurabi. Pequim “vinga” um olho ferido envenenando a plantação do rival, e não furando o olho do inimigo. Por fim, queremos destacar que conflitos e guerras podem modificar os planos, talvez até as táticas, mas dificilmente as estratégias, pois o tempo em que elas atuam é consideravelmente maior do que a duração dessas querelas. A tensão deve subir e querelas entre Washington e Pequim podem ocorrer, mas o que é fato inegável é o plano chinês de reintegrar Taiwan ao seu domínio. Isso pode ocorrer nos próximos anos, no aniversário da Revolução, no dia em que nenhum país reconhecer Taiwan e mesmo se, embora não seja possível prever, duvidarmos que a burocracia chinesa caia na provocação belicosa de Washington enquanto uma larga vantagem não for estabelecida.

## CONCLUSÃO

Para concluir este trabalho, preciso dizer que a pesquisa realizada e as conquistas materializadas em palavras, não foram pautadas pelo conservadorismo que é salutar a todo pesquisador que começa a caminhar. Pelo contrário: a dissertação busca colaborar, levantar questionamentos e apresentar novas possíveis melhores verdades sobre cenários antes pouco iluminados.

O desejo de todo pesquisador ao concluir um trabalho é ouvir palavras como “irretocável”, “magnânimo”, mas é sabido que tais adjetivos são raros, se não inexistentes, ao tratarmos da ciência histórica. Ciente disso, a ambição deste trabalho não é ser humilde, é avançar na fronteira do conhecimento. O esperado e desejado é um progresso que mostre um caminho seguro e sólido de interpretação, mas, se não, que sirva para iluminar caminhos perigosos e inseguros.

Toda conquista científica colabora com algo, e essa dissertação certamente colaborou. Caso nenhum pesquisador leia, se nenhum estudioso aprovar as palavras aqui coladas, ainda assim esta pesquisa obteve ganhos, pois o autor e realizador de tal projeto sai diferente dele, infinitamente melhor do que entrou. Porém, supondo que esta obra colabore com o debate na medida da sua potência, concentremo-nos sobre os avanços alcançados.

Ficou claro em nossa pesquisa e racionalização a continuidade da cultura política chinesa e como ela se apresenta por meio da novo mandarinato, chamado de Partido Comunista Chinês, e pela sua Grande Estratégia, inaugurada pela *Belt and Road Initiative*. Nesta cultura política, o cálculo temporal é estendido e os pequenos ganhos são valorizados, principalmente quando estão alocados em sincronia com o ganho de vantagens a longo prazo.

Identificamos também que Pequim tem sua prioridade: a segurança. Para alcançar este objetivo, ela está disposta a estabelecer relações de mútuo ganho, mas com um desequilíbrio positivo para ela. Mesmo assim, entendemos que, por enquanto, a oferta é superior à relação de soma-zero que o Ocidente tende a estabelecer.

Dentro desta segurança, identificamos que a China expande a dependência dos parceiros sobre ela e diminui a sua com a diversificação. Também observamos os setores prioritários: segurança energética para sanar o principal *gap* chinês, segurança econômica para manter o desenvolvimento acelerado e qualitativo e segurança política para criar uma ordem internacional potencializadora de um cosmos harmônico a seus interesses.

Entendemos, também, que a busca por expansão de influência passa por uma integração das economias asiáticas e reorganização das cadeias produtivas. A reorganização se dá por meio

do desenvolvimento de infraestrutura, pela formalização de acordos e pela implementação de indústrias que sejam complementares e sinérgicas à produção chinesa. Nessa industrialização, surge a oportunidade do desenvolvimento visto que a proposta chinesa tende a ser mais flexível do que as “ofertas de desenvolvimento” vindas de Washington, do FMI ou do Banco Mundial.

Por fim e por isso, nos sentimos gratos por conseguir cumprir o ambicioso plano de ler e explicar a Grande Estratégia Chinesa para sua geopolítica no século XXI. Porém, tal conquista não seria possível sem subir em ombros de gigantes, como diria Isaac Newton, e, por isso, falemos dos gigantes.



## APÊNDICE: METODOLOGIA

Utilizamos a história composta de geopolítica, com adição do realismo e da cultura como filtro qualitativo de racionalização. Esta ferramenta de análise acumula alguns autores que se tornaram centrais para o debate. Kissinger nos dá a “verdade ocidental”, manufaturando três obras basilares: *Diplomacy* (1994), *On China* (2011) e *World Order* 2014. Em *Diplomacy* (1994), Kissinger adota uma posição de historiador, reconstruindo as relações internacionais e a origem da diplomacia moderna e realista desde Luís XIV até o Cardeal Richelieu. Com essa obra foi possível interpretar a cultura diplomática das potências ocidentais com alguma clareza e, em especial, a estadunidense. Evidenciamos também que, nesta mesma obra, o autor advoga a favor de sua própria visão de mundo, o que é uma variável importante em nossas equações.

Em *On China* (2011), a metodologia é a mesma, o que muda é o cenário. Enquanto na primeira Kissinger se dispõe a analisar o “Ocidente”, nesta ele se desafia a explicar a China. Assim como ele é bem-sucedido na primeira obra, é também na segunda. Em *On China* existem, novamente, dois Kissinger: o historiador, que conduz a análise historiográfica a partir de documentos, fontes e bibliografia, e o Kissinger ator, que estava lá, fazendo política, defendendo os interesses do seu país e tendo papel fundamental no processo de reaproximação da China com os Estados Unidos. Em nossa análise, ambas as *personas* trazem contribuições, mesmo que distintamente. O “historiador” discute profundamente os documentos e a cultura diplomática da China, amplificando o papel do braço diplomático, mas também demonstrando seu desenvolvimento. O “ator” tem outro objetivo: defender sua obra e a atuação estadunidense na China, defender o liberalismo e, acima de tudo, construir sua biografia política como um funcionário exemplar da política externa de Washington.

Em *World Order* (2014), com Kissinger já em avançada idade, os pontos de destaque das outras obras são, em certa medida, arrefecidos. Ainda existem as qualidades já tradicionais do autor, mas em outro nível. Nessa obra, Kissinger tenta explicar o mundo que ele ajudou a construir. Evidentemente que ele não pede desculpas, mas também não pinta um cenário idílico. Pelo contrário, estabelece com clareza os desafios que os Estados Unidos teriam que enfrentar uma vez que, para ele, a *World Order* é sinônimo de *American order*, e que deveria ser “defendida” de uma *chinese order*, a qual seus sucessores na burocracia dos Estados Unidos não foram eficientes em evitar.

Evidentemente que Kissinger não é um autor qualquer, tendo atuado em vários dos grandes eventos do século XX como diplomata, conselheiro ou Secretário de Estado. Ele claramente constrói suas obras com duas *personas*. Uma é historiadora, a outra é política; em

uma *persona* ele discute as fontes e os documentos com reflexões e análises de elevada qualidade, na outra ele é ator, presença, vivência e “cria” a história com sua atuação profissional. Há de se notar, também, que Kissinger como um dos grandes responsáveis pela política externa dos Estados Unidos no último século, não possui as mãos limpas, pelo contrário. Ressaltamos essas contradições para que não sejamos engolidos por elas.

Kissinger é um ator e “historiador” que nos fornece abundância e qualidade de conhecimento. Quando “historiador”, análises profundas de como Washington enxerga o desenvolvimento da diplomacia. Quando “ator”, nos fornece um considerável entendimento da cultura diplomática dos Estados Unidos. Possivelmente, se Kissinger fosse apenas “historiador” as suas obras deveriam ser posicionadas entre as mais relevantes na temática - ainda mais do que já são -; porém, por ter interesses e atuações tão latentes, elas carregam problemas. Todavia, não para a nossa pesquisa. Com essa caligrafia, o nível de entendimento de “como a América faz diplomacia” se eleva muito mais do que se Kissinger buscasse dirimir suas participações. Logo, a “fraqueza” das obras desse autor, para nossa pesquisa, são grandes forças.

Outro ator fundamental e que carrega características próximas às de Kissinger é Zbigniew Brzezinski. Brzezinski atuou e analisou um tabuleiro que, para nós, é de fundamental importância: a Eurásia. Não apenas analisou, como atuou. Responsável por combater a União Soviética, cumpriu esse papel intensamente. Em decorrência de sua posição, muito provavelmente, foi responsável por inúmeros crimes cometidos com esse propósito, visto que ele foi o 10º Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Foi responsável pelo treinamento e desenvolvimento dos *mujahideen*, que seriam a aurora dos grupos terroristas e extremistas modernos.

A despeito de sua atuação profissional, foi um profundo conhecedor e estudioso da Eurásia. Além disso, foi um dos primeiros a identificar a China como uma ameaça à posição dos Estados Unidos. Destacamos esse fato pois, enquanto Fukuyama afirmava a supremacia, Brzezinski alertava sobre os perigos que se avizinhavam. Principalmente pelo fato de ver na China, naquele momento (final da década de 90), o próximo grande desafio do império americano.

Por isso, obras como *The grand chessboard* (2016), *Strategic vision* (2012), *America and the world* (2008) e *The geostrategic triad* (2001) foram fundamentais para, a partir de uma ótica estadunidense, melhorar a leitura da Eurásia, das estratégias de contenção de rivais e da análise das forças e fraquezas de potências concorrentes. Concentrando os ensinamentos, se Kissinger nos ajuda a entender a forma como as peças se movem, Brzezinski nos auxilia no entendimento do tabuleiro onde esse jogo geopolítico se desenvolve.

Dada essa complexidade, torna-se válida a colaboração de Huntington sobre a civilização chinesa e o peso que a cultura tem no desenvolvimento da geopolítica. O primeiro ponto que merece ter destaque, é a série de erros que a teoria possui. A previsão de que o mundo segmentaria seus interesses por meio de blocos culturais não se encontra na materialidade. Em outras palavras, as previsões e análises que o autor faz podem ser encontradas em exceções, mas não em regra.

Posto o distanciamento do *core* da obra, seria um equívoco não ver o peso que as ideias de Samuel Huntington tiveram e ainda tem. Para o grupo mais xenófobo dos *policymakers* estadunidense, a ideia de que eles são “uma civilização diferente que não pode se misturar” - mesmo não sendo originada de Huntington - deu mais subsídios e argumentos para ações racistas e imperialistas, pois a teoria civilizacional de Huntington não é desprovida de categorização qualitativa das civilizações, pelo contrário. Logo, aceitar imigrantes seria inserir uma cultura “mais fraca” dentro da “cultura ocidental”, o que justificaria o declínio desta aos olhos do autor.

Destacamos estes pontos para demonstrarmos que o autor não tem uma teoria sólida que resista aos atritos do tempo, pois houve conflitos entre “civilizações” distintas, mas também ocorreram muitas outras dentro da mesma “civilização”. Por outra ótica, se tivemos aproximações e diplomacias entre Estados que dividiram a mesma “civilização”, o contrário também ocorreu. Huntington e sua teoria não fornecera respostas que resistem à materialidade histórica. Não fornecem um caminho seguro de interpretação, nem estrutura racional de entendimento da realidade distinta do padrão enxergado por ele.

Se já estabelecemos a fraqueza do autor, então, o que justifica sua presença e suas colaborações metodológicas? Primeiro, a nossa perspectiva é a de que Huntington parte de uma verdade pessoal para explicar o mundo que ele enxerga, o que deturpa a análise científica, pois parece nítido que Huntington usa os termos “civilização” e “cultura” uma vez que não pode usar “raça”. Doravante a essa possibilidade e a essa intoxicação ideológica, o autor é um grande analista. Por isso, apesar de usar as ferramentas científicas de forma inadequada, ele deu base teórica para grupos instruídos, personalidades como a de Trump e sua política externa, mas também fez análises sobre a civilização chinesa que são muito válidas para nós.

Uma conjectura com a qual concordamos com o autor é a de que a China é uma civilização que finge ser um Estado. A cosmologia chinesa tem suas instituições, o papel do imperador e do povo criados juntos e em sinergia com uma hierarquia consideravelmente sólida, resistente e sincrônica. Kissinger (2011) diria que o confucionismo se tornou, dentro dessa hierarquia, uma “bíblia”, ou seja, um guia moral e uma constituição; em outras palavras,

as regras políticas e sociais do cosmo sínico. Evidente que a explicação de um universo tão distante e pouco conhecido justifica essas comparações didáticas, que evidentemente possuem suas limitações, mas o autor faz um bom trabalho de “tradução” e é por isso que reforçamos sua validade, embora não deixemos de buscar outra forma de explicar.

A China pode ser pensada como uma árvore milenar, onde as raízes são a sua história, o solo é a cultura, o tronco é o Estado, os galhos as instituições e as folhas a população. Além dessa analogia, outra que queremos estabelecer como ferramenta didática de interpretação da China é a visão dos chineses como membros de uma mesma família, tendo em Xi Jinping um substituto do Imperador que, por sua vez, é o membro mais importante, com maiores responsabilidades e poderes sobre sua família.

Influenciado por essa perspectiva civilizacional e cultural da geopolítica, Michael Pillsbury nos fornece um bom quadro de como pensa a academia, os especialistas e conselheiros estadunidenses sobre a China. Chamado pelo ex-presidente Trump de “A referência” sobre a China, em sua obra *The hundred-year Marathon* (2015) o autor defende que a cultura política do período dos “Estados Guerreiros”, que foi de elevada agressividade chinesa, permaneceu e vem expandindo sua influência. Para o autor, trapaças, enganações, traições e violências fazem parte do *core* cultural da China. Ele defende que o Ocidente foi enganado e, por acreditar nas promessas liberalizantes da China, ajudou este país a se desenvolver e enriquecer.

Em resumo, sua obra constrói, brilhantemente, uma China que historicamente foi violenta e trapaceira, mas não podemos resumir a obra de Pillsbury a uma mera propaganda política. Primeiro, o autor possui grande prestígio nos Estados Unidos, ocupando cátedras em grandes universidades tendo um currículo ostensivo e posição de destaque sobre assuntos chineses. Além disso, como intelectual e professor, ajudou a manufaturar grande parte do corpo intelectual estadunidense, ofertando a estes todos os subsídios necessários para se opor à China.

O livro parte da história para explicar o presente. Pillsbury não fala do conceito de cultura política, mas o utiliza em toda a obra. Também não podemos crer que o autor acredita nas simplificações que ele faz. Ele certamente sabe do pragmatismo chinês, mas o ignora, pois, para seu objetivo, essa característica atrapalha. O autor escreve o livro destinado à massa intelectualizada do país: tomadores de decisão, jornalistas, professores e militares. As simplificações e a fluidez do texto têm o objetivo de construir uma maioria política anti-China nos Estados Unidos.

Todo regime político necessita de alguma aprovação popular: a constituição de maioria política facilita a utilização de toda capacidade muscular do Estado. Logo, para que os Estados Unidos possam usar toda sua força, antes ele precisa que uma parte da população aceite,

minimamente, esta ação. Por isso, Pillsbury não “erra” quando faz simplificações sobre a China, pelo contrário: ele acerta, pois o objetivo não é explicar a “história da China”, é mostrar, a partir dessa história, o quão “necessário é para os Estados Unidos da América estarem prontos para se contrapor a esse mal”.

É interessante colocarmos o autor em comparação a Brzezinski (2016), que afirma na sua obra, *The Grand Chessboard*, que a China é uma ameaça e defende uma contraposição estadunidense assim como uma estratégia de incorporação de Pequim. Apesar dessas semelhanças, Zbigniew não faz da China uma vilã: ele a vê de forma pragmática, como uma ameaça, pois identifica-a como uma potência em ascensão e, como muito bem explica Alisson (2017) na sua obra *Destined for War*, potências em ascensão tendem a entrar em choque com as potências dominantes. Logo, Brzezinski e Pillsbury defendem a mesma agenda, mas explicam o cenário de formas distintas. Enquanto um está inclinado à escola realista de análise, o outro está constituindo uma maioria política. Ambos fazem parte da mesma engrenagem, mas operam de forma distintas.

Sabendo que Pillsbury se utiliza de uma variação da metodologia de Huntington, que nos ajuda a entender como pensam os especialistas estadunidenses sobre China, assim como nos fornece um método de usar a cultura política de um país para analisar sua geopolítica, temos o contrapeso a essa visão um tanto quanto xenófoba: Edward Said.

Said (1990) nos apresenta as falhas interpretativas que o preconceito nos faz tomar. Não é qualquer preconceito: é um eurocentrismo interpretativo que cria no outro, principalmente nas populações do “médio” e “extremo” oriente, sujeitos provenientes de um local totalmente distante e civilizadamente atrasado. O autor, de forma brilhante, expõe, explica e denuncia esse orientalismo. Sua importância em nossa metodologia foi nos fornecer os subsídios certos para evitar ao máximo as falhas que Pillsbury e Huntington tanto cometeram.

Said, na verdade, nos fez pensar além. Se o “Ocidente” retorna para a democracia ateniense e à república romana para construir sua identidade, justificando suas atuais instituições sociais e políticas por serem os sucessores da antiguidade clássica, por que quando se fala da China, da Índia e do Irã não se pode fazer o mesmo? A regra é a redução do caráter histórico e cultural desses povos e uma expansão da influência ocidental no desenvolvimento dos mesmos. Por fim, um exemplo que demonstra bem essa distinção de interpretação orientalista e uma perspectiva oriental é o livro de Allison e Blackwill (2013), que entrevistaram

Lee Kuan Yew.<sup>144</sup> Enquanto os ocidentais tentam colocar a ascensão chinesa na mesma perspectiva da alemã (sec. XIX e XX) ou de uma nova URSS, Kuan Yew, de forma pacífica, explica o óbvio: a China não é ocidental e não planeja ou age conforme as potências Atlânticas estão acostumadas.

A história e cultura chinesas podem se explicar: os conceitos de guerra, diplomacia, dominação, vitória, derrota, tática e estratégica para China são outros. Queremos deixar claro que nossa visão sobre a China está a todo momento atenta aos perigos do orientalismo.

Saindo das influências contemporâneas, temos os clássicos. Alfred Mahan e Halford Mackinder não podem estar ausentes quando a geopolítica está presente. Reconhecidos como pais da geopolítica, edificaram em suas obras a racionalização da aplicação geopolítica como prática de Estado. Mahan formalizou as questões marítimas e Mackinder constituiu o caráter continentalista.

Mackinder (1904), recorrendo a estudos geográficos e históricos, defende a Eurásia como a porção de terra mais valiosa do globo. Este valor se encontrava na capacidade dessa região de, ao ser desenvolvida, proporcionar multiplicação singular de poder. O artigo, para além do valor científico, também é político. Mackinder buscava justificar ações mais agressivas contra os impérios russo e alemão. Na visão dele, a Alemanha detinha os meios e a Rússia os recursos para a utilização eficiente do *heartland*, implicando no fato de que uma aliança Berlin-Moscou significaria uma gigantesca ameaça geopolítica a Londres. Preciso destacar, ainda, o parágrafo final do *The Geographical Pivot of History* (1904), quando Mackinder cita a China, alertando, quase despreziosamente, que se ela controlasse e desenvolvesse o *heartland*, se tornaria uma grande ameaça para os interesses britânicos.

In conclusion, it may be well expressly to point out that the substitution of some new control of the inland area for that of Russia would not tend to reduce the geographical significance of the pivot position. Were the Chinese, for instance, organized by the Japanese, to overthrow the Russian Empire and conquer its territory, they might constitute the yellow peril to the world's freedom just because they would add an oceanic frontage to the resources of the great continent, an advantage as yet denied to the Russian tenant of the pivot region (MACKINDER, 1904, p. 437).<sup>145</sup>

<sup>144</sup> Lee Kuan Yew é ex-primeiro ministro de Singapura. Um dos responsáveis por fornecer os subsídios práticas para as reformas econômicas chinesas da década de 70. Profundo conhecedor de China. Muito respeitado dentro e fora dos círculos intelectuais da Ásia.

<sup>145</sup> Nossa tradução: “Nossa tradução: Em conclusão, seria correto assinalar que a substituição por um novo controle da área interior, em substituição ao controle da Rússia, não tenderia a reduzir a importância geográfica da região pivô (*Heartland*). Fossem os **chineses**, por exemplo, organizados pelos japoneses para derrotar o império russo e tomar seu território, eles poderiam constituir o “perigo amarelo” para a liberdade do mundo “só” por adicionarem

Como num roteiro, um pouco mais de 100 anos após este aviso, a China criaria a iniciativa que visava “conquistar” esta região pivô, a *Belt and Road*. Não podemos esquecer que esta conquista se deu em uma versão ainda “pior” do que o geopolítico vislumbrava, uma vez que não apenas a China manteve suas saídas para o mar, como ela “se auto-organizou” e, ainda mais, reconfigurou o sentido de desenvolvimento que o geógrafo tinha pensado para o *heartland*.

Mantendo o caráter de clássico, Mackinder e sua obra permanecem em diálogo com o contemporâneo. Por isso, suas contribuições são de grande valia para a nossa interpretação das práticas chinesas. Menos por analisar a China, mais por analisar o que se ganha em influenciar a Eurásia e desenvolver o *heartland*.

Mahan, sendo uma contraparte de Mackinder, possui um valor duplo. Em sua obra, *The Influence of Sea Power Upon History* (1890), o professor de West Point nos fornece dois - principais entre os vários - grandes subsídios interpretativos. O primeiro é a forma que historicamente a geopolítica marítima se comportou. Em outras palavras, qual é o melhor método para usar os mares a partir de seu horizonte de possibilidades. A segunda grande contribuição, é a racionalização do “método” para se tornar potência.

Mahan (1890) apresenta em seu livro uma série de exemplos históricos, a partir dos quais analisa as escolhas geopolíticas das potências e, com base nestes caminhos traçados, os resultados de longo prazo que as mesmas conseguiram. Apesar da clara tendência do almirante Mahan em valorizar as marinhas, há muito mais do que isso. No detalhe, retirando a inclinação pessoal, há diversos caminhos possíveis para se tornar uma grande potência, mesmo sem dominar os mares; o que talvez Mahan não tenha destacado, é que ele apresenta estes métodos. Sem contar que suas obras possuem um claro objetivo político, qual seja: “levar os Estados Unidos a seguir suas perspectivas de grande estratégia”, meta esta que ele defende de forma explícita na obra *The Interest of America in Sea Power, Present and Future* (1897) e em cartas para os *policymakers* do período, inclusive para o então presidente Theodore Roosevelt.

Por isso, mesmo que Pequim não esteja próximo de desafiar os Estados Unidos no controle dos mares, Mahan ainda é extremamente útil, pois ele apresenta o caminho que lhe é preferido - maritimidade -, mas também mostra um guia para um Estado se tornar potência.

---

uma **saída oceânica aos recursos do grande continente, uma vantagem** que até hoje os inquilinos russos da região pivô não puderam usufruir”. Na tradução, optamos por manter as falas racistas de Mackinder, pois entendemos que tal fato não dilui suas análises ao mesmo tempo que apresenta as debilidades que acompanha sua biografia.

Com essa característica, a BRI pode não garantir a soberania dos mares, mas gera uma série de vantagens que para Mahan são fundamentais. Neste sentido, Mahan e Mackinder contribuem enormemente com o entendimento desse projeto.

Há de se notar que os pilares de interpretação da China são ocidentais; mais do que isso, anglófonos. Por isso, buscamos ao máximo dirimir essa realidade usando autores que estivessem mais próximos do cosmos sínico. Mesmo assim, o problema não sumiu: um esforço de tradução foi realizado, mas, apesar disso, esta pesquisa se constitui majoritariamente em obras escritas em inglês. Movidos por este desafio, dois ganhos no processo de entender a China foram uma constante vigilância para não cairmos em orientalismos e um processo contínuo de entender a **cultura política** dominante nas tomadas de decisões da China (BERSTEIN, 2009). A cultura de um povo, nação ou civilização, sobrevive e se consolida na medida em que consegue fornecer respostas eficientes para as problemáticas de seu tempo. Por esta ótica, mesmo que de forma introdutória, o entendimento de parte da cultura política chinesa foi, ao mesmo tempo, uma grande conquista desta pesquisa e uma incomparável ferramenta metodológica.

Explanando os autores que dão nossa base metodológica, evidenciamos que nossa análise parte desse *core* em união com a História do Tempo Presente. Ela nos fornece, como destaca Bertonha (2006), um rico arsenal para interpretar a história que ainda se desdobra. O autor destaca a vantagem que pode constituir o olhar contemporâneo sobre os fenômenos históricos, uma vez que a História está continuamente se movendo. A perspectiva imediata e temporalmente próxima nos dá uma base historiográfica que, certamente, se estabelece como um pilar importante para ser utilizado como fonte ou bibliografia para autores futuros. A ciência se constrói em conjunto e parcerias cujos resultados são difíceis de prever; neste sentido, a História do Tempo Presente é uma aposta e uma parceria com o futuro.

Vou além: a ciência não é o método da sustentação de verdades absolutas; a ciência existe para nos dar os caminhos menos errados, mas, para isso, é preciso subirmos nos ombros de gigantes e ousarmos olhar um horizonte diferente. Para ir além e interpretar as movimentações geopolíticas de Pequim, utilizamos a cultura política explanada por Berstein (2009) somada às contribuições dos autores citados em adição com a História do Tempo Presente, nas bases apresentadas e aplicadas por Bertonha (2006). Conquistamos, com isso, uma sólida base metodológica, com uma ponta afiada para novas colaborações historiográficas.

Por fim, das fontes utilizadas sem dúvida o portal da *Belt and Road* foi dos mais relevantes durante estes anos de pesquisa. Lá, notícias, documentos, acompanhamentos, análises, imagens e relatórios foram publicados constantemente. Interessante notar, também, o



que não foi dito, como os atrasos e problemas de execução da iniciativa. De todo modo, o portal é indispensável para qualquer pessoa que busque estudar a Grande Estratégia Chinesa.

Outro portal fundamental foi o *Investment Project Information Database*, do *Ministry of Commerce Peoples's Republic of China*. Também do governo chinês, nos permitiu ter acesso a dados micro como, por exemplo, se a China estava investindo em extração de terras raras para suprir sua demanda por essa *commodities*. Nos parece evidente que sim, mas onde? O portal nos diz onde e quando, o volume e a empresa realizadora do processo. Estas informações detalhadas não foram exploradas por nós devido ao tempo e ao objetivo de racionalizar as grandes movimentações, mas, por inúmeras vezes, passamos horas levantando dados sobre as empresas, seus investimentos, seus laços com o governo e seu papel para com a estratégia chinesa nesse portal.

Em contraposição a estes dados, temos a *China Global Investment Tracker*, organizadas pelo *think tank* americano *Heritage Foudation*, que possui laços estreitos com Washington. Os dados alocados neste portal serviram de “fiscalizador” dos dados chineses, se mostrando menos detalhados, mas realmente importantes.

Como último portal, o *Ministry of National Defense of the People's Republic of China*, que cumpriu uma função próxima da que o portal da *Belt and Road* teve, onde acompanhamos notícias, movimentações, relatórios e análises; mesmo não diretamente associadas à dissertação, foi fundamental para nossa expansão do conhecimento sobre China e do seu padrão de ação geopolítico.

## FONTES

AEI. “China Global Investment Tracker”. **The American Enterprise Institute And The Heritage Foundation**. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>.

AEI. “China Global Investment Tracker”. **The American Enterprise Institute and The Heritage Foundation**. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker>.

AIZHU, Chen. “Russia, China agree 30-year gas deal via new pipeline, to settle in euros”. **Reuters**, 04 fev. 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/exclusive-russia-china-agree-30-year-gas-deal-using-new-pipeline-source-2022-02-04/>.

ALLARD, Tom. Analysis: Marcos as Philippine president a boon for China, awkward for U.S. **Reuters**. 11 maio 2022 Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/marcos-philippine-president-boon-china-awkward-us-2022-05-10/> Acessado em: 02 out. 2022.

BBC News. “China's new party chief Xi Jinping's speech”. **BBC**, 15 nov. 2012. Disponível: <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-20338586>.

BERG, Raffi. “Saudi Arabia: Biden meets crown prince amid criticism”. **BCC**, 15 jul. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-62173934>.

BERNOT, Ausma. “China is accused of exporting authoritarian technology. But the west has done so, too, more covertly”. **The Conversation**, 25 out. 2021. Disponível em: <https://theconversation.com/china-is-accused-of-exporting-authoritarian-technology-but-the-west-has-done-so-too-more-covertly-168190>.

BLANCHARD, Ben. “China slashes influential Communist Youth League's budget”. **Reuters**, 03 mai. 2016. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-china-politics-league-idUSKCN0XU0OG>.

BUCKLEY, Chris; TATLOW, Didi Kirsten. “Cultural Revolution Shaped Xi Jinping, From Schoolboy to Survivor.” **The New York Times**, 24 set. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/09/25/world/asia/xi-jinping-china-cultural-revolution.html>.

CARMO, Marcia. “'ArgenChina': por que a China desbancou Brasil como maior parceiro comercial da Argentina.” **BBC**, 25 ago. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53862542>.

CENTENO, Gabriel. “Imagens: novo porta-aviões chinês é lançado ao mar”. **AEROFLAP**, 17 jun. 2022. Disponível em: <https://www.aeroflap.com.br/imagens-novo-porta-avioes-chines-e-lancado-ao-mar>.

CHAN, Minnie. “China hits the launch button for massive PLA shake-up to create a modern, nimble force.” **South China Morning Post**, 25 nov. 2015. Disponível em: [https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/1883071/china-hits-launch-button-massive-pla-shake?utm\\_source=&utm\\_medium=&utm\\_campaign=SCMPSocialNewsfeed](https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/1883071/china-hits-launch-button-massive-pla-shake?utm_source=&utm_medium=&utm_campaign=SCMPSocialNewsfeed).

CHINA DAILY. “Anti-corruption drive nets 70 SOE top executives”. **China Org**, 09 jan.2015. [http://www.china.org.cn/china/2015-01/09/content\\_34514533.htm](http://www.china.org.cn/china/2015-01/09/content_34514533.htm).

CHINA FILE. “Catching Tigers & Flies.” **Anti Corruption China File**. 2021. Disponível em: <https://anticorruption.chinafile.com/#>.

CHINA FILE. “Catching Tigers & Flies: Ling Jihua”. **Anti Corruption China File**. 2021. Disponível em: <https://anticorruption.chinafile.com/#person=Ling+Jihua>.

CHINA FILE. “Catching Tigers & Flies: Wang Baoan”. **Anti Corruption China File**. 2021. Disponível em: <https://anticorruption.chinafile.com/#person=Wang+Baoan>.

CHINA FILE. Catching “Tigers & Flies: Fan Zengyu”. **Anti Corruption China File**. 2021. Disponível em: <https://anticorruption.chinafile.com/#person=Fan+Zengyu>.

CHINA ORG. “China to Raise Education Expenditures”. **Xinhua News Agency**, 06 mar. 2006. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/2006lh/160305.htm>.

CHINA ORG. “China's Key Transport Infrastructure Projects for 2006-2010.” **Xinhua News Agency**, 06 mar. 2006. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/2006lh/160316.htm>; [http://en.people.cn/200201/31/eng20020131\\_89701.shtml](http://en.people.cn/200201/31/eng20020131_89701.shtml).

CHINA ORG. “Major High-tech Projects Planned for 2006-2010”. **Xinhua News Agency**, 06 mar. 2006. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/2006lh/160294.htm>.

CHINA ORG. “The 10th Five-Year Plan (2001-2005)”. **China Daily**, 23 fev. 2011. Disponível em: [https://www.chinadaily.com.cn/china/2012npc/2011-02/23/content\\_14689665.htm](https://www.chinadaily.com.cn/china/2012npc/2011-02/23/content_14689665.htm).

CHINA VITAE. “Biography: Wang Baoan”. **The China Vitae Research Library**. 2021. Disponível em: [https://www.chinavitae.com/biography/Wang\\_Baoan%7C4667](https://www.chinavitae.com/biography/Wang_Baoan%7C4667).

CHINA VITAE. “Biography: Xi Jinping.” **The China Vitae Research Library**. 2021. Disponível em: [https://www.chinavitae.com/biography/Xi\\_Jinping/full](https://www.chinavitae.com/biography/Xi_Jinping/full).

CHINA. **OECD**. 2012. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/chn?subnationalFlowSelector=flow1&yearSelector1=exportGrowthYear18&yearSelector2=importGrowthYear18>.

CHINA. **OECD**. 2019. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/chn?subnationalFlowSelector=flow1&yearSelector1=exportGrowthYear25&yearSelector2=importGrowthYear15&yearlyTradeFlowSelector=flow1>.

CHINA. **OECD**. 2019. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/chn>.

CHINA’S special economic zones. **The Geography of Transport Systems**. Disponível em: <https://transportgeography.org/contents/chapter7/globalization-international-trade/special-economic-zones-china/>.

CHRONOLOGY of U.S.-China Relations, 1784-2000. **Office of The Historian**. Disponível em: <https://history.state.gov/countries/issues/china-us-relations>.

CONTEÚDO Aberto. In: **WIKIPÉDIA**: a enciclopédia livre. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Special\\_economic\\_zones\\_of\\_China#/media/File:PR\\_ChinaSAR\\_&\\_SEZ-English.png](https://en.wikipedia.org/wiki/Special_economic_zones_of_China#/media/File:PR_ChinaSAR_&_SEZ-English.png).

CSIS. “How Much Trade Transits the South China Sea?”. **China Power**, 02 ago. 2017. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/much-trade-transits-south-china-sea>.

DAEKWON, Son. “Xi Jinping Thought Vs. Deng Xiaoping Theory”. **The Diplomat**, 25 out. 2017. Disponível em: <https://thediplomat.com/2017/10/xi-jinping-thought-vs-deng-xiaoping-theory/>.

DATA COMMONS. “People's Republic of China: Amount of Gross Domestic Production as Fraction of Per Capita (Nominal)”. **Data Commons**. 2021. Disponível em: [https://datacommons.org/tools/timeline#place=country%2FCHN&statsVar=Amount\\_EconomicActivity\\_GrossDomesticProduction\\_Nominal\\_PerCapita&chart=%7B%22amount%22%3A%7B%22pc%22%3Atrue%7D%7D](https://datacommons.org/tools/timeline#place=country%2FCHN&statsVar=Amount_EconomicActivity_GrossDomesticProduction_Nominal_PerCapita&chart=%7B%22amount%22%3A%7B%22pc%22%3Atrue%7D%7D).

ECONOMIST, The. “Who draws the party line?”. **The Economist**, 25 jun. 2016. Disponível em: <https://www.economist.com/china/2016/06/25/who-draws-the-party-line>.

ECONOMIST, The. “Why protests are so common in China”. **The Economist**, 04 out. 2018. Disponível em: [https://www.economist.com/china/2018/10/04/why-protests-are-so-common-in-china?utm\\_source=pocket\\_mylist](https://www.economist.com/china/2018/10/04/why-protests-are-so-common-in-china?utm_source=pocket_mylist).

EFE. “China punishes more than 1.5 million officials for corruption”. **Agência EFE**, 09 out. 2017. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/english/world/china-punishes-more-than-1-5-million-officials-for-corruption/50000262-3412841>.

EMBAIXADA DA CHINA. “China atinge nível mundial na construção e administração da ferrovia Qinghai-Tibet”. **Embaixada da República Popular da China no Brasil**, 10 set. 2007. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/ztzl/xbdkf/t360911.htm>.

EMBAIXADA DA CHINA. “Economia do Tibet cresce 14,7% no primeiro semestre”. **Embaixada da República Popular da China no Brasil**, 25 jul. 2007. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/ztzl/xbdkf/t344617.htm>.

EMBAIXADA DA CHINA. “Tibet fornece água segura a 230 mil residentes rurais em 2008”. **Embaixada da República Popular da China no Brasil**, 05 mar. 2008. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/ztzl/xbdkf/t421530.htm>.

EMBAIXADA DA CHINA. “Tibet investiu mais de meio milhão de dólares para construção de estradas”. **Embaixada da República Popular da China no Brasil**, 10 jan. 2008. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/ztzl/xbdkf/t398296.htm>.

EMBAIXADA DA CHINA. “Tibet registrará crescimento econômico recorde este ano”. **Embaixada da República Popular da China no Brasil**, 24 dez. 2007. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/ztzl/xbdkf/t392630.htm>.

EMBAIXADA DA CHINA. “Tibet registrará crescimento econômico recorde este ano”. **Embaixada da República Popular da China no Brasil**, 24 dez. 2007. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/ztzl/xbdkf/t392630.htm>.

EXAME. “Macron diz que Otan está em estado de ‘morte cerebral’”. **Exame**, 07 nov. 2019. Disponível em: <https://exame.com/mundo/macron-diz-que-otan-esta-em-estado-de-morte-cerebral/>.

FAWTHROP, Tom. “Shan State Exemplifies China’s Tangled Myanmar Ties”. **The Diplomat**, 04 mai. 2022. Disponível em: <https://thediplomat.com/2022/05/shan-state-exemplifies-chinas-tangled-myanmar-ties/>.

FORD, John. “The Pivot to Asia Was Obama’s Biggest Mistake”. **The Diplomat**, 21 jan. 2017. Disponível em: <https://thediplomat.com/2017/01/the-pivot-to-asia-was-obamas-biggest-mistake/>.

FRANCE PRESSE. “Xi Jinping, o enigmático 'príncipe vermelho' que vai dirigir a China”. **O Globo**, 15 nov. 2012. Disponível em: <http://glo.bo/PWbUrS>.

G1. “Entenda o golpe militar em Mianmar”. **G1**, 01 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/02/01/entenda-o-golpe-militar-em-mianmar.ghtml>. 01 fev. 2021.

G1. “Governador Rui Costa anuncia acordo com empresa chinesa para testagem de vacina contra Covid-19 na Bahia”. **G1**, 07 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/08/07/governador-rui-costa-anuncia-acordo-com-empresa-chinesa-para-testagem-de-vacina-contr-covid-19-na-bahia.ghtml>.

GARNAUT, John. “The Creation Myth of Xi Jinping”. **Foreign Policy**, 19 out. 2012. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2012/10/19/the-creation-myth-of-xi-jinping/>.

GEIER, Bem. “Even the IMF Now Admits Neoliberalism Has Failed”. **Fortune**, 03 jun. 2016. Disponível: <https://fortune.com/2016/06/03/imf-neoliberalism-failing/>.

GODEMENT, François. “Portrait of Xi Jinping - President of the People's Republic of China”. **Institut Montaigne**, 22 nov. 2018. Disponível em: <https://www.institutmontaigne.org/en/blog/portrait-xi-jinping-president-peoples-republic-china>.

GRIFFIN, Nicholas. “Ping-pong Diplomacy: The Secret History Behind the Game That Changed the World”. **The Washington Post**, 24 jan. 2014. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/opinions/ping-pong-diplomacy-the-secret-history-behind-the-game-that-changed-the-world-by-nicholas-griffin/2014/01/24/03e10536-794f-11e3-af7f-13bf0e9965f6\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/opinions/ping-pong-diplomacy-the-secret-history-behind-the-game-that-changed-the-world-by-nicholas-griffin/2014/01/24/03e10536-794f-11e3-af7f-13bf0e9965f6_story.html).

GRONHOLT-PEDERSEN, Jacob. “U.S. spied on Merkel and other Europeans through Danish cables - broadcaster DR”. **Reuters**, 31 mai. 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/us-security-agency-spied-merkel-other-top-european-officials-through-danish-2021-05-30/>.

HAMILTON, Alexander. **Report to Congress on the Subject of Manufactures**. Washington: [s. n.], 1791.

- HESS, Maximilian. “The meaning of Russian troops in Kazakhstan”. **Riddle**, 12 jan. 2022. Disponível em: <https://ridl.io/the-meaning-of-russian-troops-in-kazakhstan>.
- HIGUERAS, Georgina. “Os ‘príncipes’ da nova China”. **O Globo**, 05 nov. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/os-principes-da-nova-china-6633853>.
- HUANG, Zheping. “China’s corruption crackdown is so vast, top officials from every single province have been nabbed”. **Quartz**, 12 nov. 2015. Disponível em: <https://qz.com/547695/chinas-corruption-crackdown-is-so-vast-top-officials-from-every-single-province-have-been-nabbed/>.
- INOHORA, Andre. “China foca em parcerias agrícolas na África e atinge relação com Brasil”. **Gazeta do Povo**, 04 nov. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/missao-china/china-foca-em-parcerias-agricolas-na-africa-e-atinge-relacao-com-brasil/>.
- ITC. “The structure and characteristics of the domestic cotton market: a macro view.” **Internacional Trade Center**, 10 jul. 2021. Disponível em: <https://www.intracen.org/The-structure-and-characteristics-of-the-domestic-cotton-market-a-macro-view2/>.
- JINPING, Xi. “Speech by H.E. Mr. Xi Jinping President of the People's Republic of China at the Meeting Commemorating the 50th Anniversary of the Establishment of China-France Diplomatic Relations.” **Ministry of Foreign Affairs of The People’s Republic of China**, 27 mar. 2014. Disponível em: [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjdt\\_665385/zyjh\\_665391/t1147894.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/t1147894.shtml).
- KAIMAN, Jonathan. “Liu Zhijun, China's ex-railway minister, sentenced to death for corruption”. **The Guardian**, 08 jul. 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/jul/08/liu-zhijun-sentenced-death-corruption>.
- KARIKARI, Timothy Kwakye. “Cultural exchanges boost China-Africa ties”. **China Daily**, 29 nov. 2019. Disponível em: [http://www.chinadaily.com.cn/global/2019-11/29/content\\_37526480.htm](http://www.chinadaily.com.cn/global/2019-11/29/content_37526480.htm).
- KECK, Zachary. “China Creates New Military Reform Leading Group”. **The Diplomat**, 21 mar. 2014. Disponível em: <https://thediplomat.com/2014/03/china-creates-new-military-reform-leading-group/>.
- KURLANTIZICK, Joshua. “China's Support for Myanmar Further Shows the World Dividing into Autocracy versus Democracy”. **CFR**, 04 abr. 2022. Disponível em:

<https://www.cfr.org/blog/chinas-support-myanmar-further-shows-world-dividing-autocracy-versus-democracy>.

LAM, Willy Wo-Lap. “The Eclipse of the Communist Youth League and the Rise of the Zhejiang Clique”. **James Town Foudation**, 11 mai. 2016. Disponível em: <https://jamestown.org/program/the-eclipse-of-the-communist-youth-league-and-the-rise-of-the-zhejiang-clique/>.

LANDRETH, Jonathan; *et. al.* “Xi Jinping: A Cult of Personality?” **China File**, 04 mar 2016. Disponível em: <https://www.chinafile.com/conversation/xi-jinping-cult-personality>.

LEE, Amanda. “Belt and Road Initiative debt: how big is it and what’s next?”. **South China Morning Post**, 19 jul. 2020. Disponível em: <https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3093218/belt-and-road-initiative-debt-how-big-it-and-whats-next>.

LEWIS, Jeffrey. “China’s Orbital Bombardment System Is Big, Bad News—but Not a Breakthrough”. **Foreign Policy**, 18 out. 2021. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2021/10/18/hypersonic-china-missile-nuclear-fobs/>.

LI, Eva. “Chinese county where Xi Jinping worked steps up bid to get ‘state-level’ status”. **South China Morning Post**, 03 mai. 2017. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/policies-politics/article/2092591/chinese-county-where-xi-jinping-worked-steps-bid-get>.

LIST, Friedrich. **The National System of Political Economy**. Philadelphia: JB Lippincott & Company, 1856.

MACKINDER, Halford John. *The Geographical Pivot of History*. **Blackwell Publishing**, Hoboken, v. 23, n. 4, p. 421–437, 1904.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power Upon History, 1660- 1783**. Boston: LITTLE, BROWN AND COMPANY, 1890.

MAI, Jun. “The early years: the troubled times that ‘forged Xi Jinping’”. **South China Morning Post**, 29 jun. 2017. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/society/article/2104580/xi-jinpings-troubled-early-years-are-detailed-communist-party>.

MAJUMDER, Kakoli. “Where does China stand in the global PhD boom?”. **Editage**, 18 aug. 2014. Disponível em: <https://www.editage.com/insights/where-does-china-stand-in-the-global-phd-boom?refer=scroll-to-1-article&refer-type=article>.



MILITARY expenditure (% of GDP) – China. **The World Bank**. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS?locations=CN>.

MOFCOM. “A Bright Shared Future”. **Ministry Of Commerce, People's Republic of China**. Disponível em: [http://www.mofcom.gov.cn/article/beltandroad/index\\_en.shtml](http://www.mofcom.gov.cn/article/beltandroad/index_en.shtml).

MOFCOM. “Investment Project Information Database”. **Ministry Of Commerce, People's Republic of China**. Disponível em: <https://project.mofcom.gov.cn/>.

MUSCHKETAT, Nina. “Austrália veta Rota da Seda em Victoria e agrava relações com China”. **Público**, 22 abr. 2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/04/22/mundo/noticia/australia-veta-rota-seda-victoria-agrava-relacoes-china-1959627>.

NAKAZAWA, Katsuji. “A dark horse emerges in Chinese succession race”. **Nikkei Asia**, 08 jul. 2016. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/A-dark-horse-emerges-in-Chinese-succession-race>.

NYATHI, Kistsepile. “China gifts Zimbabwe a modern Parliament”. **The East African**, 01 jul. 2022. Disponível em: <https://www.theeastafrican.co.ke/tea/rest-of-africa/china-gifts-zimbabwe-with-modern-parliament-3865962>.

OECD. “Saudi Arabia”. **OECD WORDL**. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/sau>.

OECD. “Australia”. **OECD WORDL**. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/aus#yearly-exports>.

OECD. “Australia”. **OECD WORDL**. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/aus#yearly-exports>.

OECD. “China: imports”. **OECD WORDL**. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/chn#yearly-imports>.

OECD. “China”. **OECD WORDL**. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/chn#yearly-imports>.

OECD. “Iraq”. **OECD WORDL**. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/irq>.

OECD. “Qatar”. **OECD WORDL**. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/qat>.

OECD. China. **OECD WORDL**. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/chn#yearly-imports>.

OECD. **OECD WORDL**. Disponível em: <https://oec.world/>. Acessado em: 27 set. 2022.

OYEN, Meredith. “Biden again indicates that US will defend Taiwan ‘militarily’ – does this constitute a change in policy?”. **The Conversation**, 19 set. 2022 Disponível em: <https://theconversation.com/biden-again-indicates-that-us-will-defend-taiwan-militarily-does-this-constitute-a-change-in-policy-190946>.

PIB – Lista de Países – Ásia. **Tranding Economics**. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/country-list/gdp?continent=asia>.

PRESIDENT Duterte: US can’t re-establish military base in Philippines. **Philippine government**. 28 jul. 2020. Disponível em: [https://ops.gov.ph/news\\_releases/president-duterte-us-cant-reestablish-military-base-in-philippines/](https://ops.gov.ph/news_releases/president-duterte-us-cant-reestablish-military-base-in-philippines/). Acessado em: 02 out. 2022.

RIYADH. “Beijing mull using yuan instead of dollar for oil trade”. **Tribune**, 15 mar. 2022. Disponível em: <https://tribune.com.pk/story/2348098/riyadh-beijing-mull-using-yuan-instead-of-dollar-for-oil-trade>.

RÚSSIA. **OECD**. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/rus>.

SÖNNICHSEN, N. “Primary energy consumption in China in 2019 and 2020, by fuel”. **STATISTA**, 19 ago. 2021. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/265612/primary-energy-consumption-in-china-by-fuel-type-in-oil-equivalent/>.

SPYKMAN, Nicholas John. **America’s Strategy in World Politics: The United States And The Balance Of Power**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1942.

STANDISH, Reid. “Crisis In Kazakhstan Pushes China, Russia Closer Together”. **RFE/RL**, 18 jan. 2022 Disponível em: <https://www.rferl.org/a/kazakhstan-crisis-russia-china/31659765.html>.

STRONSKI, Paul. “Lessons Learned from the Kazakhstan Crisis”. **Carnegie**, 04 fev. 2022. Disponível em: <https://carnegiemoscow.org/commentary/86450>.

SUTTON, H I; LAGRONE, Sam. “China Builds Missile Targets Shaped Like U.S. Aircraft Carrier, Destroyers in Remote Desert”. **USNI News**, 07 nov. 2021. Disponível em: <https://news.usni.org/2021/11/07/china-builds-missile-targets-shaped-like-u-s-aircraft-carrier-destroyers-in-remote-desert>.

SUTTON, H I. “China Launches First Aircraft Carrier Which Rivals U.S. Navy’s”. **USNI**, 17 jun. 2022. Disponível em: <https://www.navalnews.com/naval-news/2022/06/china-launches-first-aircraft-carrier-which-rivals-u-s-navys>.

TATLOW, Didi Kirsten. “Q. and A.: Ren Jianming on the Fight Against Corruption in China, and His Own Solution”. **Sinosphere**, 02 set. 2014. Disponível em: <https://sinosphere.blogs.nytimes.com/2014/09/02/q-and-a-ren-jianming-on-the-fight-against-corruption-in-china-and-his-own-solution/>.

THE STATE COUNCIL. **Initiative offers road map for peace, prosperity People’s Republic of China**. Beijing: 2013.

THUY, Hoang. “Vietnam, US military medics to cooperate in Covid-19 prevention”. **Vnexpress**, 29 jul. 2021. Disponível em: <https://e.vnexpress.net/news/news/vietnam-us-military-medics-to-cooperate-in-covid-19-prevention-4332493.html>.

TOBENKIN, David. “China’s Influence in Africa: A Rising Tide”. **NAFSA**, 01 mai. 2022. Disponível em: <https://www.nafsa.org/ie-magazine/2019/5/1/chinas-influence-africa-rising-tide>.

TROUSH, Sergei. “China’s Changing Oil Strategy and its Foreign Policy Implications”. **Brookings**, 01 set. 1999. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/chinas-changing-oil-strategy-and-its-foreign-policy-implications/>.

UGHURES, The. “The people’s Republic of China and the West”. **Mapa Mundi**. 2021. Disponível em: <https://mapamundi.org.br/2021/os-ughures-a-republica-popular-da-china-e-o-ocidente>.

VALENCIA, Mark. “Submarine sparring in the South China Sea”. **Asian Times**, 21 jan. 2022. Disponível em: <https://asiatimes.com/2022/01/submarine-sparring-in-the-south-china-sea/>.

VOLTOLINI, Ramon. “Bill Gates: 'China usou mais concreto em 3 anos do que os EUA em um século’”. **Tecmundo**, 23 fev. 2015. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/engenharia/75349-bill-gates-china-usou-concreto-3-anos-eua-em-seculo.htm>.

WATCH. “EAM S Jaishankar on why Europe’s perspective of world’s problems is flawed”. **The Economic Times**, 03 jun. 2022. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/india/watch-eam-s-jaishankar-on-why-europes-perspective-of-worlds-problems-is-flawed/videoshow/91986100.cms>.

WATTS, Jonathan. “Most corrupt officials are from poor families but Chinese royals have a spirit that is not dominated by Money”. **The Guardian**, 26 out. 2007. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2007/oct/26/china.uknews4>.

WIKILEAKS. “Portrait of vice president Xi Jinping: ‘ambitious survivor’ of the Cultural Revolution”. **Wikileaks**, 16 nov. 2009. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/09BEIJING3128\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09BEIJING3128_a.html).

WIKILEAKS. “Portrait of vice president Xi Jinping: ‘ambitious survivor’ of the Cultural Revolution”. **Wikileaks**, 16 nov. 2009. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/09BEIJING3128\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09BEIJING3128_a.html).

WILKIE, Christina; MACIAS, Amanda. “Biden says Nord Stream 2 won’t go forward if Russia invades Ukraine, but German Chancellor demurs”. **CNBC**, 07 fev. 2022. Disponível em: <https://www.cnn.com/2022/02/07/biden-says-nord-stream-2-wont-go-forward-if-russia-invades-ukraine-.html>.

WILSON, Catherine. “China-Solomon Islands pact: Reading between the lines”. **The Interpreter**, 08 jun. 2022. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/china-solomon-islands-pact-reading-between-lines>.

WONG, Samantha. “Growth rate of power generation China 2020, by source”. **STATISTA**, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/302250/china-power-generation-growth-by-source/>.

WORLD BANK. “Gini index (World Bank estimate) - China.” **DataBank**. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?end=2016&locations=CN&start=1990&view=chart>.

WORLD Bank. China. **Databank**. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/CN>.

WORLD BANK. GDP (current US\$) - China, Brazil. **Data Bank**. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=1975&locations=CN-BR&start=1960>.

WORLD BANK. GDP (current US\$) - China. **Data Bank**. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=CN>.

WORLD BANK. GDP growth (annual %) - China, World. **Data Bank**. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=1975&locations=CN-1W&start=1960>.

WORLD FACTBOOK, The. “Japan”. **CIA**. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/japan/#military-and-security>.

XIE, John. “China's Global Network of Shipping Ports Reveal Beijing's Strategy”. **Voa News**, 03 set. 2021. Disponível em: <https://www.voanews.com/a/6224958.html>.

XINHUA. “Chronology of China's Belt and Road Initiative”. **China Gov.**, 28 mar. 2015. Disponível em: [http://english.www.gov.cn/news/top\\_news/2015/04/20/content\\_281475092566326.htm](http://english.www.gov.cn/news/top_news/2015/04/20/content_281475092566326.htm).

XINHUA. “Expectativa de vida dos chineses aumenta 42 anos em quase sete décadas”. **Xinhua Português**, 23 mai. 2019. Disponível em: [http://portuguese.xinhuanet.com/2019-05/23/c\\_138082735.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2019-05/23/c_138082735.htm).

XINHUA. “Myanmar agree to further build community with shared future”. **Xinhuanet**, 03 jul. 2022. Disponível em: <http://english.news.cn/20220703/584ffcd372c44ec786e8d9947a4c4ef0/c.html>.

XINHUANET. “Xi Jinping - General Secretary of CPC Central Committee”. **Xinhuanet**, 20 out. 2017. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com//english/2017-10/25/c\\_136705528.htm](http://www.xinhuanet.com//english/2017-10/25/c_136705528.htm)

YEP, Eric. “China's long march to zero carbono”. **S&P Global Platts**, 10 dec. 2020. Disponível em: <https://www.spglobal.com/platts/en/market-insights/blogs/energy-transition/121020-china-zero-carbon-target-2060-emissions-fossil-fuels>.

YEPING, Yin. “China, Russia sign new trade agreement on energy and food, expected to further unleash potential”. **Global Times**, 17 jun. 2022. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202206/1268392.shtml>.

ZHOU, Christina; MANTESSO, Sean Chinese. “President Xi Jinping's astonishing rise to become one of the world's most powerful people.” **ABC**, 05 mar. 2019. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2019-03-06/the-astonishing-rise-of-chinese-president-xi-jinping/10794486>.

郑端端. 从“百虎入笼”看破立反腐新常态. **人民网-中国共产党新闻网**. 23 mar. 2015. Disponível em: <http://cpc.people.com.cn/pinglun/n/2015/0323/c241220-26735691.html>. Tradução: PEOPLE'S Daily Online. “From ‘Hundred Tigers Into the Cage’ to

Break the New Normal of Anti-corruption. **People's Daily Online-Chinese Communist Party News**, 23 mar. 2015. Disponível em: <http://cpc.people.com.cn/pinglun/n/2015/0323/c241220-26735691.html/>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLISON, Graham. **Destined for War: Can America and China Escape Thucydides's Trap?** Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2017.
- ALLISON, Graham.; BLACKWILL, Robert D. **Lee Kuan Yew: the grand master's insights on China, the United States, and the world.** Cambridge: MIT Press Cambridge, 2013.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century.** London: Verso, 2007.
- ASIAN DEVELOPMENT BANK. **Meeting Asia's Infrastructure Needs.** Mandaluyong City: [s. n.], 2017.
- AZARHOUSHANG, Behzad; WU, Jennifer Pédussel; ZAROKI, Shahryar. Chinese regional inequality and sectoral foreign direct investment. **IPE Working Papers**, [s. l.], 2019.
- BANDEIRA, luiz alberto moniz. **A Desordem Mundial: O Espectro Da Total Dominação: Guerras Por Procuração, Terror, Caos e Catástrofes Humanitárias.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília (Org.). **Cultura Política, Memória e Historiografia.** Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 29–46.
- BERTONHA, João Fábio. **Geopolítica, defesa e desenvolvimento.** A primeira década do século XXI na América Latina e no mundo. Maringá: EDUEM, 2011.
- BERTONHA, João Fábio. **Geopolítica e Relações Internacionais na Vidada do Século XXI: uma Hisória do Tempo Presente.** Maringá: Eduem, 2006.
- BERTONHA, João Fábio. **O Brasil, os BRICS e o mundo no século XXI: estratégias Nacionais de Defesa e Desafios Geopolíticos em Um Mundo em Transformação.** Curitiba: Prisma, 2017.
- BERTONHA, João Fabio. **Os impérios e suas guerras: relações internacionais contemporâneas (séculos XIX e XX).** São Paulo: pontocom, 2017.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **America and the World: conversations on the future of american foreign policy.** New York: Basic Books, 2008.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **Strategic Vision: America and the Crisis of Global Power.** New York: Basic Books, 2012.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **The geostrategic triad: living with China, Europe, and Russia.** Washington: CSIS, 2001.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **The grand chessboard: American primacy and its geostrategic**

**imperatives**. New York: Basic Books, 2016.

BUSTILLO, Ricardo; ANDONI, Maiza. China, the EU and multilateralism: The Asian infrastructure investment bank. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 61, n. 1, 2018.

CAMPBELL, Joseph. **O Herói de Mil Faces**. São Paulo: Pensamento, 1997.

CARVALHO, Cecília; CATERMOL, Fabrício. As Relações Econômicas entre China e EUA: Resgate Histórico e Implicações. **Revista Do Bndes**, [s. l.], v. 16, n. 31, p. 215–252, 2009.

CHAN, Anita. STRIKES IN CHINA'S EXPORT INDUSTRIES IN COMPARATIVE PERSPECTIVE. **The China Journal**, [s. l.], n. 65, p. 27–51,

CHANG, Ha-Joon. **Bad Samaritans: The Myth of Free Trade and the Secret History of Capitalism**. New York: Bloomsbury, 2007.

CHANG, Ha -Joon. Development Strategy In Historical Perspective. **China Labour Bulletin**. [S. l.: s. n.], 2002.

CHINA Labour Bulletin. **A Decade of Change - The Workers ' Movement in China 2000-2010**. Hong Kong: [s. n.], 2012.

CLAUSEWITZ, CARL VON. **On War**. New York: Oxford University Press, 2007.

FAKHMIDDIN, Fazilov; CHEN, Xiangming. China and Central Asia: A Significant New Energy Nexus. **European Financial Review**, [s. l.], p. 38–43, 2013.

FAN, Shenggen; ZHANG, Xiaobo. Infrastructure and regional economic development in rural China. **China Economic Review**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 203–214, 2004a.

FAN, Shenggen; ZHANG, Xiaobo. Infrastructure and regional economic development in rural China. **China Economic Review**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 203–214, 2004b.

FISCHER, Andrew M. The Great Transformation of Tibet? Rapid Labor Transitions in Times of Rapid Growth in the Tibet Autonomous Region. **HIMALAYA**, [s. l.], v. 30, n. 1, 2011.

FLEISHER, Belton; LI, Haizheng; ZHAO, Min Qiang. Human capital, economic growth, and regional inequality in China. **Journal of Development Economics**, [s. l.], v. 92, n. 2, p. 215–231, 2010.

FRAVEL, M. Taylor. China's Strategy in the South China Sea. **Contemporary Southeast Asia**, [s. l.], v. 33, n. 3, p. 292, 2011.

FUKUYAMA, Francis. **The End of History ang The Last Man**. New York: Free Press, 1992.

CHANG, Ha Joon. **Kicking away the ladder: Development Strategy in Historical Perspective**. London: Anthem Press, 2002.

HOLMES, James R. China's Way of Naval War: Mahan's Logic, Mao's Grammar. **Comparative Strategy**, [s. l.], v. 28, n. 3, p. 217–243, 2009.



- JABBOUR, Elias Khalil; DANTAS, Alexis Toríbio; ESPÍNDOLA, Carlos José. Considerações iniciais sobre a “Nova Economia do Projeto”. **Geosul**, [s. l.], v. 35, n. 75, p. 17–42, 2020.
- JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. A China E A “Socialização Do Investimento”: Uma Abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. **Revista de Economia Contemporânea** (Rio de Janeiro), v. 22, n. 1, p. 1–23, 2018.
- JOHNSON, Chalmers. **Blowback: The Cost and Consequences of American Empire**. New York: Holt Paperbacks, 2000.
- KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e Devagar**. Rio de Janeiro. Objetiva. 2002.
- KINZLEY, Judd C. **Natural Resources and the New Frontier: constructing modern China’s borderlands**. Chicago: University of Chicago Press, 2018.
- KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. New York: Simon & Schuster, 1994.
- KISSINGER, Henry. **On China**. London: Penguin, 2011.
- KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- KISSINGER, Henry. **World Order**. New York: Penguin Press, 2014-. ISSN 0195-9085.
- KOROLEV, Alexander; PORTYAKOV, Vladimir. China-Russia relations in times of crisis: A neoclassical realist explanation. **Asian Perspective**, [s. l.], v. 42, n. 3, p. 411–437, 2018.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: Navegando, 2011.
- LESSMANN, Christian. Foreign direct investment and regional inequality: A panel data analysis. **China Economic Review**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 129–149, 2013.
- LI, Minqi. **The Rise of China and the Demise of the Capitalist World-Economy**. London: PLUTO PRESS, 2008.
- MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783**. Boston: Little, Brown And Company, 1890.
- MAHAN, A T. **The Interest of America in Sea Power, Present and Future The Interest of America In Sea Power, Present And Future**. [S. l.: s. n.], 2005.
- MAJID, Nomaan. The Great Employment Transformation in China. **Employment and Labour Market Policies Branch**, [s. l.], v. 195, n. 195, p. 75, 2015.
- MARSHAL, Tim. **Prisoners of Geography: ten maps that explain everything about the world**. New York: Simon & Schuster, 2015.
- MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.
- MILLER, Alice. The ccp Central Committee’s Leading Small Groups. **Critical Readings on the Communist Party of China** [s. l.], n. 26, p. 279–303, 2016.

- MUNHOZ, Sidnei J. George Frost Kennan e a arquitetura da política externa dos EUA na gênese da Guerra Fria. **Diálogos**, Maringá, v. 22, n. 1, p. 26-43, 2018.
- NDRC. **Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road National Development and Reform Commission People's Republic of China**. Beijing: [s. n.], 2015.
- NOLAN, Peter. **China and the Global Economy: National Champions, Industrial Policy and the Big Business Revolution**. London: PALGRAVE, 2001.
- OECD. China's Belt and Road Initiative in the Global Trade, Investment and Finance Landscape. **Business And Finance Outlook**, 2018.
- ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- OWEN, Nick A.; SCHOFIELD, Clive H. Disputed South China Sea hydrocarbons in perspective. **Marine Policy**, [s. l.], v. 36, n. 3, p. 809–822, 2012.
- PANG, Xun; LIU, Lida; MA, Stephanie. China's network strategy for seeking great power status. **Chinese Journal of International Politics**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 1–29, 2017.
- PARK, Nancy E. in Eighteenth- Corruption China Century. **The Journal of Asian Studies**, [s. l.], v. 56, n. 4, p. 967–1005, 2013.
- PILLSBURY, Michael. **The Hundred-Year Marathon: China's secret strategy to replace america as the global superpower**. New York: Henry Holt and Company, 2015.
- ROBERTS, Dexter. **The Myth of Chinese Capitalism: The Worker, the Factory and the Future of the World**. New York: St. Martin's Press, 2020.
- SANDER, Anne; SCHMITT, Christopher; KUHNLE, Stein. Towards a Chinese Welfare State? Tagging the Concept of Social Security in China. **The Perspective of the World Review**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 9–35, 2012.
- SCHUMPETER, Joseph. **Imperialism e Social Classes: Two Essays**. New York: Meridian Books, 1951.
- SHAMBAUGH, David *et al.* **China & the World**. New York: Oxford University Press, 2020.
- SHENG, Shu. **Os intelectuais e o regime maoísta: 1956-1957**. Curitiba: Appris, 2019.
- SUN TZU. **A Arte da Guerra**. São Paulo: Golden Books, 2007.
- SUN TZU. **A Arte da Guerra**. São Paulo: Madras Editora, 2005.
- UNDP. The Next Frontier: Human Development and the Anthropocene. **Human Development Report 2020**, [s. l.], p. 130–158, 2020.
- WANG, Yang *et al.* A new approach to measurement of regional inequality in particular directions. **Chinese Geographical Science**, [s. l.], v. 22, n. 6, p. 705–717, 2012.
- WEI, Xie. Acquisition Of Technological Capability Through Special Economic Zones (Sezs):

The Case Of Shenzhen Sez. **Industry and Innovation**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 199–221, 2000.

WEI, Kailei; YAO, Shujie; LIU, Aying. Foreign direct investment and regional inequality in China. **Review of Development Economics**, [s. l.], v. 13, n. 4, p. 778–791, 2009.

WOHLFORTH, William C.; KAUFMAN, Stuart J.; LITTLE, Richard. **The Balance of Power in World History**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

YUFAN, Hao; ZHIHAI, Zhai. China's Decision to Enter the Korean War: History Revisited. **The China Quarterly**, [s. l.], v. 121, n. 121, p. 94–115, 1990.

ZHAO, Suisheng. Whither the China model: Revisiting the debate. **Journal of Contemporary China**, [s. l.], v. 26, n. 103, p. 1–17, 2017.